

PSICANÁLISE & TECNOLOGIAS sociais

Organizadoras

Andrea Gabriela Ferrari
Cláudia Perrone
Simone Moschen

Volume 1



Copyright © Editora CirKula LTDA, 2023.

1º edição - 2023 - Volume 1

REVISÃO: Mauro Meirelles e Gustavo Duarte

PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS, NORMATIZAÇÃO E EDIÇÃO:
Mauro Meirelles

DIAGRAMAÇÃO: Luciana Hoppe

CAPA: Luciana Hoppe

Imagem da Capa: Luisa Roos

TIRAGEM: 125 exemplares

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO -CIP

P974 Psicanálise e tecnologias sociais / organizadoras Andrea Gabriela Ferrari, Cláudia Perrone, Simone Moschen. – 1.ed. – Porto Alegre: CirKula, 2023.
218 p. : il. – (Coleção Psicanálise: Clínica e Cultura)

ISBN: 978-85-7150-048-8

1. Psicanálise – Tecnologia social. 2. Escuta psicanalítica. 3. Saúde mental – Políticas públicas. 4. Educação infantil. 5. Psicanálise – Pesquisa. 6. Cuidado da criança. I. Ferrari, Andrea Gabriela. II. Perrone, Cláudia. III. Moschen, Simone. IV. Série.

CDU: 159.964.2

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

Todos os direitos reservados à Editora CirKula LTDA.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Editora CirKula

Av. Osvaldo Aranha, 522 - Bomfim

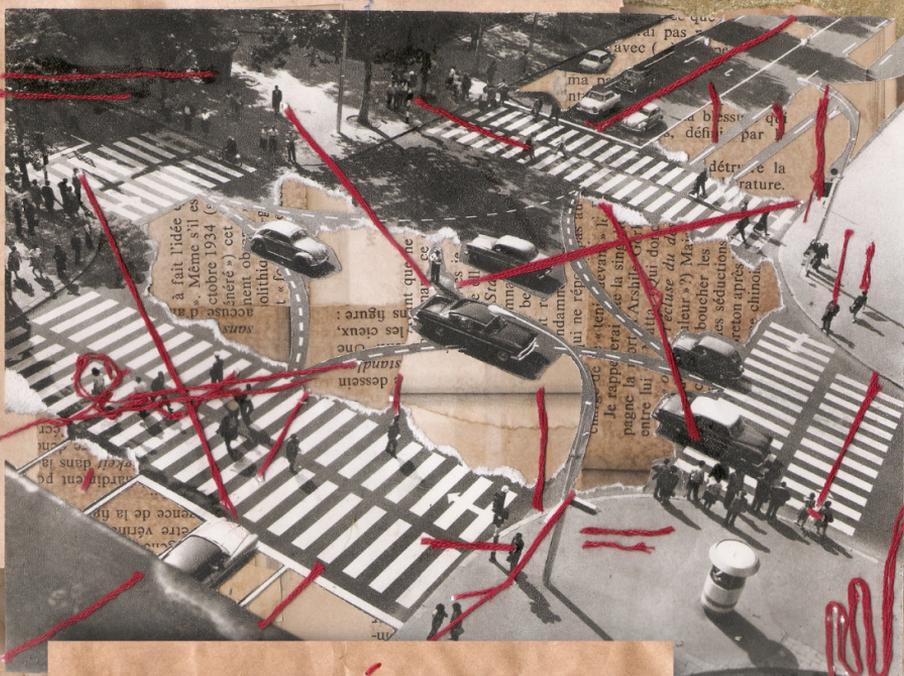
Porto Alegre - RS - CEP: 90035-190

e-mail: editora@circula.com.br

Loja Virtual: www.livrariacirkula.com.br

Este livro foi submetido à revisão por pares, conforme exigem as regras do Qualis Livros da CAPES.

cirkula



PSICANÁLISE & TECNOLOGIAS sociais

Organizadoras

Andrea Gabriela Ferrari
Cláudia Perrone
Simone Moschen



COLEÇÃO PSICANÁLISE: CLÍNICA E CULTURA

Porto Alegre, 2023

Volume I



CONSELHO EDITORIAL

César Alessandro Sagrillo Figueiredo, Jussara Reis Prá,

Luciana Hoppe, Mauro Meirelles

CONSELHO CIENTÍFICO

Alejandro Frigerio (Argentina) - Doutor em Antropologia pela Universidade da Califórnia, Pesquisador do CONICET e Professor da Universidade Católica Argentina (Buenos Aires).

André Luiz da Silva (Brasil) - Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté.

Antonio David Cattani (Brasil) - Doutor pela Universidade de Paris I - Panthéon-Sorbonne e Professor Titular de Sociologia da UFRGS.

Arnaud Sales (Canadá) - Doutor d'État pela Universidade de Paris VII e Professor Titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Montreal.

Cíntia Inês Boll (Brasil) - Doutora em Educação e professora no Departamento de Estudos Especializados na Faculdade de Educação da UFRGS.

Daniel Gustavo Mocelin (Brasil) - Doutor em Sociologia e Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Dominique Maingueneau (França) - Doutor em Linguística e Professor na Universidade de Paris IV Paris-Sorbonne.

Estela Maris Giordani (Brasil) - Doutora em Educação, Professora Associada da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e pesquisadora da Antonio Meneghetti Faculdade (AMF).

Hilario Wynarczyk (Argentina) - Doutor em Sociologia e Professor Titular da Universidade Nacional de San Martín (UNSAM).

Leandro Raizer (Brasil) - Doutor em Sociologia e Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Luís Fernando Santos Corrêa da Silva (Brasil) - Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Ciências Humanas da UFFS.

Lygia Costa (Brasil) - Pós-doutora pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ e professora da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Maria Regina Momesso (Brasil) - Doutora em Letras e Linguística e Professora da Universidade do Estado de São Paulo (UNESP).

Marie Jane Soares Carvalho (Brasil) - Doutora em Educação, Pós-Doutora pela UNED/Madrid e Professora Associada da UFRGS.

Mauro Meirelles (Brasil) - Doutor em Antropologia Social e Pesquisador do Laboratório Virtual e Interativo de Ciências Sociais (LAVIECS/UFRGS).

Silvio Roberto Taffarel (Brasil) - Doutor em Engenharia e professor do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Impactos Ambientais em Mineração do Unilasalle.

Stefania Capone (França) – Doutora em Etnologia pela Universidade de Paris X- Nanterre e Professora da Universidade de Paris X-Nanterre.

Thiago Ingrassia Pereira (Brasil) - Doutor em Educação e Professor do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da UFFS e do Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFFS.

Wrana Panizzi (Brasil) - Doutora em Urbanisme et Aménagement pela Université de Paris XII (Paris-Val-de-Marne), em Science Sociale pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne).

Zilá Bernd (Brasil) - Doutora em Letras e Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade LaSalle.

Sumário

09 Sobre a Coleção

Psicanálise: Clínica e Cultura

13 Apresentação

25 Capítulo 1

*O dispositivo orientação e a literatura
como tecnologia social para a intervenção
psicanalítica em contextos de crueldade*

Sandra Djambolakdjian Torossian

51 Capítulo 2

*As neurociências e uma nova ontologia
humana ou do colonialismo cerebral*

José Geraldo Soares Damico

Rogério da Costa Fortes

79 Capítulo 3

*A construção de um modelo de
acompanhamento a bebês e educadoras em
educação infantil*

Andrea Gabriela Ferrari

Milena da Rosa Silva

101 Capítulo 4

*A tessitura da escuta a adolescentes
em um serviço da política pública de
assistência social*

Luciane De Conti

Marisa B. Warpechowski

127 Capítulo 5

Um dis-positivo no cuidado de pacientes

Nicole Simquevits

Marta Regina de Leão D'Agord

143 Capítulo 6

*Psicanálise, saúde mental e laço social: a
escuta-flânerie como tecnologia social*

Rose Gurski

Cláudia Perrone

171 Capítulo 7

*Tecnocentrismo, uma figuração da paixão
pelo autômato*

Roberto Henrique Amorim de Medeiros

189 Capítulo 8

*Reanimar a palavra: a psicanálise como
tecnologia da linguagem*

Simone Moschen

Janniny Kierniew

Claudia B. Fröhlich

215 Sobre as Autoras e Autores



Sobre a Coleção Psicanálise: Clínica e Cultura

No ano de 2014 teve início as atividades do Programa de Pós-graduação em Psicanálise : Clínica e Cultura, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em seus nove anos de existência, o Programa vem colecionando avanços importantes, materializados no número de cento e trinta mestres titulados, e na elaboração de um projeto de doutorado que, desejamos, muito brevemente se inicie. Decanta, ainda, dessa trajetória de vida, uma tomada de posição no amplo campo da psicanálise, incidindo sobre ele de modo a dar consistência a uma forma de pesquisar que se sustenta na premissa contida em sua nomeação: a clínica não pode ser pensada de forma apartada da cultura, assim como todo gesto que pensa a cultura é, ele mesmo, um gesto que guarda implicações éticas e, portanto, clínicas. As pesquisas produzidas no âmbito do Programa desdobram, cada uma a seu modo, a perspectiva de uma psicanálise que não recua diante do desafio de pensar os temas contemporâneos e, ao trabalhá-los, não se resguarda da condição de ser, ela mesma, trabalhada por eles. Cada estudo desenvolvido no Programa é vetorizado por uma abertura aos temas latejantes de nosso tempo, mas também, e especialmente, por uma posição ético-epistemológica implicada com a extensão – e renovação - da teoria psicanalítica.

O lançamento desta coleção que intitulamos Psicanálise: Clínica e Cultura tem como objetivo estabelecer um ca-

nal ágil de publicação no qual possamos compartilhar com a comunidade acadêmica e não acadêmica os resultados de nossas pesquisas. Desejamos, com o que nossas letras carregam, incidir sobre os modos de pesquisar na Universidade, estabelecendo um diálogo com campos e pesquisadoras/es que se debruçam sobre as mesmas problemáticas pelas quais nos vemos concernidas/os. Almejamos, também, dar consequências a perspectiva de que uma psicanálise que se abre aos problemas de seu tempo é também uma psicanálise que não teme sua própria reinvenção.

Dentro do espírito que nos move, decidimos tomar o tema das tecnologias como nosso ponto de partida. A cada ano, os programas de pós-graduação são demandados por agências de regulação, como a Capes, a registrar e compartilhar suas produções. No âmbito desta demanda, os cursos são indagados sobre o potencial de inovação tecnológica que suas produções carregam consigo. Desde uma posição de psicanalistas, decidimos por escutar essa demanda como escutamos uma demanda clínica – acolhendo-a e, como resposta, fazendo incidir sobre ela um corte com o intuito de visibilizar camadas tornadas invisíveis – ou inaudíveis – pela fixação de um sentido – cristalização que, no âmbito do instituído, faz-se como fruto do trabalho dos fluxos de poder sobre os significantes.

Tendo em consideração que parte importante dos trabalhos de pesquisa mobilizados no Programa partem de um campo experiencial constituído por atividades de extensão que se conjugam de forma inseparável do fazer da pesquisa, o livro que inaugura esta coleção, propõe-se a nomear os saberes, gerados nesses campos, sobre os modos de dar andamento aos impasses ali pesquisados como tecnologias,

mais especificamente, tecnologias sociais. Neste trabalho de nomeação, os/as autores/as que aqui figuram não estão sós, mas se fazem acompanhar de nomes como Achille Mbembe, Walter Benjamin, Kimberle Crenshaw, Donna Haraway, Bruno Latour, Michel Foucault, Emerson Merhy, Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Ailton Krenak, Rita Segato, Lelia Gonzalez.

Os textos aqui reunidos se propõem a sustentar que a mobilização da palavra e sua escuta, na especificidade em que o campo psicanalítico opera, pode ser proposta como um saber-fazer que dá a esta práxis contornos de uma “tecnologia social”. Propomo-nos a, como marco inaugural desta coleção, reverberar o gesto freudiano de incidir sobre a palavra, no caso “tecnologia”, de forma a ampliar seu campo semântico e, ao fazê-lo, ampliar o mundo que ela permite localizar, o que, neste caso, tem como consequência entender seus sentidos no contexto da pesquisa em Humanidades.

As Organizadoras

Setembro de 2023



Apresentação

Como definir uma tecnologia *social*? Como tomar emprestado o termo *tecnologia* das longas e tradicionais discussões acerca da diferença entre ciência e tecnologia – que invadiu os laboratórios e a produção científica em meados do século XX – e transpô-lo para uma função social? Como definir, nesse sintagma, o *social*? Como estender a noção de tecnologia ao campo das relações inconscientes?

Ciência, técnica e tecnologia como dispositivos psicanalíticos de alta sofisticação desdobram-se intertextualmente como fio que costura os capítulos deste livro. Uma bordadura em que o inconsciente pode ser tecido. A técnica tem uma finalidade, a tecnologia não. Entretanto, os relatos aqui testemunham ricas experiências e sólidas reflexões em torno de tecnologias sociais inventadas a partir ou na interface com a Psicanálise. Esse é o aspecto mais surpreendente nesta obra: a ética da Psicanálise floreado inovações em tecnologias sociais. Brotos inventivos de modos alargados de compreender e realizar a clínica e a pesquisa em Psicanálise foram aqui plantados.

Poderíamos tratar essa inovação como mais um passo no sentido freudiano da técnica, tal qual o pai da Psicanálise a define: aquilo que alonga e potencializa o corpo, do homem no sentido de sua força. Assim como um binóculo que expande a visão ou uma arma, o braço (FREUD, 1976). Com Lacan, numa outra linha de interpretação epistêmico-clínica da Psicanálise, poderíamos dizer que a obra seria um testemunho da Psicanálise em extensão, que se diferenciaria da Psicanálise em intensão. A primeira, Lacan a resume como “tudo o que resume a função de

nossa Escola como presentificadora da Psicanálise no mundo” (LACAN, 2003, p. 251).

Entretanto, há na direção que orienta este livro, um deslocamento substancial que torna inéditos seus ensaios. A ciência e a tecnologia produziram um deslocamento do real, isto é, nos apontaram que temos múltiplas naturezas, que o corpo é capaz de transformações em sua materialidade. Assim, fatos impensáveis, há muito pouco tempo, se tornaram realidade cotidiana como a mudança de gênero, o mundo virtual com seus algoritmos e os dispositivos de comunicação de massa online. Mas, como a Psicanálise não seria tocada por esse novo real, se ele é sua matéria-prima?

Por outro lado, o século XXI testemunha, nos países do Sul Global, o desvendamento do tecido corrosivo que encobria a alteridade (DUSSEL, 1993). Transicionamos de um modelo epistêmico imperial unívoco e que se desejava universal para o reconhecimento de modos plurais de pensar, de ser, de exercer o poder e de ocupar o gênero (GUERRA, 2021). Essa elipse, ao se deslocar deste modelo central, desvelou o vazio sobre o qual sua orientação se constituía. A violenta imposição de um universal sobre outros expôs sua multiplicidade e inaugurou novos modos de pensar e de fazer que se posicionam, que mostram como cuidam desse vazio estrutural. Novos *ethos* se descortinaram em sua existência ancestral.

Na Psicanálise, recorremos a Freud para cartografar a clínica e a pesquisa em Psicanálise. Alguns campos conexos à Psicanálise teimam em desentender porque sempre voltamos a ele. Há, na subtração da operação freudiana, o reconhecimento do que não está lá, mas opera como causa desejante. Uma dialética própria que funciona no *a pos-*

teriori somente. Portanto, não se sabe de antemão quais serão os efeitos da incidência da Psicanálise em um contexto específico, por um lado. Por outro, cada contexto pode exigir ferramentas inéditas. Afinal, o inconsciente inventa truques com suas estruturas para responder ao discurso de cada época (LACAN, 2010).

Nesta obra que leitores e leitoras têm em mãos, psicanalistas, pesquisadoras e pesquisadores na Universidade – o que por si só já é outra topologia para a Psicanálise – dão testemunho dos efeitos de seu trabalho. Consideram esse deslocamento do século XXI e a geopolítica do saber que inclui a alteridade numa visada psicanalítica, seja o outro tomado como corpo, língua de gozo ou próximo. Radicados nos fundamentos da teoria psicanalítica, seus autores e autoras dialogam com outros campos, introduzem uma semântica, mas também uma gramática, novas. O que uma tecnologia social orientada pela Psicanálise pode produzir não é sem cálculo, mas também não é sem a sensibilidade de uma época ou de uma territorialização do inconsciente.

Destarte, aqui se reúnem escritos deste momento fecundo no Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Suas professoras pesquisadoras e pesquisadores trazem, de modo rigorosamente fundamentado, mostras de como a Psicanálise avança no Sul Global e, em ato, criam o corte que extrai uma nova topologia para a práxis psicanalítica. Desta dimensão real do inconsciente, atravessada por determinantes muito próprios, extraem, da responsabilidade analítica, reverberações de ricos movimentos de pesquisa.

Se Freud não recuou face às históricas e Lacan, face às psicoses, aqui é o real de nosso século e das condições vulne-

ráveis da linguagem que são postas à prova que não podemos recuar. Donde nascem as novas estratégias, leves ou *leve-duras*, como seu desdobramento incontornável. Metodologia literária, escuta do cuidado para além do protocolo, *diz-positivos* interativos de apresentação-supervisão de casos, *escuta-flanêrie* e carrinho-de-parada, convivem inventivamente com as questões acerca do trans ou pós-humano e do contra ou pós-colonial no campo do discurso e na práxis oriunda da Psicanálise. Não há como não se sair tocadas e tocados pelos desdobramentos do que se plantou ao longo dos últimos anos neste decidido programa de investigação.

O artigo de Sandra Djambolakdjian Torossian traz uma metodologia literária como tecnologia social de orientação de pesquisa em Psicanálise. Reunidas/os as/os orientandas/os em torno da escrita da vivência da pesquisa, seu compartilhamento permite uma reconfiguração da cena, através de um trabalho com o texto. Considera-se ao mesmo tempo a experiência do inconsciente, da escrita e da análise política e institucional que permeia a investigação. Trata-se de uma tecnologia social oriunda de situações de escuta, situada em contextos de crueldade. Parte das linhas sedimentadas, mas também de suas fissuras, do estabelecido, mas também do inventado em relação às redes de saber-poder entre diferentes componentes institucionais analisados. Leva em consideração não apenas “o que”, mas o “como”, em relação com o que se faz em relação com o que se testemunha e se elabora de modo que

O dispositivo orientação ao escutar e pesquisar sobre essa escuta, transforma-se numa ferramenta e numa metodologia vinculada a práticas transformadoras, especialmente quando essas acontecem no campo das políticas públicas atravessadas pela

produção de mais crueldade onde deveriam produzir proteção.

O denso e crítico texto de Rogério Forte e José Damico, cria o solo por onde o pensamento pode se reposicionar numa tomada de posição nunca neutra. Analisam “novas técnicas bionecropolíticas que se exercem diretamente sobre os corpos: fraturação, fissurização, esgotamento”, tomando o livro *Brutalismo*, de Mbembe como fonte de inspiração. Para este,

O escravagismo e o colonialismo terão revelado também a dimensão patriarcal, fálica, orgástica, da ordem da tumescência, da penetração, de um regime de gozo virtualmente infinito dos corpos racializados pela dominação genital do colonizador. É o que o historiador chama de “virilismo”, através do qual o homem branco, tão reprimido em seu continente de origem, libera sem culpa e descarrega sobre o corpo racializado do nativo toda sua volúpia antes contida.

Nesse sentido, a colônia terá sido o laboratório para uma experimentação concreta da relação entre poder e sexo, e da inscrição do poder dominador sobre o corpo racializado, erotizado e subjugado do dominado. Destacando o sujeito cerebral como elemento da radicalização do bionecropoder, os autores convidam ao deslocamento epistêmico alienante como estratégia social, orientada pela contracolonialidade. Pois, uma Psicanálise realizada em países pós-colonizados não pode negar essa perspectiva cosmológica a partir da qual todo corpo se irrealiza.

Andrea Gabriela Ferrari e Milena da Rosa Silva, na construção de um modelo de acompanhamento a bebês e educadoras em Educação Infantil, desenvolvido a partir de um projeto de pesquisa psicanalítica no contexto de escolas municipais e

conveniadas de Educação Infantil do município de Porto Alegre, surpreendem-se em campo. Com equipe interdisciplinar e instrumento de avaliação diagnóstica, implantaram um dispositivo de acompanhamento da relação educadora-bebê nas Escolas Infantis. Porém o contato com a realidade da escola fez a equipe se dar conta de que os indicadores eram menos importantes que as relações cuidadora-bebês, atravessadas, elas também, por experiências infantis de solidão e violência, que eram reproduzidas no cuidado. Com isto, “Passamos a avaliar menos e acolher mais. [...] Talvez aqui tenha se iniciado um dos pontos de torção no grupo”. Desta feita, tem-se que elas desenvolvem, então, a partir da estratégia de avaliação, uma tecnologia de cuidado das profissionais em Educação Infantil, construída conjuntamente com elas próprias.

O artigo de Luciane De Conti e Marisa B. Warpechowski testemunha da construção de um dispositivo de acolhimento e escuta de adolescentes em um serviço da Política Pública de Assistência Social. As autoras compartilham a trama ético-conceitual que sustentou a proposição deste dispositivo e, ao fazê-lo, dão a ver, por um lado o que está em causa na condução da escuta e de seus efeitos para os jovens e trabalhadores/as envolvidos/as e, por outro, a arquitetura inventiva que alicerça a própria proposição. As noções de dimensão sociopolítica do sofrimento, cunhada por Miriam Debieux Rosa, de tessitura da intriga, proposta por Paul Ricoeur, e de Grupos de Conversação, desenhada por Jacques A. Miller, entre outras, são recuperadas pelas autoras num gesto que as desloca de seu lugar de proveniência e as tece em outras redes para sustentar a singularidade de uma tecnologia que deu forma à escuta de adolescentes em situação de vulnerabilidades discursiva, social e material. O convite a que possamos visitar os bastidores da fabricação desta modalidade de

trabalho nos dá notícias do processo criativo desencadeado em uma posição de oferta de escuta que não recua diante dos impasses que o encontro com o singular faz emergir.

Outra inovação constituída nesse fértil campo de pesquisa é o modo como Marta D'Agord e Nicole Simquevits construíram o dispositivo de apresentação de pacientes no ensino da Psicopatologia como modo de supervisão coletiva de casos na Clínica de Atendimento Psicológico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Retomam a subversão de Lacan, face à Psiquiatria de sua época, ao deslocar o olhar para a intervenção. E, problematizada desde os pressupostos da reforma psiquiátrica brasileira, as autoras defendem a apresentação

Como dispositivo, à medida que diz-positivo, diz-posições. Reparte posições. E isso diz não apenas de lugares, mas também de maneiras corporais de habitá-los com lugares positivos. E por conta dessa pluralidade de posições, os ditos do paciente refratam-se, abrindo lacunas que, caso contrário, seguiriam despercebidas.

A partir da premissa de que, para tratar as psicoses, é preciso ser múltiplo, operam em dois tempos. No primeiro, um analista é convidado a discutir o caso, que não conhece e, no segundo, a equipe que acompanha o caso discute o mesmo em supervisão de modo que “essa pluralidade de lugares de escuta produz um encurralamento do real que possibilita que os ditos do paciente possam refratar-se”.

O texto de Rose Gurski e Claudia Perrone traz uma recuperação da discussão frankfurtiana de ciência e técnica, acrescida do aporte contemporâneo de teorias críticas como a de Haraway, problematizando que “modos de construir o conhecimento, o ethos de pesquisa, as teorias e conceitos que envol-

vem os estudos não são neutros, eles têm efeitos ético-políticos na re-configuração de problemas que se apresentam e exigem um agenciamento sóciotécnico”. Elas inserem a psicanálise neste contexto a partir de uma tecnologia social denominada escuta *flanerie*, que conjuga Benjamin e Baudelaire – *flâneur* e *flânerie*. Articulada como espaço polissêmico de escuta que transforma, foi inicialmente adotada no contexto da Socioeducação, buscando recolher o que, negado ou descartado, retorna como resto, detalhe, num ritmo não acelerado. Oferecem assim a possibilidade de produção de novas perguntas e outras respostas aos impasses cotidianos de violência.

Na linha reflexiva, Roberto Amorim, por seu turno, problematiza a noção de tecnologia, deslocando-a de seu universo semântico tradicionalmente associado à *gadgets* para problematizá-la como desenvolvimento de melhorias, por vezes simples como um soro caseiro, que produzem rupturas e subversões na ordem vigente. Problematiza a relação do transhumanismo a partir do “ideal puramente maquínico no desejo de sua produção e de seu consumo”, apontando potenciais riscos como o da “tecnologia substituir a fantasia, a fabulação, a memória afetiva, enfim, a construção narrativa, por intermédio da imagem”. Sua hipótese é a de que “o autômato é o objeto que parece ocupar o lugar vazio de causa do desejo no contemporâneo”. Daí pensar que, se a Psicanálise puder “auxiliar o ser humano a inventar novas formas sociais, políticas, culturais e novas possibilidades de enunciação individual e coletiva”, poderá ser tomada como uma tecnologia que não esteriliza seu objeto.

Finalmente, o artigo de Simone Moschen, Janniny Kiernew e Claudia B. Fröhlich arremata o livro com a proposta explícita de tomar a Psicanálise como

Uma tecnologia da palavra evocada em transferência. Um modo singular de escutar/ler a palavra dita em transferência e, por meio dessa escuta, inscrever/escrever aberturas a novas linhas de produção de sentido – e de não sentido –, de onde derivam novas experiências de si e do mundo.

Subvertendo a articulação entre tecnologia e produção de subjetividade, as autoras propõem a Psicanálise como uma tecnologia de corte sobre a linguagem e contam de sua tecnologia: um carrinho de parada. Um carrinho de reanimação customizado com tecido, fios e agulhas, bordados, que “rodou pelos corredores do Setor com o intuito de lançar um convite para que pacientes, familiares e trabalhadores em saúde desativassem momentaneamente o sentido “necessário” e estável das coisas”. Carrinho-chiste que como tecnologia leve – ao lado das duras – que visava abrir a possibilidade do jogo polissêmico das palavras. “Uma artesanaria que procura dar forma a artefatos singulares por meio de in(ter)venções que incidem sobre a “dura matéria” da língua”.

Atravessar a língua implica em camadas e sobreposições, em caminhos, desvios e interrupções. A Psicanálise é uma chave moldada na própria experiência. A pesquisa, seu vir a ser. E, finalmente, a Universidade, o território em mutação que os acolhe neste livro. As tecnologias sociais aqui discutidas dão mostras de como analisantes e analistas inauguram, com a experiência clínica, meios para orientar de modo radical a escuta do inconsciente em contextos diversos e adversos. Se ele é falado por modos tão singulares, não poderia deixar de exigir modos de escuta tão peculiares. No saboroso encontro com a responsabilidade ética dessas e desses psicanalistas que criam uma espécie de caixa de ressonâncias vibrante, lembrei-me, ao final da leitura desse

delicioso livro, de Roland Barthes (2013, p. 47), quando este escreve que

Empreendo, pois, o deixar-me levar pela força de toda vida viva: o esquecimento. Há uma idade em que se ensina o que se sabe; mas vem em seguida outra, em que se ensina o que não se sabe: isso se chama *pesquisar*. Vem talvez agora a idade de uma outra experiência, a de *desaprender*, de deixar trabalhar o remanejamento imprevisível que o esquecimento impõe à sedimentação dos saberes, das culturas, das crenças que atravessamos. Essa experiência tem, creio eu, um nome ilustre e fora de moda, que ousarei tomar aqui sem complexo, na própria encruzilhada de sua etimologia: *Sapientia*: nenhum poder, um pouco de saber, um pouco de sabedoria, e o máximo de sabor possível.

Mergulhe sem medo!

Andréa Máris Campos Guerra
Primavera de 2023

Referências

BARTHES, R. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 2013.

DUSSEL, E. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

FREUD, S. Por que a Guerra? In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas**. [Volume XXII]. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

GUERRA, A. M. C. A psicanálise em elipse decolonial. In: GUERRA, A. M. C.; GOES E LIMA, R. **A psicanálise em elipse decolonial**. São Paulo: n-1, 2021.

LACAN, J. **O Seminário, Livro 8: A Transferência (1960-61)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

LACAN, J. Proposição de 9 de outubro de 1967 para o psicanalista da Escola (1967). In: LACAN, J. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

Capítulo 1

O dispositivo orientação e a literatura como tecnologia social para a intervenção psicanalítica em contextos de crueldade

Sandra Djambolakdjian Torossian

O objetivo deste capítulo é apresentar o dispositivo orientação e a literatura como uma tecnologia social que incide na escuta psicanalítica situada nas políticas públicas e nos contextos de crueldade. Nos referimos aqui à orientação acadêmica que tem lugar nos programas de Pós-Graduação visando produzir conhecimento científico a partir da elaboração de pesquisas, teses e dissertações.

Do conceito de dispositivo resgatamos a ideia de um conjunto multilinear composto por linhas de natureza diferentes, dentre as quais podem ser encontradas linhas de sedimentação mas também linhas de fissura e fratura; linhas de estratificação e linhas de atualização ou criatividade, constituindo redes de saber-poder entre diferentes componentes institucionais (DELEUZE, 1996). O trabalho nesse terreno consistiria em desemaranhar o dispositivo traçando mapas, cartografando ao percorrer o desconhecido. É desse terreno de trabalho, denominado orientação que pretendemos tratar aqui, no qual emergem tanto lógicas institucionais de sedimentação quanto a possibilidade de sua fissura. Sustentamos aqui, e pretendemos demonstrá-lo, que essas fraturas se tornam possíveis através de um processo de escuta em transferência.

Apresentaremos, então, o trabalho desenvolvido no LE-PLIP – Laboratório de Psicanálise, Literatura e Política/UFRGS, o qual tem como objetivo principal a pesquisa da escuta psicanalítica situada nas políticas públicas e em contextos de vulnerabilidade e crueldade. Utilizamos propositalmente o termo *situada* com o intuito de evitar cair nas cisões hierárquicas, que frequentemente habitaram os textos psicanalíticos, nos quais se produz uma adjetivação da Psicanálise e da escuta psicanalítica.

Esses textos geralmente objetificam e atribuem maior valor àquela escuta que acontece no contexto do consultório e com a utilização do divã. Assim, termos como Psicanálise *strictu sensu*, ou Psicanálise em intensão (e extensão), deslocam seus sentidos de serem um cenário de escuta e formação para se transformarem num adjetivo do “tipo” de Psicanálise exercida. Com isso encobre-se uma aposta que os psicanalistas realizaram desde a primeira geração, de incluir a política e os direitos sociais como um dos temas psicanalíticos fundamentais.

Danto (2019) ao apresentar os resultados de sua pesquisa afirma ter sido a invenção psicanalítica ao mesmo tempo uma prática terapêutica e uma ideologia modernista de transformação a favor dos direitos sociais. Foi essa a posição freudiana e da primeira geração de analistas. Numa Viena na qual apostava-se na social-democracia como um sistema de governo mais igualitário havia um Sistema de Saúde no qual médicos e outros profissionais doavam horas de trabalho, uma espécie de política pública da época. Nesse cenário os psicanalistas, incluindo Freud, sustentavam sua obrigação social de doar parte de seu tempo a pessoas que, de outro modo, não poderiam pagar pela Psicanálise. Por

outro lado, e para além do dispositivo terapêutico, disputam-se a contribuir, a partir do pensamento psicanalítico, com as políticas governamentais.

Face ao posicionamento político e público de Freud, alguns psicanalistas dentre os quais estava Ernest Jones, manifestaram opinião contrária. Segundo Jones, não seria necessário difundir publicamente as opiniões políticas que deveriam se manter privadas, com o intuito de difundir a Psicanálise. Assim, afirma Danto, tendo prevalecido a posição de Jones nos últimos cem anos, não é de estranhar que o mandato de Freud de 1918 tenha sido consistentemente subestimado.

Ao dedicar-se ao tema do lugar da política na Psicanálise, Birman (2010) destaca que no texto dedicado à sublimação Freud aponta três domínios como possíveis saídas sublimatórias: a arte, a moral e a política. No entanto, destaca o autor, a tradição pós-freudiana tratou esses temas de modo desigual, sublinhando a arte e a moral e deixando a política para um segundo plano, muitas vezes esquecida ou descartada. Um dos efeitos dessa ação relativa à desimplicação da política ou do descarte da mesma no discurso psicanalítico, teria sido a redução da Psicanálise ao estatuto de uma simples terapêutica do psiquismo, dando-lhe um olhar técnico e despolitizado.

Birman (2010) aponta, também, o movimento, acontecido nas últimas décadas, no qual a política tem voltado a habitar o discurso psicanalítico e institucional. Dentre as várias hipóteses levantadas para isso destaca as transformações no espaço social contemporâneo incidindo no funcionamento psíquico no qual formas diversas de crueldade e violência associam-se a perturbações psíquicas nas quais a ação predomina em relação à palavra. Assim, segundo esse

autor há uma abertura da comunidade psicanalítica para uma posição mais politizada e menos conservadora.

Uma das vertentes dessa abertura, e talvez um dos modos em que o cenário brasileiro contribuiu com essa abertura, é a presença de psicanalistas nos movimentos da Reforma Sanitária Brasileira e da Reforma Psiquiátrica. É através desses movimentos que diversos psicanalistas, protagonistas dos movimentos reformistas, passam a incluir o discurso psicanalítico no campo da elaboração de políticas públicas bem como apresentam a escuta como uma das ferramentas de sua execução. Nesse sentido a Psicanálise parece reatualizar uma intervenção política que por algum tempo foi interpretada como algo “privado”, de menor valor, mas que esteve presente já nos tempos iniciais do movimento psicanalítico.

O termo “políticas públicas” tem sido utilizado com vários sentidos e tem se tornado também campo de disputa de poder. Por isso e por tratar-se de um conceito e um significante de relevo para a elaboração deste texto cabe aqui um parêntese, mesmo que breve, para explicitar esse termo.

De acordo com Teixeira (2002, p. 2) as políticas públicas configuram “diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”. Do mesmo modo Acurcio (2007, p. 23) as nomeia como “um conjunto de diretrizes e referenciais ético-legais adotadas pelo Estado para fazer frente a um problema que a sociedade lhe apresenta”. Desse modo, ainda segundo esse autor, as políticas públicas convertem-se nas principais estratégias de efetivação dos direitos sociais.

Nesse cenário brasileiro de interface entre as Políticas Públicas e a Psicanálise, diversos psicanalistas foram se

constituindo como trabalhadores dos serviços que as compõem, quer se trate de Políticas de Saúde, Educação, Assistência Social, Moradia ou Segurança e tem buscado diferentes espaços de sustentação, elaboração e teorização de sua prática. Dentre esses, destacamos a Supervisão Clínica, a Supervisão Clínico-Institucional e a Pesquisa.

Um cenário de pesquisa: o Laboratório de Estudos em Psicanálise, Literatura e Política

O LEPLIP – Laboratório de Estudos em Psicanálise, Literatura e Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) tem se constituído como um campo de pesquisa e surge a partir da reunião de trabalhadores-pesquisadores no processo de orientação de Mestrado. A maior parte deles atuam na da rede pública intersetorial ou realizam suas pesquisas com temas pelos quais são afetados e sustentam-se na ética da Psicanálise. Pode-se afirmar que o LEPLIP surge, então, como um efeito *après-coup* do labor investigativo que esse grupo realiza sobre sua experiência cotidiana.

O tema geral das pesquisas realizadas neste laboratório direciona-se aos modos de escutar o sofrimento produzido nesses cenários. Nesse processo verificou-se uma constante: a dificuldade de escrever sobre a experiência de escuta. Dificuldade que implica, por sua vez, numa suspensão do processo de pesquisa uma vez que a pesquisa psicanalítica se ancora no ato da escrita (RODULFO, 2004; MEZAN, 1998; MARQUES, 2006).

Rosa (2002) analisa as dificuldades de escuta em territórios das cidades marcados pela desigualdade. A autora sublinha a situação transferencial quando quem escuta e quem é escutado ocupa lugares opostos na estrutura social.

Trata-se de um encontro entre os porta-vozes dos emblemas que possibilitam posições de inclusão, os que dominam as ferramentas de pertinência social e as pessoas que frequentemente possuem o peso imaginário de estar fora, excluídas da estrutura social.

Uma análise semelhante pode ser encontrada nas posições sociológicas de Jessé Souza (2009), quando sinaliza que a produção de desigualdade social se assenta na desigualdade de classe. Destaca, nesse ponto, o que denomina de “aprendizagens invisíveis” que produzem violência simbólica. Fazem parte das aprendizagens invisíveis os gestos e modos de viver aprendidos nas diversas instituições formadoras e constitutivas de sujeito. Denomina, ainda de “má fé institucional” o fato de muitas instituições não respeitarem os objetivos para os quais foram implantadas.

A escuta nessa condição de desigualdade, em espaços potencialmente traumatizantes nos quais os profissionais dos serviços públicos e a população atendida costumam estar em lugares desiguais na estrutura social é analisada por Rosa (2002) destacando a possibilidade de haver uma posição de resistência à escuta por parte dos profissionais.

De acordo com Rosa (2002), ainda, a escuta do discurso desses sujeitos fica insuportável, não somente pela situação em si mas porque tomar esse outro, na sua alteridade, como um sujeito do desejo, atravessado pelo inconsciente e confrontado com situações de extremo desamparo, – situação gerada pela ordem social da qual o psicanalista usufrui – “é levantar o recalque que promove a distância social” (ROSA, 2002, p. 7). Nessas situações escutar seria romper o pacto de silêncio do grupo social ao qual cada um pertence e do qual usufrui. Um pacto sustentado na invisibi-

lidade das determinações do outro e na (pseudo)afirmação de uma igualdade entre todos. Negação da diferença que possibilita o gozo de uma posição imaginária de estar do lado do bem.

Além dos pontos levantados por Rosa (2002) e Souza (2009) podemos afirmar que a resistência e os impasses na escuta não se dão somente pelas posições transferenciais e sociais desiguais, na qual um segmento da população se encontra numa posição diferenciada de poder, mas de modo suplementar, por uma hierarquização dessa diferença que produz desvalorização e segregação da fala bem como das posições e dos bens culturais deste segmento da população que sofre os efeitos da crueldade institucional.

A procura pelo espaço do Mestrado, por quem está na condição de escutar a população em espaços de segregação social, pode ser compreendida, então, como um modo de buscar alternativas para suportar a diferença nos lugares de escuta, sem necessariamente permanecer na posição de insuportabilidade de escutar. Além disso, a desigualdade é característica da realidade brasileira e demanda da Psicanálise pesquisa e teorização, pondo à prova as ferramentas conceituais para essa particularidade do sofrimento.

O objetivo do Laboratório, materializado num projeto de pesquisa, passa a ser então a construção de uma estratégia metodológica de pesquisa que provoque rupturas e deslocamentos nos impasses da escrita que são, também, impasses da escuta nos mencionados contextos territoriais e transferenciais, quando capturados pelas relações de saber-poder sedimentadas. Escuta realizada em espaços caracterizados pela desigualdade social e racial bem como pelo limite das possibilidades de ação dos técnicos dos serviços em função

das políticas de governo e de Estado, denominados por Paulo Endo (2005) como potencialmente traumatizantes.

Escolhemos a expressão contextos de crueldade para designar territórios e espaços da cidade nos quais as pessoas estão expostas à violação dos seus direitos, à violência que surge dos lugares e cenários onde deveria se encontrar proteção, mas que, em vez disso, encontra desamparo social. Nesses cenários o Outro aparece encarnado por figuras de violência e violação, sem ambivalência, sem oscilações, sem dúvidas, sem intervalos. Assim, a crueldade não está colocada somente no território geográfico, mas amplia-se para o território das relações interpessoais (SANTOS, 2007) e, mais ainda, torna-se importante vetor de constituição do psiquismo.

A construção dessa ideia ancora-se nas proposições de diversos autores. De Derrida (2001) tomamos seus apontamentos sobre a ascendência latina da palavra crueldade: *cruor*, *crudus*, *crudelitas*, assinalando uma necessidade histórica de sangue derramado. Além disso, resgatando outras semânticas não latinas, o autor afirma que a crueldade designa, também, o “desejo de fazer ou de se fazer sofrer *por* sofrer, mesmo de torturar ou de matar, de se torturar por torturar ou por matar, *para* sentir um prazer psíquico no mal pelo mal, mesmo *para* gozar do mal radical” (DERRIDA, 2001, p. 6).

Desse autor resgatamos também sua aposta na Psicanálise como modo de trabalhar à crueldade por ela ser *sem álibi*, por tratar da crueldade sem relação com instâncias religiosas ou metafísicas. Afirma o autor: “nenhum outro saber estaria disposto a se interessar por algo como a crueldade – salvo o que se chama Psicanálise” (DERRIDA, 2001, p. 9). Para isso, adverte, é necessário que a Psicanálise tome a

política e as relações com a pulsão de poder como campo de análise, sobretudo as “relações com o espaço público da sociedade civil e do Estado” (DERRIDA, 2001, p. 48).

Birman (2010), ao ler Derrida, aponta a crueldade como um operador por excelência para a produção do mal, destacando que essa permeou toda a história do ocidente, marcada por diferentes formas de apresentação ao longo dessa história. Assim, a crueldade vai transformando sua associação ao poder quando se trata da soberania do Estado (crueldade exercida pelo Estado), ou da mundialização e cosmopolitismo, na qual os Estados cedem parte de sua soberania a instâncias transnacionais.

Mijolla-Mellor (2005, p. 174) contribui com nossa construção quando destaca que “exercer a crueldade implica uma desidentificação com a vítima em nome de uma identificação com um princípio superior”. A autora refere, ainda, que uma desidentificação face ao outro fundamenta todas as barbáries e afirma que perante a barbárie resta sempre uma pergunta em relação ao que aconteceu, ao que se fez ou se deixou de fazer e levou o sujeito à posição de não ter outra saída senão a identificação megalômana com uma posição desumanizada.

Os contextos de crueldade traduzem-se então em territórios geográficos, existenciais e relacionais nos quais presentifica-se uma violência difusa ancorada em relações nas quais prevalece o fazer o mal e a falta de clemência que dão lugar a movimentos de desidentificação que derivam na desumanização. Territórios que produzem sujeitos em cuja constituição psíquica há rastros da barbárie sofrida, e por isso mesmo, a crueldade poderá se repetir contra si e contra outros.

A Orientação e a Literatura como dispositivo

O trabalho de orientação do LEPLIP deu-se, desde seu início, de modo coletivo. Com reuniões semanais, o grupo de orientação das pesquisas e dissertações caracteriza-se pela escrita da experiência de cada um dos pesquisadores os quais compartilham com o grupo seus textos. Por vezes realiza-se a leitura em voz alta, por vezes combina-se uma leitura prévia e discussão do texto. Há ainda momentos em que sem texto, fala-se do que se pretende escrever, ou das impossibilidades da escrita naquele momento, das inibições, das questões institucionais, dos casos, das escutas realizadas, do trabalho com as equipes, dentre outros temas e motivos. O grupo então discute, associa, indica leituras, sugere modificações, critica o texto.

A procura pelo espaço da pesquisa, por quem está na condição de escutar a população em espaços de segregação social e crueldade, pode ser compreendida, então, como um modo de buscar alternativas para suportar as desigualdades nos lugares de escuta, sem necessariamente permanecer na posição de resistência à escuta. Com esse objetivo, as diferentes pesquisas de dissertação buscaram modos de superação da inibição e dificuldades de escrita, que refletem, como já dissemos, impasses na escuta. A partir da leitura de Benjamin (1987) buscamos a narrativa como uma das possibilidades de produzir a passagem do vivido à experiência. Segundo o autor, é através da narrativa que aquilo que é vivenciado poderia se transformar em experiência. A ausência de narrativa faz com que as vivências traumáticas se transformem num vazio de experiência. No nosso caso foi a narrativa literária que permitiu essa passagem. Passamos a narrar algumas das cenas que enlaçaram a experiência clínica com variados gêneros literários

1. Crônicas da experiência

Uma das pesquisas foi desenvolvida na Política de Assistência Social, num momento em que o Brasil vivia um Golpe de Estado. Isso refletiu especialmente no campo das políticas públicas, especificamente daquelas que lidam com a desigualdade social, com ações restaurativas e de proteção social. A sociedade em geral e os trabalhadores dos serviços da Assistência Social, em particular, tiveram seu trabalho dificultado em função de mudanças nas diretrizes, orçamento e organização da política. A pesquisadora em questão, buscava delinear seu tema de pesquisa. Nesse processo foi se apresentando uma continuidade de cenas da experiência, em excesso, uma atrás da outra, sem qualquer ponto de fixação num tema. Tinha-se, nesse momento, a impressão de que tudo precisava ser contado, para não se perder, como estava se perdendo o trabalho realizado até então. Ao escutar esse relato, propomos que essas experiências fossem contornadas pelo gênero da crônica. A escolha das crônicas emergiu da necessidade de encontrar um modo de escrita que considerasse o relato do cotidiano.

Destaca-se que a crônica e sua característica de ser uma escrita mais próxima à vida, aos encontros e desencontros do cotidiano e é compreendida como literatura muito brasileira (SANTOS, 2016). Surge no momento em que os jornais passam a ter circulação periódica, retratando o dia a dia da cidade e seus habitantes por lentes atentas, sagazes e muitas vezes, incomuns.

Cândido (1981), destaca a grandiosidade desse gênero ao afirmar que das escritas despreziosas nunca viu tamanho comprometimento com o olhar sobre o mundo.

Sustenta, ainda, que as crônicas – por sua leveza e acessibilidade – podem comunicar mais das vidas cotidianas de homens e mulheres do que um estudo formal a esse respeito.

2. Biografemas do dispositivo prisional

A escolha dos biografemas como modo de transmitir a experiência da escuta realizada no contexto prisional já havia sido construída. No entanto, houve um momento em que o pesquisador, ao discutir seu texto, lido em voz alta pelo grupo, fala do desprezo pela palavra que encontrava no cotidiano do seu trabalho. Ali, na conversa com o grupo, nesse lugar de escuta coletiva, foi possível perceber sua própria captura pela lógica institucional associada a essa linha sedimentada do descaso pela fala das apenadas. Foi a emergência da linha enunciativa que produziu um desvio no texto da pesquisa, possibilitou novos biografemas, e produziu o deslocamento do “literal para o literário”, segundo as palavras do pesquisador (MATTOS, 2022, p. 46).

O biografema, termo cunhado por Roland Barthes seria um instante no discurso de um sujeito, assim como a fotografia é um instante na História. O pesquisador destaca, por outro lado, que como método, retoma a tradição psicanalítica de se apoiar na literatura e não rechaçar a palavra, o texto, o discurso (MATTOS, 2022).

3. Cartas entre Brasil e Moçambique

A Psicanálise em Moçambique foi um dos temas de pesquisa do grupo. Quais as possibilidades de que a escuta psicanalítica habite o país africano, suas estratégias de saúde, sua psicologia, sem que se apresente como um saber coloni-

zador? Para isso, visitas e entrevistas com médicas e médicos tradicionais do país foram realizadas. Como organizar isso tudo num texto? As normas acadêmicas tradicionais não pareciam dar conta da transmissão da experiência da pesquisadora. Foi num dos encontros do grupo no qual se apresentou esse impasse que surgiu então a proposta das cartas. Essas deram conta do trânsito entre países e culturas, da mudança de linguagem, dos espaços e intervalos necessários na escrita e no diálogo entre a Medicina Tradicional e a Psicanálise.

4. Os sonhos do psicanalista

Uma pesquisa sobre a escuta com população de rua. Nela, inicialmente, predomina a escrita acadêmica, conceitos e teorias para fundamentar o trabalho. Até que o inconsciente do psicanalista aflora em sonhos, tanto os relativos ao texto que está sendo escrito, quanto aos impasses da Clínica. Num primeiro momento esses ficam “em anexo” ao projeto para depois se transformarem em tema e problema da investigação. Precisou da ajuda de muitos para isso acontecer. Assim, os sonhos ganharam espaço nas páginas da Dissertação e foram colocados em análise permitindo a continuidade da escrita e a mudança de rumos na escuta.

Sobre a Escuta-Orientação e o gênero literário como superfície de inserção

Nas cenas apresentadas o modo de escrita e a escolha do gênero literário apontam tanto para os impasses quanto para a possibilidade de continuar. Assim, as crônicas, pela sua função de narrar o cotidiano, surgiram como possibilidade de dar conta do dia a dia da Clínica no contexto da Política de Assistência Social; as cartas foram gênero propício ao atravess-

samento do oceano para falar de uma Psicanálise possível na escuta do sofrimento moçambicano; os biografemas abriram as celas da prisão e os sonhos se apresentaram como enunciação, fissurando as sedimentações acadêmicas e normativas.

Dentre os impasses e possíveis resistências no processo de escuta que se traduziram em bloqueios na escrita destacam-se aqueles surgidos no encontro com a desmontagem das políticas públicas, produtor de angústias e na dificuldade de um tempo de distanciamento entre a vivência e a escrita; a captura pelo dispositivo prisional no que esse produz de rechaço pela palavra de todos; a escrita sobre o desconhecido no país da pesquisadora – a Medicina Tradicional – e sua inclusão como modo de não apresentar a Psicanálise como um saber colonizador. Além disso, no contexto da pesquisa e da escuta com população de rua, os sonhos do pesquisador emergem numa ruptura com o processo de trabalho de escuta e de pesquisa. Em ambos os espaços, na escrita da investigação e na intervenção no serviço, os sonhos apontam outros caminhos.

Os pesquisadores (trabalhadores) sustentam seu trabalho nas diretrizes, normativas e textos das diversas políticas públicas: de Saúde, Assistência Social, Segurança etc. Aqui se coloca uma situação paradoxal nas posições transferenciais. As políticas públicas teriam, em parte a função de amparar situações de diversas vulnerabilidades, segregação e desigualdade social, no entanto, não é raro que os trâmites institucionais mantenham as práticas de vulnerabilização e desigualdade. Esse paradoxo apresenta-se na transferência dos trabalhadores em vários dilemas dos quais emerge uma aparente necessidade de escolher desde onde intervir quando a escuta e as diretrizes da política parecem estar em oposição. Dilemas que aparecem

nos textos das Dissertações. Por outro lado, a transferência dos usuários reflete esse paradoxo quando ao dirigir-se a um suposto sujeito que pode auxiliar na saída da condição em que se encontra, sabe que se endereça a um “representante” do Estado. Estado esse que por vezes o violentou.

Essas posições produzem um efeito inibitório no processo de pesquisa. A escrita paralisa, há relatos de vontade de abandonar o trabalho, desvalorização do que está sendo produzido. Os paradoxos da transferência “vívica” no processo de escuta enquanto trabalhadores, materializa-se como repetição no processo de pesquisa na paralisação do processo de escrita.

O trabalho da orientação nesse contexto se apresenta a partir da escuta em transferência dos impasses e do acolhimento das dificuldades. É pela acolhida e análise dos impasses que se torna possível a enunciação da dificuldade. Não estamos aqui falando somente de escutar o enunciado, aquilo que se apresenta, num primeiro momento, como queixa em relação ao impasse, mas das conexões dessas dificuldades com as lógicas institucionais, com as vicissitudes transferenciais e com tudo aquilo que sedimenta o olhar numa única direção.

Uma vez enunciado o problema, quando se associa o impedimento àquilo que trava a escrita e a escuta, o trabalho de orientação consiste em oferecer algumas possibilidades de modos de escrita. Esses traduzidos em gêneros literários funcionam no texto como superfícies de inscrição dando um contorno àquilo que não pode ser enunciado.

Rodolfo (2004) apresenta a superfície de inscrição como um espaço de subjetivação. Trata-se de uma superfície de escritura que não preexiste ao sujeito, mas carrega em si uma invenção. Inclui no seu funcionamento a marca e a ação de marcar os lugares onde o sujeito de aloja. Aqui propomos,

então, a escrita literária e mais especificamente o gênero literário como uma superfície de inscrição, tanto no que essa tem de inventiva quanto de abertura à possibilidade de alojar o sujeito naquilo que vai se constituindo na ação de escrever. Traço, marca, rasura, mas também continuidade.

Trocoli e Aires (2012) sustentam que a partir de Freud se apresentam dois modos de relacionar a Literatura e a Psicanálise: a Literatura como modo de formalização da teoria psicanalítica e a Psicanálise aplicada à vida e à obra do autor. A partir de Lacan forja-se um estilo em que Literatura e Psicanálise estão em relação de heterogeneidade e de disjunção. Coube a Freud, segundo as autoras, ocupar-se em delinear o inquietante familiar do texto literário e a Lacan deter-se no funcionamento do mesmo. No trajeto entre Freud e Lacan, a narrativa literária ganha diferentes contornos: do caráter de busca de sentidos, mediação e formalização presentes no texto freudiano à busca do funcionamento do texto centrado na falta-a-ser e no encontro com o não-saber, na perspectiva lacaniana (LACAN, 2003).

Barthes (1978, p. 19), ao referir-se ao potencial da literatura afirma: “a ciência é grosseira, a vida é sutil, e é para corrigir essa distância que a literatura nos importa”. Para o autor a literatura não se trata de um corpo, uma sequência de obras, um ensino ou um setor de comércio, mas da prática de escrever, do trabalho de deslocamento que o escrever exerce sobre a língua. Trata-se de uma “trapaça salutar” (BARTHES, 1978, p.16) de um movimento de esquiva em relação ao poder da língua. Aquela que obriga a dizer e está a serviço de um poder. A literatura assim, permite desvios, encontra outros caminhos, diz de outro modo. Torna-se um caminho suplementar entre a ciência e a vida.

Petit (2010) destaca o caráter mediador da literatura e assinala o ato da leitura como uma das modalidades de resistir as adversidades. Afirma a autora que, em contextos demasiadamente expostos à violência, a leitura literária oferece a oportunidade de um “olhar *distanciado* da nossa realidade imediata, de encontrar diferenças para nos questionar, ou semelhanças, ecos das nossas próprias experiências” (PETIT, 2010, p. 31, grifo nosso).

Cyrulnik (2004, 2006) destaca o caráter mediador da narrativa perante situações traumáticas. Atribui à narração dos eventos a possibilidade de elaborá-los sempre que o sujeito receba o acolhimento necessário por parte de quem escuta. Salienta também a necessidade de cuidado e produção de narrativas por parte dos profissionais responsáveis pelo acolhimento dos sujeitos que sofrem em função de eventos traumáticos. Para o autor, então, a narração e as narrativas apresentam possibilidades de cuidado e acolhimento.

Em perspectiva semelhante Gagnebin (2006) destaca o caráter testemunhal da escuta e da escrita não sendo suficiente ver, mas, também, há que levar adiante a narrativa do que se viu. A autora salienta tanto a possibilidade de dizer e transmitir uma experiência nessa narrativa quanto de momentos de impossibilidade da transmissão. Para esses é que a literatura surge, aqui, como um modo de transmissão.

O gênero literário escolhido diz também da experiência clínica que se quer transmitir, dando conta de uma das dificuldades desse processo que é não somente destacar a pesquisa *do que* foi escutado mas *como* se deu essa escuta.

Rodolfo (2008) destaca o caráter musical da experiência de subjetivação dos primeiros meses de vida no canto de ninar. Diz o autor que no momento em que o bebê ainda não

tem acesso à narração, a musicalidade, o tom da voz e o timbre são fundamentais na constituição psíquica. Dos primeiros meses de vida, Rodolfo translada as reflexões para o processo transferencial que acontece em qualquer trabalho, afirmando que muito pouco tem se olhado para essas situações no que temos denominado transferência. Segundo o autor:

Os psicanalistas e outros trabalhadores em ciências humanas não costumam refletir muito, por exemplo, sobre o tom da voz com que se dirigem a uma criança ou ao paciente em geral: seu timbre, seu sotaque, sua cor mais viva ou mais neutra, sua suavidade ou sua força, a qualidade de sua dicção [...] aquilo que costumamos chamar de transferência está mergulhado nesta questão (RODULFO, 2008, p. 190, Tradução Livre da Autora).

Na construção do nosso método de escrita da Clínica Psicanalítica em contextos de crueldade a literatura tem a função de transmissão apontada por Rodolfo em relação à música, seja pelo gênero escolhido ou pelo modo de escrever e pontuar o texto. A função testemunhal da escuta tem sido apresentada nas dissertações não somente descrevendo o que foi escutado, mas levando adiante o que se escutou e como foi escutado. Nesse ponto, damos especial ênfase à escrita literária como escape, desvio em relação à crueza dos contextos de crueldade.

A crueza, o cru, o sangue derramado, tudo aquilo que não está digerido nos termos que compõem a crueldade: *cruor*, *crudus*, *crudelitas*, bem apontado por Derrida (2001) se revestem de mediação, narração e possibilidade de transmissão, numa estética ausente no momento em que a crueza e a crueldade atravessa a quem escuta e a quem é escutado.

Destacamos, ainda, que os tempos da escrita e da elaboração textual refletem os tempos da transferência. Para

sustentar conceitualmente a função temporal recorreremos à proposta de Lacan (1998) quando diferencia os tempos da cronologia, da lógica do tempo no processo de fala direcionada a um analista e os tempos da escuta.

Lacan apresenta três momentos na instância do tempo: o instante de olhar, tempo para compreender e momento para concluir. No instante de olhar – primeiro tempo – há uma constatação do que se vê. No segundo, o tempo para compreender, o olhar dirige-se além do que se apresenta num primeiro tempo, trata-se de um processo de compreender que inclui o outro, as suas reações, suas atitudes, compreende o contexto, os processos de alteridade. O terceiro tempo, da conclusão, dá-se pela antecipação de uma certeza sobre o que se viu e se compreendeu, um momento de conclusão que não traduz uma finalização do processo, mas um ponto de verdade que se abre ao mesmo tempo à dúvida.

No processo de pesquisa, os tempos apontados por Lacan, podem ser considerados, também, como tempos oscilantes de distanciamento do olhar em relação às questões e materiais a serem investigados. Isso supõe a produção de um intervalo entre a posição do pesquisador mergulhado na transferência com seu “objeto” de pesquisa e a sua posição em transferência, agora, suplementarmente, com a Universidade, o Grupo de Pesquisa e com o Texto que vai sendo produzido.

Nos trabalhos de Dissertação a construção do problema de pesquisa pode ser aproximado ao instante do olhar. Transferencialmente aqui há que realizar uma escolha dentre as tantas questões que se apresentam no processo de escuta e a necessidade de trabalhar a angústia que pode emergir quando se trata de recortar um olhar sobre a crueldade. É um tra-

balho textual de garimpar, limpar e escolher. Há aqui também um trabalho de construção de uma posição de pesquisa.

O tempo de compreender ganha contornos singulares dependendo de qual seja o texto e o estilo da autoria. De modo geral podemos dizer que nos trabalhos do grupo se constataram dois modos de inclusão da alteridade, um produzido pelo intervalo no próprio olhar do pesquisador e outro no qual os colegas de equipe foram escutados para dar continuidade à pesquisa. Em todos, no entanto, o Grupo de Pesquisa teve a função de Outro.

O tempo de compreender diz também do trabalho de idas e vindas entre a escrita literária e a escrita acadêmica, entre a posição de trabalhador que escuta a cena no seu contexto de trabalho e o pesquisador que necessita de uma escrita acadêmica, atravessada e sustentada pelas suas lentes conceituais, entre a angústia vivida e a possibilidade de fala. É um tempo de estetizar a crueldade, cozinhar sua cruieza, limpar o sangue com palavras desviantes numa “trapaça salutar” ao poder da língua (BARTHES, 1978).

O momento de concluir trata do arremate dos textos das dissertações. A escolha do ponto final, mas um ponto final o qual no ensino de Lacan remete a um *après-coup*, a um movimento de volta ao texto anterior para significá-lo e ressignificá-lo, abrindo a possibilidade de continuar. Uma conclusão que afeta todo o texto.

O dispositivo Orientação como Tecnologia Social

O dispositivo Orientação, pelo que vem sendo trabalhado até aqui, é um encontro atravessado pela transferência de trabalho entre colegas no qual a escrita é metodologia de

pesquisa. Nesse encontro acontece a intervenção no texto e no processo de escuta realizado nos diferentes campos de pesquisa, os quais, no nosso caso remetem aos contextos de crueldade, segregação e desigualdade social. No processo de pesquisa da escuta psicanalítica nesses contextos, temos dado destaque aos impasses, impedimentos, inibições e movimentos de resistência dos pesquisadores, por entender no *après-coup* que esses apontam para cristalizações e sedimentações culturais, institucionais e subjetivas que travam a possibilidade de escutar. A Orientação, por outro lado, produz fissuras e fraturas nessas paralisações quando aponta para diferentes modalidades de escrita literária. Isso ocorre mediante uma rede transferencial que inclui os acontecimentos entre o pesquisador, seu “objeto” e campo de pesquisa, a Universidade, a figura da/o Orientador/a, o Grupo de Pesquisa e o Texto que vai sendo produzido.

A escuta e o acolhimento no campo interdisciplinar da Saúde Coletiva brasileira, no qual inscreve-se também a Psicanálise, tem sido denominado de tecnologias leves (MEHRY, 2005). Essas referem-se, às relações e ao vínculo promotor de liberdade e autonomia. Pode-se afirmar, assim, que por essas qualidades as tecnologias leves compõem o que tem se chamado na América Latina de tecnologias sociais cuja ênfase recai na gestão da autonomia e do protagonismo. Isso tudo com o objetivo de produzir transformações sociais e melhoria de vida da comunidade.

Souza e Pozzebon (2020) sustentam a adoção do referencial teórico de tecnologias sociais desenvolvido por autores latino-americanos por entenderem que esse é coerente com uma postura que combina construtivismo social com uma visão crítica e política das inovações sociais. Nesse sen-

tido, referem-se a Thomas (2009) que as define como ferramentas, métodos e arranjos organizacionais que auxiliam na criação, desenvolvimento e implementação de modos de resolução de problemas sociais produtores de inclusão social e desenvolvimento sustentável.

De modo geral, vários autores concordam em afirmar que as tecnologias sociais compreendem a tecnologia como artefatos ou ferramentas vinculados a uma prática social que produz transformações. Nessas o protagonismo, o empoderamento e a autonomia são ingredientes fundamentais para a gestão de instrumentos e metodologias capazes de melhorar as condições de vida (DAGNINO, BRANDÃO e NOVAES, 2004; DUQUE e VALADÃO, 2017; ROSO, 2017).

O processo de escuta, então, como tecnologia leve pode ser compreendido como uma tecnologia social, uma vez que através dele dá-se a produção de fissuras e rupturas nas linhas e lógicas de vulnerabilização e segregação social que impedem o empoderamento, o protagonismo e a autonomia das pessoas e das comunidades. O dispositivo Orientação ao escutar e pesquisar sobre essa escuta, transforma-se numa ferramenta e numa metodologia vinculada a práticas transformadoras, especialmente quando essas acontecem no campo das políticas públicas atravessadas pela produção de mais crueldade onde deveriam produzir proteção.

Referências

ACÚRCIO, F. A. Evolução histórica das políticas de saúde no Brasil. In: **Programa MultiplicaSUS. (Redescobrimo o Sus que temos para construir o SUS que queremos)**. Série D. Reuniões e Conferências. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BARTHES, R. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1978.

BENJAMIN, W. Ensaio sobre literatura e história da cultura. In: BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**. [Volume 1 - Magia e técnica, arte e política]. São Paulo: Brasiliense, 1987. Pp. 114-211.

BIRMAN, J. Crueldade e Psicanálise: uma leitura de Derrida sobre o saber sem alibi. **Natureza Humana**, v. 12, n. 1, pp. 1-29, 2010.

CANDIDO, A. A vida ao rés-do-chão. In: ANDRADE, C. D.; BRAGA, R.; CAMPOS, P. M.; SABINO, F. (Orgs.). **Para gostar de ler: crônicas**. [Volume 5]. São Paulo: Ática, 1981. Pp. 13-22.

CYRULNIK, B. **Falar de amora à beira do abismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CYRULNIK, B. **Os patinhos feios**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. **Sobre o Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Komedi, 2004. Pp. 103-116.

DANTO, A. E. **As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

DELEUZE, G. O que é um dispositivo? In: DELEUZE, G. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Veja, 1996. Pp. 83-96.

DERRIDA, J. **Estados-da-alma da psicanálise. O impossível para além da soberana crueldade**. São Paulo: Escuta, 2001.

DUQUE, T. O.; VALADÃO, J. A. D. Abordagens teóricas de tecnologia social no Brasil. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 5, pp. 1-19, 2017.

ENDO, P. **A violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2005.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

LACAN, J. O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. Pp. 197-213.

LACAN, J. Lituraterre. In: LACAN, J. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. Pp. 15-28.

MARQUES, M. O. **Escrever é Preciso: o princípio da pesquisa**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

MATTOS, L. F. **A trajetória de uma escuta entre o literal e o literário no sistema prisional**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2022.

MERHY, E. E. **Saúde: a cartografia do trabalho vivo**. São Paulo: Hucitec, 2005.

MEZAN, R. **Escrever a clínica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

MIJOLLA-MELLOR, S. Terrorismo, barbárie e desordem: parte II. **Psicologia Clínica**, v. 17, n. 2, pp. 173-183, 2005.

PETIT, M. **A arte de ler ou como resistir à adversidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

RODULFO, R. **Futuro porvenir: ensayos sobre la actitud psicoanalítica em la clínica de la niñez y adolescencia**. Buenos aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didáctico, 2008.

RODULFO, R. **Desenhos fora do papel: da carícia à leitura-escrita na criança**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

ROSA, M. D. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. **Revista Textura**, v. 2, n. 2, pp. 42-47, 2002.

ROSO, C. C. **Transformações na Educação CTS: uma proposta a partir do conceito de Tecnologia Social**. [Tese de Doutorado]. Florianópolis: UFSC, 2017.

SANTOS, J. L. C. A crônica como um espaço itinerante da cidade. In: TRAVANCAS, I.; NOGUEIRA, S. G. (Orgs.). **Antropologia da comunicação de massa**. Campina Grande: EDUEPB, 2016. Pp. 95-111.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M.; BECKER, B. (Orgs.). **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. Pp. 13-21.

SOUZA, A. C. A. A.; POZZEBON, M. Práticas e mecanismos de uma tecnologia social: proposição de um modelo a partir de uma experiência no semiárido. **Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 93, pp. 231-254, 2020.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, Salvador, 2002.

THOMAS, H. Tecnologías para la inclusión social y políticas públicas en América Latina. In: OTTERLOO, A. (Ed.). **Tecnologias sociais: Caminhos para a sustentabilidade.** Brasília: Rede de Tecnologia Social, 2009. Pp. 25-81.

TROCOLI, F.; AIRES, S. Literatura e Psicanálise: de uma relação que não fosse de aplicação. **Revista Terceira Margem**, v. 16, n. 26, pp. 11-16, 2012.

Capítulo 2

As neurociências e uma nova ontologia humana ou do colonialismo cerebral

José Geraldo Soares Damico
Rogério da Costa Fortes

Introdução

Na recente obra publicada no Brasil que se intitula “Brutalismo” (2021), o pensador camaronês Achille Mbembe sustenta que a lógica extrativista-capitalista deu um passo a mais: nosso impacto sobre o planeta é tal que a “humanidade se tornou uma força geológica”. Visto sob este ângulo, a função dos poderes contemporâneos é, mais do que nunca, tornar possível a extração” (MBEMBE, 2021, p. 12). A diferença é que o material exposto à extração é o corpo humano, cuja capacidade de resistência cabe reprimir ou dismantelar, submetendo-o a todo tipo de procedimentos ou situações que provocam intoxicações, anomalias congênitas, perturbações neurológicas e hormonais. Ou seja, há uma espécie de “destruição criadora”, geológica, molecular e neurológica.

A reconfiguração da espécie humana almejada e efetuada, entre outras, pelas mudanças na biosfera e na tecnoesfera busca se não “abolir a sociedade, ao menos esculpi-la e, eventualmente, substituí-la por um nanomundo, o dos dispositivos celulares, neuronais e computacionais”

(MBEMBE, 2021, p. 15). Em última análise, o projeto do brutalismo consiste em transformar os humanos em matéria e energia disponíveis para a extração, tal como vem ocorrendo com o planeta desde o antropoceno.

Mais do que nunca, a função do poder, diz Mbembe (idem), é tornar possível a extração. Isto exige intensificar a repressão utilizando “a lei para multiplicar os estados de exceção e dismantelar a resistência”. Segue o autor: “A perfuração de mentes e corpos faz parte” dessa repressão, pois “a fratura, o fissuramento e o esgotamento não concernem apenas aos recursos, mas também aos corpos vivos expostos ao esgotamento físico e a todos os tipos de riscos biológicos, às vezes invisíveis”.

O telúrico, o biológico e o neurotecnológico convergem nesta lógica extrativa-criativa que Mbembe descreve com crueza – a cada novo estado de exceção –, sua mobilidade se restringe mais e suas possibilidades de fazer parte do sistema minguam. Pois, sugere Mbembe, o desejo da maioria de nós, inclusive daqueles que se insubordinam contra o sistema, não é mudá-lo, mas ser aceitos nele com todos os privilégios.

Trata-se de uma análise crua que visa destrinchar a sua incidência direta e molecular sobre os corpos, com seus efeitos deletérios, corporais e subjetivos. Dando consequência ao que já vinha construindo com o ensaio *Necropolítica* (MBEMBE, 2018), com as obras *Políticas de Inimizade* (MBEMBE, 2017) e *Crítica da Razão Negra* (MBEMBE, 2019). Mbembe utiliza-se de certas grades de inteligibilidade para problematizar as novas técnicas bionecropolíticas que se exercem diretamente sobre os corpos: fraturação, fissurização e esgotamento.

Diferentemente de Foucault, Mbembe localiza sua análise a partir do continente africano e esse processo, ou essa

matriz, de um poder obcecado em demolir. Nessa perspectiva, foi incluído um feixe de relações que o autor batizou de devir-negro do mundo, na medida em que se trata de um processo global que pretende dispor dos corpos de largas parcelas da população tal como na colonização o escravagismo tomou de assalto o corpo negro proveniente da África (MBEMBE, 2021). O autor afirma ter compreendido que o continente africano “não passava, na verdade, de um laboratório de mutações de ordem planetária. Desde então, foi a essa virada planetária do predicado africano e a seu aparelho, o devir-africano do mundo, que, junto a outros, me atrelei” (MBEMBE, 2021, p. 13).

Mbembe busca condensar essa convergência absolutamente estreita que nós observamos entre a razão política, o atual estágio do capitalismo e a lógica da “nova tecnologia”, que intervém em nossas existências, e um tipo de violência da qual, ao mesmo tempo, os corpos, os cérebros e a natureza são os alvos.

Mas outros componentes entram na análise dos mecanismos de poder atuais. Já no livro *Crítica da Razão Negra* (2019), Mbembe alertava para o fato de que o que se fez com os negros no passado se expandia atualmente para camadas cada vez mais amplas da população. O escravagismo e o colonialismo terão revelado também a dimensão patriarcal, fálica, orgástica, da ordem da tumescência, da penetração, de um regime de gozo virtualmente infinito dos corpos racializados pela dominação genital do colonizador. É o que o historiador chama de “virilismo”, através do qual o homem branco, tão reprimido em seu continente de origem, libera sem culpa e descarrega sobre o corpo racializado do nativo toda sua volúpia antes contida. A Colônia terá sido o labo-

ratório para uma experimentação concreta da relação entre poder e sexo, e da inscrição do poder dominador sobre o corpo racializado, erotizado e subjugado do dominado.

Peter Pál Pelbart (2020, p. 8) ao discutir a mutação do poder contemporâneo interpreta na trilha deixada por Mbembe que,

as pulsões sexuais e sádicas terão encontrado aí um terreno de liberação irrefreada, que prenunciavam, talvez, o que o neoliberalismo retomou à sua maneira. A colônia como um buraco, onde se despeja e se experimenta toda a agressividade, o fantasma da posse e possessão absolutas. Nesse buraco, assiste-se à produção de um corpo aviltável ao infinito à mercê do gozo do colono obcecado pelo ato sexual, investindo, portanto, num corpo que deve dar conta das fantasias as mais perversas. Resta o falo que para ser, tem necessidade do Outro apenas como suporte para sua própria manifestação, em busca de seu momento epifânico em que expressa e afirma seu poder infinito.

Nesta direção abordaremos ao longo deste ensaio a emergência do cerebrarismo em detrimento da alma. A chave de análise que utilizaremos busca apontar a existência de uma convergência histórica entre esses processos políticos que demarcam uma modulação do capitalismo e do racismo como racionalidade de governo que se intensificam no último quarto do Século XX e que se presentificam nas primeiras décadas do Século XXI.

O racismo é parte estruturante do poder colonial que tem sido sistematicamente reabsorvido e incorporado ao longo das modulações que o capitalismo sofreu. Sua função geral tem sido basicamente extirpar a possibilidade de que as crises capitalistas sejam respondidas através de uma luta que articule os segmentos expropriados e vulnerabilizados

da sociedade. Assim é possível compreender que nos últimos cinquenta anos, tem se fortalecido a crença de que nossos cérebros têm a chave para a descoberta sobre o que somos. Essa crença vem progressivamente se difundindo em vários domínios conectados entre si e que no escopo do texto focaremos nas chamadas Neurociências, que têm proposto, em larga medida, uma nova agenda redescritiva do mundo e da vida, provocando uma redefinição da ontologia humana na contemporaneidade¹.

Neste prisma, os avanços neurocientíficos estariam começando a desvendar os processos que fazem a nossa humanidade possível como indivíduos, como sociedades e como espécie a partir de aspectos cerebrais (ROSE e ABI-RACHED, 2013). Nossos próprios genes passariam a ser compreendidos como a matéria de nossa essência individuada – nossa *alma* –, alterando conseqüentemente nosso estatuto sobre o que seria *ser um humano* (SFEZ, 1996). O discurso neurocientífico traz, ainda, como promessa implícita, a utopia de uma “reunificação” do homem pelo cérebro e pelos genes (WOLFE, 2012). Em certa medida, é possível supor que uma das teses centrais derivadas dessa formação discursiva é de que os aspectos cerebrais definem aquilo que somos.

De fato, o aspecto cerebral de nossa existência tem ocupado lugar de destaque no imaginário contemporâneo oci-

1 É preciso salientar, que este artigo, é tributário em larga medida da obra do Psicanalista: Benilton Bezerra Junior “Freud e as Neurociências: Projeto para uma Psicologia Científica” (2013, ver Referências). A obra nos provocou a pensar sobre a atual querela entre Psicanálise e Neurociência, e, neste sentido, elegemos para o escopo deste artigo discutir certos slogans neurocientíficos sobre o humano no contemporâneo, o fato de não cotejarmos a relação Psicanálise e Neurociência contrastando suas diferenças e pontos de contato, deve-se mais a necessidade de dar consistência ao texto do que a reificação de dicotomias, que no nosso ponto de vista, pouco auxiliam no avanço acadêmico e clínico.

dental. Desse modo, estaríamos vivendo um *novo tempo* e uma *nova ordem* a partir das Ciências do Cérebro: um “tempo de cérebro” (RIBEIRO, 2013, p. 7) e uma “nova ordem cerebral” (AZIZE, 2008). Nossos cérebros, ao adquirirem centralidade nas narrativas contemporâneas, também se tornam chaves de inteligibilidade, para a compreensão de certos setores acadêmicos e políticos, de *quem somos* e *o que somos* nos contextos sociopolíticos avançados, propondo clivagens nas maneiras de pensar sobre nós mesmos: nossas vidas psicológicas, nossos hábitos, nossas relações sociais, nossos valores e compromissos éticos, assim como nossas percepções (ROSE e ABI-RACHED, 2013).

A força de tais narrativas cerebralistas pode ser verificada através da ascensão da retórica biomédica e neurocientífica, que tem alcançado quase todos os domínios da vida, realizando uma série de prescrições de como viver e até como intervir em determinadas políticas públicas e sociais (educacionais, jurídicas e econômicas), ditando assim modos adequados de levar a vida (LISBOA e ZORZANELLI, 2014).

Nesse sentido, Vidal (2011) já havia alertado que a redução da identidade à cerebralidade e do corpo próprio ao cérebro pode acarretar a relegação da experiência vivida, da história do sujeito, do contexto social ou de seus modos de se constituir no mundo. Dito de outro modo, trata-se de uma definição essencialista e estável de subjetividade e de humanidade, agora exteriorizada no corpo e no órgão cerebral. Para Vidal (2011), a definição cerebralista de homem pode acarretar graves consequências sociais, como decisões políticas, jurídicas ou médicas equivocadas – dependendo do modo como se pensa e age sobre o homem ou, ainda, sobre aquilo que é considerado como um aspecto humano ou não.

O presente artigo problematiza a partir das premissas acima colocadas o discurso da *expertise* neurocientífica no que se refere à produção de verdade acerca da caracterização de uma ética, uma moral e uma ontologia humana a partir da concepção das Neurociências. Utilizamos para tanto, um deslizamento da clássica trilogia foucaultiana (*saber-poder-si*) para as formulações derivadas da concepção de biopoder contemporâneo, tal como apresentado por Paul Rabinow e Nikolas Rose: discursos *experts*; jogos de poder; modos de subjetivação, mas dando acento a necropolítica mbembiana.

Colonialismo Cerebral e Bio-necropolítica contemporânea

Em contextos de capitalismo avançado o lugar que a retórica cerebralista ocupa, assinala uma determinada bio-necropolítica típica de nosso tempo². Tais discursos praticados – tais práticas discursivas – têm produzido sentidos em nós e subjetivam nosso de modo de compreender o mundo.

Vale frisar que, conforme Rose (2011, p. 42), nossa “relação com nós mesmos” assumiu a forma atual porque tem sido “objeto de toda uma variedade de esquemas mais ou menos racionalizados, que têm buscado moldar nossa maneira de entender e encenar nossa existência como seres

2 Neologismo que operamos para fins deste artigo em que Biopolítica, que nas palavras de Rabinow e Rose (2006) consiste em “estratégias específicas e contestações sobre as problematizações da vitalidade humana coletiva, morbidade e mortalidade, sobre as formas de conhecimento, regimes de autoridade e práticas de intervenção que são desejáveis, legítimas e eficazes” (RABINOW e ROSE, 2006, p. 28). Enquanto para Mbembe, Necropolítica é a capacidade de estabelecer parâmetros em que a submissão da vida pela morte está legitimada. Para Mbembe, a necropolítica não se dá só por uma instrumentalização da vida, mas também pela destruição dos corpos. Não é só deixar morrer, é fazer morrer também (MBEMBE, 2018).

humanos em nome de certos objetivos”³. A ênfase nos aspectos cerebrais de nossa existência – a *cerebralidade* como propriedade definidora do que é humano – pode ser interpretada como um desses projetos atualizados no discurso científico. De outro modo, pode-se conceber a constituição de um saber – o Cerebralismo – como pano de fundo de um determinado conjunto de ciências – as Neurociências.

A ideia do Cerebralismo tem se constituído como um traço central na concepção de pessoa moderna, tornando o cérebro um personagem crucial para a nossa definição de identidade pessoal, de indivíduo e de sujeito (EHRENBERG, 2009; ROSE e ABI-RACHED, 2013; AZIZE, 2010; ORTEGA e ZORZANELLI, 2010).

Destarte, o cérebro passa a ser compreendido como o único órgão do corpo absolutamente imprescindível para que sejamos nós mesmos, levando a uma crescente identificação do que somos com nosso cérebro, alçando o órgão a um lugar privilegiado na representação da individualidade e subjetividade em termos corporais. Nesse contexto, crenças, desejos, vontades e comportamentos cada vez mais passam a ser descritos num vocabulário cerebral ou neuroquímico.

Considerando que o discurso do cérebro se apoia na definição do que é humano, assujeitando os humanos a partir de seu imperativo de verdade e produzido novos modos de subjetivação, realizaremos esta problematização a partir de uma noção que engloba ao mesmo tempo uma nova definição de humanidade, a encampação de uma série de domínios a partir do discurso *neuro* e o surgimento de uma

3 Entre os objetivos que têm sido colocados como finalidade de nossa existência, Rose (2011, p. 42) refere que se trata de uma lista tão heterogênea e diversa quanto interminável: “masculinidade, feminilidade, honra, modéstia, propriedade, civilidade, disciplina, distinção, eficiência, harmonia, satisfação, virtude, prazer”, entre outros.

categoria de pessoa desenvolvida mediante o conhecimento *expert*. Trata-se de figura antropológica denominada por diferentes autores de *sujeito Cerebral* (EHRENBERG, 2009; ORTEGA, 2008, 2009) que, de modo abrangente, melhor traduz a ascensão do discurso cerebralista ao longo dos Séculos XX e XXI.

O Sujeito Cerebral.. e o discurso do cérebro criou um novo homem

O profético título *E o cérebro criou o homem* (2011), do livro de António Damásio, pretende destacar a primazia dos aspectos cerebrais de nossa condição humana. Analisando a figura do *sujeito cerebral* através de uma perspectiva antropológica, poderíamos hipoteticamente reinterpretar tal título de modo inverso: *E o discurso do cérebro criou um novo homem*. Refere-se a uma figura antropológica em emergência que indica uma série de práticas, discursos, formas de pensar sobre si e o outro que tomam como base a ideia de que o cérebro é órgão exclusivamente necessário para construir nossa identidade saudável ou doente.

Trata-se de uma definição mais ampla que a antiga concepção de *Homo cerebrialis* do Século XIX ou até de *Homo neuronal*, pois designa uma figura de humanidade – o ser humano como cérebro – como uma diversidade grande de inscrições imaginárias, dentro e fora dos campos neurocientíficos. A concepção de *sujeito cerebral* pode ser interpretada como mais uma versão de uma concepção estável e universal de *sujeito* surgida como uma das condições de possibilidade de projetos emergentes que visam a remodelar as ciências por meio do entrecruzamento de forças dos discursos e práticas sociais das Ciências Biológicas, de uma

cultura somática (ORTEGA, 2008) e de uma biopolítica fortemente marcada pelo viés econômico – uma *biopolítica bioeconômica* (ROSE, 2013).

Ao transformar o corpo no nível orgânico e remodelar a vitalidade a partir de dentro, Rose (2013, p. 37) observa que as tecnologias de incrementação molecular têm tornado o homem “ainda mais biológico”. Assim, a reflexão sobre “quem somos” passa inevitavelmente sobre “como somos”, dando à concepção de corpo biológico uma dimensão central na nossa existência. No devir utópico de uma “saúde perfeita”, a ciência estaria resgatando na atualidade o papel do *Homo novus*, homem único em que corpo e espírito são um só (SFEZ, 1996), ideia monista de corpo e espírito que parece perpassar de modo decisivo a concepção das Neurociências.

Para Russo e Ponciano (2002), as descobertas das Ciências do Cérebro podem estar indicando uma nova compreensão não reducionista e não estritamente determinista de humanidade a partir do paradigma naturalista inaugurado por Darwin no Século XIX. Não se trataria, assim, de reducionismo de questões sociais mais complexas às questões biológicas, mas, sim, de complexificação do conhecimento sobre como somos a partir da ciência. Ortega (2008, p. 50), também entende que a importância da corporeidade na formação da subjetividade levada a cabo pelas Neurociências pode possibilitar novas descrições alternativas do psiquismo: “abrem-se novas vivências subjetivas e formas de ser-no-mundo e de ser-com-o-outro, para serem testadas e avaliadas [...] cabe a nós torná-las práticas de liberdade e não de sujeição”.

Contudo, na esfera do *Sujeito Cerebral*, por um lado somos produzidos mutuamente de modo objetivado por verdades científicas; por outro, formamos e idealizamos

nossos próprios modelos de “si-mesmo” a partir de fatos da ciência popularizados pela mídia (ORTEGA, 2008). É por meio de uma perspectiva naturalizada e cerebralizada de *humano* que passamos cada vez mais a nos experimentar, descrever e interpretar a nós mesmos como sujeitos cerebrais. E isso também se refere à nossa concepção de corpo.

Dumit (2004) denomina este fenômeno de *self objetivo*, ou seja, surgimento de modos de subjetivação “objetivados” pelos saberes e pelas práticas da ciência. Segundo ele, tal noção remete a uma compreensão de subjetividade que tem, como ponto de partida, discursos técnicos, científicos e médicos sobre a objetividade, ou seja, refere-se a uma “subjetividade objetivada”. Nessa forma de compreensão de “si mesmo”, a perspectiva fenomenológica e subjetiva da primeira pessoa é reduzida à perspectiva em terceira pessoa, expressa mediante tecnologias médicas e discursos e práticas objetivantes. Ou seja, nesta perspectiva o *si-mesmo*, o *eu*, ou ainda o *self*, é reduzido a *ele*, neste caso, o *cérebro*.

O racismo como tecnologia de biopoder e a ascensão do *Homo cerebralis*

No assim denominado biopoder, é em nome da vida de todos que se fabricam as guerras; *mata-se* o Outro para *fazer viver* a nós. Mas quem seria, então, esse Outro? É justamente aí que para Foucault (1999) passa a se fortalecer a noção de “racismo” como um elemento central na constituição do biopoder do Século XIX. Na obra *Em defesa da sociedade*, o autor trata de modo bastante detalhado sobre o surgimento do “racismo de Estado”, ou seja, um racismo que determinada sociedade vai exercer sobre

ela mesma e que será uma das dimensões fundamentais da normalização social.

Foucault (1992) identifica no final do Século XVIII um movimento de deslocamento do pensamento ocidental da “História Natural” para a “Biologia”, ou seja, uma passagem das observações externas, classificações e distribuições das espécies para um foco nas tessituras internas dos organismos e as relações entre organismos, suas estruturas e coerências anatomofuncionais. Conforme Silva (2009), essa mudança de paradigma abriu caminho para o estabelecimento das relações entre hereditariedade, inteligência e comportamento moral, defrontando-se contra o ideal de igualdade iluminista herdado da Revolução Francesa: “a raça e o racismo se nutrem de um debate que visava, por um lado, desnaturalizar os postulados da igualdade e unidade humanas e, por outro, naturalizar as diferenças a partir do biodeterminismo” (SILVA, 2009, p. 29).

Desse modo, desde o Século XVIII a espécie humana passa a ser objeto de investigação antropológica sistemática quanto à sua tipologia biológica no quadro dos seres vivos. A distância entre os homens, destaca o autor, passa a ser medida não apenas pelo espaço geográfico, mas também pela distinção de tempo, o “tempo evolucionário”:

Os negros, por exemplo, eram libertados do estatuto racial de escravo para serem aprisionados biologicamente no estatuto racial de inferioridade. A coexistência com o branco, implicava agora não uma relação vertical em relação ao direito, mas sim uma temporalidade. Como inferiores na escala evolutiva, representavam o passado no presente. A história não mais os pertencia, eram anacrônicos, resíduos de um tempo primitivo, disjuntivo (SILVA, 2009, p. 24).

Foucault (1999) identifica duas singularidades do período que possibilitaram o surgimento do racismo estatal: primeiramente, ao produzir cisões e fragmentações no interior do contínuo biológico, a teoria racista passa a constituir-se como um modo de defasar uns grupos em relação aos outros no interior da mesma população; segundo, o racismo vai permitir estabelecer umnexo entre a vida de um e a morte de outro não como uma relação do tipo “guerreira”, mas sim como uma relação do tipo “biológica”, perfeitamente conciliável com exercício do biopoder. Nessa perspectiva, a morte do outro, da raça considerada “ruim”, “inferior” e do “anormal” vai deixar a vida mais “sadia” e mais “pura”⁴.

Assim, as diferenças naturais entre os seres humanos deixam de ser consideradas diferenças na essência humana, tornando-se, assim, diferenças entre seres “essencialmente” diferentes: “elas são então tidas como insuperáveis, tidas como absolutas e tanto mais insuperáveis por estarem gravadas de uma vez por todas na *natureza*” (WOLFF, 2012, p. 263, grifo do autor). Nessa perspectiva, Wolff aponta que a menor diferença entre o Nós e Outro é vista como sinal de uma oposição essencial: “um abismo separa o próprio do estrangeiro, os super-homens dos que são menos que animais” (WOLFF, 2012, p. 264).

Nesse contexto de racismo estatal e de escrutínio do corpo em busca de nossa verdade, o destaque ao cérebro adquire uma escala sem precedentes. As explicações cerebralistas emergiram justamente na esteira do biopoder e do racismo

⁴ Essa concepção pode ser mais bem compreendida no seguinte pensamento explicitado por Foucault: “quanto mais espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo, mas enquanto espécie – viverei, mais forte serei, mais poderei proliferar” (FOUCAULT, 1999, p. 305).

estatal característicos do Século XVIII, e passou a surgir um conjunto de correntes de pensamento de cunho determinista denominadas “localizacionistas”. Contexto que remete, conforme Michael Hagner, à noção de *Homo cerebrealis*, figura antropológica que corresponde à busca pela transformação do cérebro como *locus* da alma para órgão do *self* pela ciência ao longo do século XIX (VIDAL, 2011).

Ciências como a Organologia, a Frenologia (que foi uma derivação da primeira), a Fisiognomia e a Craniometria buscavam explicar e evidenciar aspectos morais da experiência e dos grupos humanos através do estabelecimento de medidas corporais e do crânio, além de divisões funcionais do córtex (GOULD, 2014; AZIZE e CARVALHO, 2011). Popularizava-se entre os cientistas a antropometria, medição de ossos, crânios e cérebros, que por meio de comparações pretendiam confirmar a inferioridade de determinados segmentos sociais e raciais da população. Ficaram famosas, na época, as teses de Samuel Morton, Franz Joseph Gall, Paul Broca e Cesare Lombroso (GOULD, 2014).

Samuel Morton, adepto da craniometria e entusiasta da denominada *poligenia*⁵, empenhou-se em confirmar sua hipótese de que uma hierarquia racial poderia ser estabelecida a partir das características físicas do cérebro, particularmente no que se refere ao seu tamanho. Durante 30 anos,

5 Conforme Gould (2014), a poligenia é uma teoria surgida no Estados Unidos do século XIX e teve em Louis Agassiz e Samuel George Morton os seus principais defensores. Contrapondo a versão bíblica e concepção monogenista de que todas as raças descendiam de um mesmo “Adão”, a poligenia advogava a doutrina do “Adão múltiplo”, na qual as raças humanas eram consideradas “espécies biológicas separadas” e constituíam uma outra forma de vida, não cabendo então a uma ideia de igualdade entre os homens. A poligenia chegou a receber apoio e atenção de cientistas europeus, sendo denominada “escola antropológica americana”.

chegou a agrupar mais de mil crânios, a maior coleção do mundo à época. As palavras de Louis Agassiz, outro poligenista do período, são esclarecedoras sobre o que entendia como uma investigação objetiva da História Natural:

Na Terra existem diferenças raças de homens, habitando diferentes partes de sua superfície e apresentando diferentes características; e este fato... impõe-nos a obrigação de determinarmos a hierarquia relativa entre essas raças, o valor relativo do caráter próprio a cada uma delas, de um ponto de vista científico... como filósofos, é dever encarar de frente esta questão (AGASSIZ, 1850, p. 142 apud GOULD, 2014, p. 34).

Sobre os dados das pesquisas empreendidas por Morton e Agassiz, Gould (2014, p. 42) faz uma irreverente e desqualificadora análise: “é desnecessário dizer que esses dados coincidem com os preconceitos de todo o bom ianque: os ianques acima, os índios no meio, e os negros abaixo, e, entre os brancos, os teutônicos e os anglo-saxões acima, os judeus no meio, e os indianos abaixo”. Na visão de Gould, faz sentido que uma nação que ainda praticava a escravidão e expulsava os aborígenes de suas terras tenha favorecido o desenvolvimento de teorias que sustentavam que os negros e os índios eram espécies à parte, inferiores aos brancos.

Paul Broca redimensiona a teoria das localizações cerebrais, afirmando que a ciência frenológica deveria ser voltada para o exame das circunvoluções cerebrais e não de protuberâncias cranianas (GOULD, 2014). Broca foi considerado um dos mestres da Craniometria, desenvolvendo uma teoria considerada mais sofisticada sobre o tema. A partir de sua tese localizacionista, acreditava poder provar que o tamanho do cérebro indicava grau de inteligência, comprovando assim as generalizações racistas e sexistas que o orientavam: a ideia de que o cérebro dos indivíduos bran-

cos do sexo masculino pertencentes às classes dominantes era maior do que as mulheres, dos pobres e das raças consideradas inferiores⁶. Nas décadas de 1860 e 1870, a partir da teoria de Broca, já se encontrava em plena elaboração uma refinada teoria das localizações cerebrais apoiada no registro das análises neurofisiológicas. Esta teoria chegaria à conclusão de que o cérebro é, simplesmente, o órgão da mente, abrindo assim caminho para uma ciência e uma filosofia fisicalistas da mente (BARRETO, 1998).

Já a Antropologia Criminal de Cesare Lombroso foi um projeto baseado numa aliança entre a velha tradição da frenologia de Gall e a craniometria de Broca, orientadas por uma versão peculiar de uma teoria evolucionária de cunho racista e expressa na mesma linguagem da teoria da “degenerescência”, na qual a associação entre hereditariedade e crime era comumente admitida (GOULD, 2014). Conforme Gould (2014), a originalidade da teoria de Lombroso e de sua antropometria frenológica do criminoso foi a interpretação que imprimiu à teoria evolucionista, definindo os criminosos como tipos “atávicos”, ou seja, indivíduos desafortunados, marcados pela persistência de traços ancestrais físicos e mentais e reconhecíveis pela presença de sinais anatômicos anômalos: os denominados “estigmas”.

As teses biodeterministas de Lombroso tornaram-se célebres em 1885 na ocasião do I Congresso de Antropologia

⁶ Sobre a questão, Paul Broca de antemão considerava evidente a supremacia do homem branco, partindo para as análises imbuído desta concepção: “Superamos facilmente o problema selecionando, para a nossa comparação dos cérebros, raças cujas desigualdades intelectuais não deixam lugar a dúvidas. Assim, a superioridade dos europeus em relação aos negros africanos, os índios americanos, os hotentotes, os australianos e os negros da Oceania é suficientemente certa para servir como ponto de partida para comparação dos cérebros” (BROCA, 1861, p. 176 *apud* GOULD, 2014, p. 81).

Criminal, realizado em Roma. Para Silva (2009) é fato que o racismo lombrosiano e sua abordagem determinista moldaram de certo modo o imaginário ocidental até pelo menos o final da II Guerra Mundial, com rastros visíveis ainda nos dias atuais:

o alcance do racismo científico do período oitocentista é notável. Longe de ser um assunto circunscrito à academia e associações científicas, o biodeterminismo se tornou mote de inúmeras reformas em termos jurídicos, médico-legistas, psiquiátricas, entre outras (SILVA, 2009, p. 43).

Como resultado dessa ressignificação ético-moral e política a partir do cérebro, Ortega (2009) aponta a persistência no Século XX da busca da inscrição neural de criminalidade, genialidade ou loucura, que se estende desde a Antropologia Física e racial oitocentista até, por exemplo, o escrutínio dos cérebros de Lênin, Einstein ou ainda da terrorista alemã da Facção do Exército Vermelho (RAF, na sigla em alemão) Ulrike Meinhof, na procura da genialidade ou da propensão para o terrorismo.

Para Michel Foucault, a ideia de purificação e eliminação das raças, levada às últimas consequências no programa político do *III Reich* na Alemanha nazista, está fundamentalmente ligada a uma tecnologia de poder: “um mecanismo que permite o biopoder exercer-se” (FOUCAULT, 1999, p. 309); um modo pelo qual os Estados modernos se utilizaram para exercer seu poder soberano. Mbembe (2018, p. 30) faz um alerta importante:

No fim, pouco importa que as tecnologias que culminaram no nazismo tenham sua origem na plantation ou na colônia, ou, pelo contrário – a tese foucaultiana –, que nazismo e stalinismo não tenham feito mais do que ampliar uma série de mecanismos que já existiam nas formações so-

ciais e políticas da Europa ocidental (subjugação do corpo, regulamentações médicas, darwinismo social, eugenia, teorias legais sobre hereditariedade, degeneração e raça). Um traço persiste evidente: no pensamento filosófico moderno, assim como na prática e no imaginário político europeu, a colônia representa o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e no qual a “paz” tende a assumir o rosto de uma “guerra sem fim”.

Como o afirma Mbembe, é preciso buscar a gênese do biopoder na colonização, na *plantation*, uma vez que o paradigma biopolítico do Ocidente tem suas raízes na escravização e no diagrama de extração da força de trabalho e na objetificação do negro, ainda que desemboque no campo de concentração nazista e nos campos de exclusão europeus atuais.

Para Barreto (1998), essa constelação de teorias e discursos fez do Século XIX “o século da Ciência Natural”, época em que foi levado a cabo de modo radical um determinado projeto, que visava, em última análise, a buscar “reconhecer na natureza os traços presentes na fisionomia do homem como agente moral” (BARRETO, 1998, p. 99). A busca por esse reconhecimento da moralidade a partir da primazia do biológico iria reaparecer de um modo diferente, a partir de um olhar molecularizado a partir de meados do século seguinte, configurando assim uma nova “biopolítica”.

Cabe destacar, que as Neurociências na atualidade têm proposto também uma leitura do psiquismo de base inteiramente biológica, em que uma “economia bioquímica” dos neurotransmissores poderia explicar as particularidades do psiquismo e da subjetividade (BIRMAN, 1999). Tal concepção reduz o funcionamento psíquico ao funcionamento

cerebral, interpretando-o e representando-o a partir de uma linguagem neuroquímica. No discurso contemporâneo da Psiquiatria Biológica ou Neuropsiquiatria, mais hegemônico na atualidade, os transtornos da mente e as condutas indesejadas vêm progressivamente sendo compreendidos como doenças *do* cérebro e localizáveis *no* cérebro. Essa nova concepção tem difundido uma equalização entre estatuto cerebral, estatuto mental e a personalidade dos sujeitos – sendo os dois últimos submetidos ao primeiro⁷. A lógica de tais modalidades psiquiátricas se sustenta em um substrato de aparente verdade científica de um lado, e por outro lado, se constituem como um ataque as vertentes da Psicologia e da Psicanálise que se apoiam na subjetividade e no inconsciente.

Não obstante, o sucesso das novas tecnologias de visualização médica tem conferido um destaque à interioridade do corpo que não encontra precedentes históricos nas sociedades conhecidas. A hipótese de Ortega (2008) é que esse processo de tornar visível o interior do corpo deve ser entendido dentro de uma transformação cultural e social mais geral, dentro de uma *cultura somática* ou, mais especificamente, dessa “virada somática da subjetividade” que tem deslocado para a exterioridade o modelo internalista e intimista de construção de si. Essa cultura da “visibilidade total” é elemento fundamental da *cultura somática*, na qual são expressamente abolidas as distinções entre interior-exterior, corpo-alma, essência-aparência, mente-cérebro,

⁷ Conforme Ortega e Zorzaneli (2010), é necessária uma distinção entre as noções de cérebro e mente, no intuito de melhor compreender o que significa a operação de equacionar um no outro. Segundo os autores, o cérebro é o órgão fundamental do sistema nervoso, que oferece suporte biológico para a coleta de informações do ambiente e para a produção de respostas adequadas. Já a mente seria o conjunto de funções superiores do cérebro, como a memória, a inteligência, a emoção e o pensamento, cujo funcionamento daria particularidade aos indivíduos.

acarretando consequências por vezes bastante problemáticas, como veremos a seguir (ORTEGA, 2008).

Em *A falsa medida do homem*, Stephen Jay Gould (2014) tece duras críticas ao determinismo biológico que levou ao racismo e ao eugenismo na ciência no Século XIX, visando a desfazer, assim, o mito da ciência como uma “empresa objetiva”, “que se realiza adequadamente apenas quando os cientistas conseguem libertar-se dos condicionamentos de sua cultura e encaram o mundo como realmente é” (GOULD, 2014, p. 4).

As teses do determinismo biológico do Século XIX e início do Século XX advogavam a ideia de que o valor dos indivíduos e dos grupos sociais era determinado por uma medida específica (como, por exemplo, do corpo, do crânio, da inteligência). Gould confia que sua inspiração de refletir sobre o tema do determinismo biológico se deve ao fato de este estar crescendo em popularidade, fenômeno que vê como comum em tempos de retrocesso político:

Com a habitual profundidade, começa a circular de festa em festa os comentários sobre a agressividade inata, as funções específicas de cada sexo, e o macaco nu. Milhões de pessoas estão começando a suspeitar que seus preconceitos sociais são, afinal de contas, fatos científicos. Entretanto, esse ressurgimento do interesse pelo tema não deriva da existência de novos dados, mas da sobrevivência desses preconceitos latentes [...] vivemos num mundo de diferenças e predileções humanas, mas extrapolar esses fatos para transformá-los em teorias de limites rígidos constitui ideologia (GOULD, 2014, p. 13).

As palavras de Stephen Jay Gould reportam-se ao ano de 1991, quando escreveu o livro. Todavia infelizmente não poderiam ser mais atuais e oportunas para descrever o contexto que vivemos no Brasil de hoje, onde mensagens de

ódio e preconceito têm se tornado comuns nas chamadas redes sociais. Vivemos a singularidade de um momento de instabilidade política marcado pelo retrocesso significativo de direitos, incluindo aí o recrudescimento do discurso de ódio e de preconceito de classe, de gênero e de raça. As palavras do cientista político Roberto Amaral vão justamente neste sentido: “O Brasil está assistindo ao crescimento de uma onda conservadora e autoritária, de cunho fascista, que pode lançar o País em um grave retrocesso político, econômico e social nos próximos anos”, refere, em entrevista⁸ ao jornal *Sul21*, no dia 26 de julho de 2015.

Estampada na página eletrônica do veículo de comunicação *Sul21*, a seguinte manchete: *Na USP, professor defende tese de que negros africanos têm QI menor que europeus*⁹. O conteúdo da reportagem refere-se à defesa realizada em uma aula de Pós-Graduação pelo professor britânico Peter Lees Pearson, do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (USP), na qual advoga a tese de que os negros africanos têm um coeficiente de inteligência menor do que europeus ou asiáticos. O polêmico episódio teria como base o artigo *James Watson’s mostly inconvenient truth: Race realism and moralistic fallacy*, de autoria de J. Philippe Rushton e Arthur R. Jensen. O ocorrido gerou uma veemente nota de repúdio do grupo de alunos intitulado *Ocupação Preta*¹⁰.

8 Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/estamos-vendo-o-desenvolvimento-de-um-embriao-fascista-no-brasil-diz-roberto-amaral>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

9 Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/na-usp-professor-defende-tese-de-que-negros-africanos-tem-qi-menor-que-europeus>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

10 Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/na-usp-professor-defende-tese-de-que-negros-africanos-tem-qi-menor-que-europeus>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

Integrante da chamada “Nova Eugenia”, James Watson é considerado um dos maiores cientistas do Século XX. Descobridor da estrutura de dupla hélice do DNA e ganhador do Nobel de Medicina em 1962, tornou-se notório também pelas ideias e proposições eugenistas e racistas, sendo dele a declaração: “todas nossas políticas são baseadas no fato de que a inteligência deles [dos negros] é igual à nossa, apesar de todos os testes dizerem que não. Pessoas que já lidaram com empregados negros não acreditam que isso [a igualdade de inteligência] seja verdade”¹¹.

Oportunamente, Silva (2009, p. 58) afirma que, se a raça não passa de um construto social e de um “delírio que estruturou a cartografia mental do Ocidente”, por outro lado, “o racismo existe, e sendo assim é preciso rediscutir a raça e suas possibilidades políticas quando não pretensamente científicas”. Esse exemplo talvez nos indique que, mesmo em pleno Século XXI, seja demasiadamente precipitado considerar o tema do racismo científico como algo superado; é preciso, como bem nos lembra Foucault, desconstruir a ideia de “progresso”, seja ele da ciência ou mesmo da própria humanidade. O discurso é um campo de lutas sempre aberto a investimentos de poder-saber: em tempos de retrocesso político e de fomento a discursos racistas, misóginos, homofóbicos e xenófobos, há uma certa racionalidade envolvida na retomada de enunciados racistas e eugenistas nos ambientes acadêmicos brasileiros.

Para Barreto, a imagem fisicalista da vida mental como uma verdade ou evidência científica, como exemplificado pelo discurso dos pesquisadores em questão, está submetida a um

11 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2007/10/338087-nobel-james-watson-e-suspenso-de-laboratorio-americano.shtml>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

determinado enquadre ideológico, ou seja, a ideologia “de que só o que existe é o que pode ser visualizado, isolado, medido, verificado, regulado por lei e predito” (BARRETO, 1998, p. 125). Contudo, Santos adverte que não é através do conhecimento ou da técnica que emergirá “a verdade obscura e silente dos corpos através de inúmeros esquadrinhamentos”. Como recorda o autor, a própria “verdade” da biologia também é uma “construção social”, que só passa a ter sentido a partir do modo como falamos dela (SANTOS, 2012, p. 191).

Considerações finais

O *sujeito cerebral* nos parece remeter a uma forma de vida humana que está relacionada a um específico projeto de governo, e a uma determinada tecnologia de si que dá sequência ao projeto colonial por outros meios tecnológicos. Um discurso de verdade que se liga definitivamente ao sujeito – assujeitando-o –, no intuito de manter a pleno funcionamento a engrenagem da máquina abstrata do bio-necropoder contemporâneo, o diagrama de relações de forças em voga em nosso tempo: um discurso verdadeiro e a constituição de autoridades legítimas; a configuração de determinados jogos de poder e práticas de intervenção em nome da existência vital; práticas de si e modos de subjetivação objetivados por um poder-saber.

Nesta forma de vida, os sujeitos são levados – por vezes forçados, por vezes seduzidos – assujeitados a interpretar, compreender e descrever a si mesmos como *sujeitos cerebrais* e como *humanos demasiado orgânicos*. Neste prisma, assumir-se como empreendedor de sua própria existência biológica é uma conduta ética, um dever moral e um devir utópico que orienta as vidas humanas.

Mas algo mais se acresce, nessa mutação subjetiva.

A época, manifestamente, busca se liberar do inconsciente. Suas margens erógenas, os circuitos pulsionais e a matéria significativa apontam para uma era que não quer saber nada da perda, da dívida, nem mesmo da autoridade. Gozar é acumular, certo, mas sobretudo dispendar, evacuar e dilapidar. Mas é também uma época caracterizada pela recusa da última palavra. A esfera pública remete a esse lugar impossível, receptáculo de autorretratos impossíveis. Uma nova psicologia das massas se desenha, pois, e com ela uma nova forma política, a dos afetos (MBEMBE, 2021, p. 87).

Então o que significa, dado o contexto tecnólatra e algorítmico, patriarcal e falocêntrico, governar? “Governar é, em cumplicidade com o capital, produzir estruturas do desejo e dos modos de gozar” (MBEMBE, 2021), responde Mbembe. Mas governar é também instaurar novas categorias na divisão do mundo (excedentários racializados, errantes, insolventes, infectados, vulneráveis), e, portanto, desenhar novas fronteiras e mecanismos de triagem e seleção, de elitização e desqualificação. E, sobretudo, como o sugeriu Foucault ao ressaltar a moldagem política da espécie humana, e as contribuições de Mbembe, trata-se de fraturar, fissurizar, esgotar e dismantelar o corpo humano a fim de disponibilizá-lo, como matéria e energia, para uma reformatação da espécie, num experimento que o moldaria e o submetaria aos mecanismos capitalísticos e bélicos de punção e extorsão da vida cujos limites mal vislumbramos.

Para além da pauta ontológica o psiquiatra martinicano Frantz Fanon já alertava para a necessidade de que a luta anticolonial estivesse articulada a uma pauta revolucionária, a ontologia articulada a uma cosmologia. A atrocidade do

poder colonial consiste em produzir uma fratura que seja a um só tempo social e psíquica, que torne essa articulação entre ontologia e cosmologia impossível (SOUZA, 2022).

A colonialidade tem a função de impedir que seja formulada um desejo por um outro mundo. Agenciando que nos ocupemos em sobreviver e gritar por reconhecimento. Nossas pautas históricas correm atrás do rabo, permanecendo aprisionada girando em torno das feridas narcísicas. A brutalidade do poder colonial consiste em promover uma fratura no campo social que faça com que a ferida narcísica não tenha como ser curada, pois a humilhação e a aniquilação se tornam incessantes, diárias e permanentes.

A modulação que parte do pensamento neurocientífico parece apontar na direção de reduzir as subjetividades à matéria, de patologizar as condutas humanas, de biologizar as questões sociais ou de submeter valores morais a constantes neurobiológicas. Eis um importante combate de nosso tempo: recusar modos totalitários e reducionistas de compreensão do que somos, como somos, e principalmente, que mundo queremos.

Nossa aposta é de que precisamos produzir um reenchantamento com a natureza e das subjetividades a partir de uma somático-poética pautada em outras cosmologias muito mais inclusivas e favoráveis a vida.

Referências

AZIZE, R. L. Uma neuro-weltanschauung? Fisicalismo e subjetividade na divulgação de doenças medicamentos do cérebro. **Mana**, v. 14, n. 1, pp. 7-30, 2008.

AZIZE, R. L. O cérebro como órgão pessoal: uma antropologia de discursos neurocientíficos. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 8, n. 3, pp. 563-574, 2010.

AZIZE, R. L.; CARVALHO, M. C. “Você conhece bem o seu cérebro?”: pessoa e divulgação neurocientífica. In: SANTOS, L. H. S.; RIBEIRO, P. R. C. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: instâncias e práticas de produção nas políticas da própria vida**. Rio Grande: FURG, 2011. Pp. 59-66.

BARRETO, J. **O besouro dentro da caixa: reflexões sobre o projeto moderno de naturalização da mente**. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

BEZERRA JUNIOR, B. **Freud e as Neurociências: Projeto para uma psicologia científica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DAMÁSIO, A. **E o cérebro criou o homem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DUMIT, J. **Picturing personhood: brain scans and biomedical identity**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

EHRENBERG, A. O Sujeito Cerebral. **Psicologia Clínica**, v. 21, n. 1, pp. 187-213, 2009.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- GOULD, S. J. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- LISBOA, F. S.; ZORZANELLI, R. T. Metáforas do cérebro: uma reflexão sobre as representações do cérebro humano na contemporaneidade. **Physis**, v. 24, n. 2, pp. 363-379, 2014.
- MBEMBE, A. **Brutalismo**. São Paulo: n-1 Edições, 2021.
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 Edições, 2019.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.
- MBEMBE, A. **Políticas da Inimizade**. Lisboa: Antígona Edições. 2017.
- ORTEGA, F. Neurociências, neurocultura e auto-ajuda cerebral. **Interface**, v. 13, n. 31, pp. 247-260, 2009.
- ORTEGA, F. **O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- ORTEGA, F.; ZORZANELLI, R. **Corpo em evidência: a ciência e a redefinição do humano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- PELBART, P. P. Biopolítica e Brutalismo em chave estratégica. **INTERthesis**, v. 17, pp. 1-10, 2020.
- RABINOW, P.; ROSE, N. O conceito de biopoder hoje. **Revista de Ciências Sociais**, n. 24, pp. 27-57, 2006.
- RIBEIRO, S. Tempo de cérebro. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 77, pp. 7-22, 2013.

ROSE, N. **A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no Século XXI**. São Paulo: Paulus, 2013.

ROSE, N. Como fazer a história do self? In: ROSE, N. **Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade**. Petrópolis: Vozes, 2011. Pp. 39-64.

ROSE, N.; ABI-RACHED, J. **Neuro: the new brain sciences and the management of the mind**. Princeton: Princeton University Press, 2013.

RUSSO, J.; PONCIANO, E. O sujeito da neurociência: da naturalização do homem ao reencantamento da natureza. **Physis**, v. 12, n. 2, pp. 345-373, 2002.

SANTOS, L. H. S. O dispositivo de (bio)medicalização, as Neurociências & o currículo na produção de corpos medicalizados na escola contemporânea. In: PARAÍSO, M. A.; VILELA, R. A.; SALES, S. R. (Orgs.). **Desafios contemporâneos sobre currículo e escola básica**. [Volume 1]. Curitiba: CRV, 2012. Pp. 181-204.

SFEZ, L. **A saúde perfeita: crítica de uma nova utopia**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SILVA, M. L. Ciência, raça e racismo: caminhos da eugenia. In: SILVA, M. L. (Org.). **Ciência, raça e racismo na modernidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009. Pp. 13-62.

SOUZA, T. P. **O controle do devir quilombo das favelas: colonialidade, neoliberalismo e guerra às drogas**. Salvador: ABRASCO, 2022 (no prelo).

VIDAL, F. O Sujeito Cerebral: um esboço histórico e conceitual. **Polis e Psique**, v. 1, n. 1, pp. 169-190, 2011.

WOLFF, F. **Nossa humanidade: de Aristóteles às neurociências**. São Paulo: Unesp, 2012.

Capítulo 3

A construção de um modelo de acompanhamento a bebês e educadoras em educação infantil

Andrea Gabriela Ferrari
Milena da Rosa Silva

Introdução

O presente relato é o fruto do trabalho de muitos corpos e muitos olhares. Trata-se da narrativa da construção de um modelo de acompanhamento a bebês e educadoras em Educação Infantil, o qual foi desenvolvido a partir de um projeto de pesquisa psicanalítica no contexto de escolas de Educação Infantil do município de Porto Alegre. É fruto de um grupo de trabalho que, concernido com as crianças e sua constituição, se colocou no campo na tentativa de transmitir algo que pudesse minimizar o sofrimento psíquico de bebês que estavam desde muito cedo frequentando essas escolas municipais e conveniadas do município. Assim, nos dirigimos ao campo com incômodos advindos da clínica, com perguntas teórico-clínicas e com uma proposta metodológica específica, mas, acima de tudo, com uma postura ética de abertura para acolhimento das educadoras e bebês.

Em função disso, ao longo do acompanhamento, outra proposta foi co-construída em conjunto pesquisadoras-educadoras. Esse breve texto foi tecido como um relato des-

sa experiência e de nossas reflexões a respeito da construção dessa estratégia de acompanhamento como a produção conjunta de uma tecnologia de cuidado em Educação Infantil. A fim de possibilitar ao leitor um maior detalhamento sobre a intervenção, listaremos ao final do capítulo produções do grupo de pesquisa já publicadas e disponíveis.

A dimensão do cuidado nas Escolas de Educação Infantil

O cuidado à pequena criança, com destaque àquele fundamental ao seu processo de constituição subjetiva, tem sido um dos temas centrais abordados pelo Núcleo de Pesquisa em Psicanálise e Infâncias – NEPIs/UFRGS. A articulação do NEPIs com o Núcleo Interdisciplinar da Infância, que está vinculado à Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS, levou-nos ao desenvolvimento de um projeto de pesquisa centrado nos cuidados aos bebês no contexto das escolas de Educação Infantil¹² (FERRARI, SILVA e CARDOSO, 2013). Foi no espaço de discussão de casos clínicos de crianças pequenas que se destacou a importância da Escola de Educação Infantil (EEI) na vida dessas crianças.

Tínhamos contato com algumas escolas que funcionavam como um lugar protetivo para a criança pequena, porém havia outras que encaminhavam para atendimento clínico crianças bem pequenas com “diagnósticos” fechados de autismo realizados pelas próprias educadoras ou coordenações. Nas interconsultas com essas escolas, nos deparávamos com pouca disponibilidade para se perguntar

12 Parte deste trabalho foi apresentado no II Colóquio Escolas Protagonistas: Desafios na Inclusão escolar de um aluno-sujeito. O papel da Educação Infantil na constituição psíquica das crianças. 2018. (Simpósio).

a respeito daquela criança, de sua família ou mesmo de sua própria implicação com o sofrimento da criança.

Tais constatações levaram ao desejo de nos colocarmos no campo da Educação Infantil, acompanhando os bebês em relação com as suas educadoras, com o objetivo de perceber, no início, eventuais sinais de sofrimento psíquico e intervir a tempo, o que se deu através do projeto de pesquisa acima referido.

O grupo de trabalho era composto por professoras da Psicologia, e professor da Fonoaudiologia, psicólogas e estudantes vinculados ao Núcleo Interdisciplinar da Infância da Clínica¹³. Além disso, é importante ressaltar que nos inspiramos fortemente nos trabalhos coordenados por Maria Cristina Kupfer, Leda Bernardino e Rosa Maria Mariotto com a Metodologia IRDI.

O IRDI – Indicadores de Risco para o Desenvolvimento Infantil (KUPFER, JERUSALINSKY, BERNARDINO, WANDERLEY, ROCHA, MOLINA, SALIS, STELLIN, PESARO e LERNER, 2009) – é um instrumento que permite avaliar, a partir da relação cuidador primordial-bebê, se o bebê está ou não com entraves no processo de subjetivação. Foi organizado considerando 31 indicadores que ocorrem na relação adulto-bebê com idade de Zero a 18 meses.

13 O grupo que esteve à frente da organização inicial do projeto e nas idas às EEs nos primeiros anos da pesquisa foram, além das autoras deste capítulo, o Prof. Dr. Jefferson Cardoso, as coordenadoras psicólogas do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Clínica Interdisciplinar da Infância Mariana Kraemer Betts e Marcia Giovana Pedrucci Reis. A equipe de trabalho consistia em mais ou menos 25 pessoas e era composta por alunos do curso de Especialização em Atendimento Clínico, estagiários da Ênfase em Processos Clínicos, extensionistas vinculados ao Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Clínica Interdisciplinar da Infância da Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS.

Esses 31 indicadores são derivados de quatro operações fundamentais para a constituição do sujeito psíquico¹⁴, a saber:

- Suposição do sujeito (SS): se refere à capacidade da mãe ou do cuidador de supor no bebê a existência de um sujeito psíquico, ainda que este não esteja constituído;
- Estabelecimento da demanda (ED): é um eixo que se refere à função que o cuidador tem de interpretar os gestos da criança como um apelo dirigido a ele;
- Alternância presença/ausência (PA): diz respeito ao período entre a demanda da criança e sua satisfação, período que corresponde a um intervalo de onde pode surgir a resposta da criança; e,
- Instalação da função paterna (FP): procura identificar o lugar do terceiro na relação mãe-bebê.

A partir da constatação de que profissionais que utilizavam o IRDI aguçavam a percepção para problemas nas relações das mães com seus bebês, já servindo de orientação para uma intervenção (MORAIS, KOIZUME, LERNER e KUPFER, 2010), foi pensada a Metodologia IRDI como dispositivo de acompanhamento da relação educadora-bebê nas EEIs, orientando o olhar da professora a fim de favorecer a promoção de saúde dos bebês que frequentam EEI (BERNARDINO e MARIOTTO, 2010).

Materiais e métodos

Para iniciar nosso trabalho de acompanhamento aos berçários das EEIs de Porto Alegre (FERRARI, SILVA e CARDOSO, 2013), buscamos contato com a Secretaria

14 Para saber mais, ver: Ferrari, Fernandes, Silva e Scapinello (2017, p. 18).

de Educação do município, a Coordenação de Educação Infantil, que nos sugeriu as escolas para acompanhamento, respeitando uma distribuição pelas regiões da cidade. Depois de contatar as escolas, realizamos uma pequena reunião com as educadoras a fim de nos apresentarmos, apresentar, em linhas gerais, o formato de nossa pesquisa – que incluía um acompanhamento da rotina de sala de aula – e colocar algumas ideias iniciais sobre a importância do manhês e das trocas afetivas entre os bebês e as educadoras. Pois, as trocas afetivas, tão importantes para a constituição do sujeito, muitas vezes são desvalorizadas e menosprezadas no contexto das escolas de Educação Infantil (EEI).

Desde o início, buscávamos uma parceria entre as educadoras e nossa equipe. Também nos interessava poder saber mais sobre os bebês no coletivo e as relações entre eles. Tentamos nos posicionar como parceiras de trabalho em sala de aula, jamais como alguém que está controlando o que elas faziam com os bebês que estavam sob seus cuidados. Apesar disso, temos a noção de que fomos às EEIs com nossos paradigmas psicanalíticos sobre o que é um bebê, sobre a importância do ambiente para sua constituição e com nossos modelos sobre o que os adultos cuidadores precisariam oferecer em prol do desenvolvimento do bebê.

Ademais, em se tratando de um trabalho de acompanhamento que também propunha intervenções, quando necessário, semanalmente uma dupla de pesquisadoras ia na escola e ficava um turno em sala de aula. Não tínhamos tarefas pré-estabelecidas – ficávamos brincando com os bebês, conversando com as educadoras e às vezes, a pedido das educadoras ou porque nos parecia importante, dando comida ou nanando alguma criança. Bimensalmente, após

o acompanhamento, realizávamos a avaliação dos bebês – de 4 a 18 meses – através dos IRDIs. Essa avaliação não era compartilhada com a escola, mas servia como um horizonte para as intervenções das pesquisadoras.

Da pesquisa em si

Inicialmente a angústia tomou conta de nós, pois tínhamos a nítida impressão de estar testemunhando a imposição de sofrimento em muitos dos bebês que ali estavam. A maioria das escolas tinham uma rotina extremamente rígida bastante pautada pela nutrição (a ponto de não permitir que bebês com sono dormissem antes do almoço), diziam *não* o tempo inteiro para os bebês (mesmo quando nitidamente os bebês estavam tentando explorar algum objeto ou interagir com outro) e não conversavam ou falavam com eles. Também havia bebês que choravam muito e eles não eram contidos ou acolhidos – as educadoras tinham a ideia de não dar colo ao bebê para não os acostumar, já que eles eram muitos e era impossível dar colo para todos. Alguns aspectos observados em relação à maioria das educadoras foram que elas:

- Não conversavam com os bebês;
- Não se permitiam dar colo;
- Não tinham momentos particularizados;
- As trocas de fralda e a alimentação eram mecânicas;
- Muitos não e normas; e,
- A existência de rotinas rígidas, principalmente pautadas pelos horários de alimentação.

Provavelmente algo que intensificou nossa angústia era que a nossa equipe era composta por terapeutas que trabalhavam clinicamente com crianças pequenas e, com base

nessa experiência, antecipavam um futuro de sofrimento para algumas das crianças que conhecemos.

Nossa equipe, bombardeada com essas cenas, voltou-se para aqueles bebês que nos pareciam com maior sofrimento. As intervenções eram realizadas através do brincar, em sala de aula, com o intuito de atuar diretamente junto aos bebês e, ao mesmo tempo, nos oferecer como modelo especular para as educadoras (FERRARI, FERNANDES, SILVA e SCAPINELLO, 2017).

Paralelamente buscávamos, sutilmente, conversar com as educadoras sobre o que observávamos nas crianças, especialmente através de perguntas, da abertura de questões. Por exemplo, “*O Lauro costuma ficar assim sozinho?*”; ou “*Será que se eles dormirem um pouquinho antes do almoço eles vão conseguir comer melhor?, hoje as crianças dormem muito tarde e elas precisam acordar super cedo para estar aqui às 8 da manhã...*”; em relação a um bebê que estava de pé apoiado olhando para a educadora “*olha profê, preciso que tu olhe como consigo ficar de pé!*” (falando pelo bebê).

No convívio da sala de aula, percebemos que talvez os diagnósticos precoces e o jeito de ser mais rude de algumas educadoras podiam ser uma tentativa de aplacar sua própria angústia ao assumir a responsabilidade por muitas crianças sem ter tido uma formação adequada para isso e para conseguir lidar com o sofrimento que as crianças apresentavam através do choro.

Fomos percebendo que a potência do trabalho com os IR-DIs não estava tanto na marcação dos indicadores, mas como lente de leitura e de acompanhamento da relação do bebê com as educadoras, um modo de nos ajudar e ajudá-las a olhar. Como no “Livro dos abraços” de Eduardo Galeano (2005). Um

pai leva o filho para conhecer o mar; o filho, quando se deparou com a imensidão do mar ficou mudo e, quando conseguiu falar, pede ao pai que o ajude a olhar. De alguma forma, esta pequena história nos inspirou para nos permitir usar os IRDIs como aquilo que, através de nossa sustentação, pode sustentar o olhar e o fazer da educadora com os bebês.

Por exemplo, havia um bebê, José, que nos preocupava por sua apatia. Ficava isolado na maior parte do tempo, manipulando algum objeto, babando bastante e passando uma impressão de apagamento. De fato, parecia não ser notado pelas educadoras ou bebês na sala, provocando muitas vezes esse efeito também nas pesquisadoras. Assim, passamos a conversar com as educadoras sobre esse bebê e questionar sobre sua forma de ser e de estar na sala.

Inicialmente, as educadoras explicavam ser este seu *jeitinho* e que ele parecia apenas ser um pouco desconfiado, mas sem demonstrar maiores preocupações em relação a ele. Aos poucos, fomos percebendo um efeito importante de nossas intervenções, na medida em que José passou a ser mais falado pelas educadoras e buscado por elas. Houve diferentes posicionamentos das educadoras. Netse sentido, trazemos a seguir, dois trechos de diários clínicos escritos pela pesquisadora que acompanhava essa turma.

Deu pra perceber um comportamento um pouco forçado da Verônica, ao olharmos para o José quando ele ficava isolado. [...] Muitas vezes ela percebeu que estávamos olhando para ele quando ele estava sozinho [...] e o chamava insistentemente, sem, porém, mover-se em sua direção. Já Maria pareceu ter mudado seu olhar e na hora do lanche, investiu bastante nele. Colocou-o sentado na cadeirinha e lhe dizia: - Que bocão lindão! (Diário Clínico).

A educadora Maria modificou bastante seu modo de trabalhar com José na sala, contando-nos, ao final de nosso acompanhamento à EEI, sobre efeitos importantes em seu olhar como profissional, a partir do acompanhamento que recebeu. Além disso, a educadora Maria contou ter percebido mudanças também no menino:

Foi positivo assim, bem positivo, tanto para nós que conseguimos ter um outro olhar do nosso trabalho, quanto pra eles também né [...] que muitas vezes a gente deixava meio que o José de lado assim, [...] era uma coisa que a gente não percebia que tava fazendo né [...] na verdade a gente não faz naquela intenção né [...] mas a gente de repente realmente não dava tanta atenção como deveria estar dando mesmo né. [...] Não sei te dizer se eu mudei ou minha colega mudou com ele ou não, mas o fato é que ele mudou né, mudou bastante. [...] Então a gente teve um retorno bem positivo com ele. Esses dias, acho que foi semana passada, eu olhava ele sorrindo e era diferente sabe. A gente olha ele bem, ele vem e abraça a gente, coisa que ele não fazia antes [...] Ele não estranhava a gente, mas ele não era aquela criança que vinha, que abraçava, que, sabe, que queria tá junto né. Então agora não, agora ele vem. Ele já pede até colo pra gente, coisa que não acontecia né (Educadora Maria).

Sandra era outra bebê que se mostrava apática, com pouca reação aos estímulos. Na hora da janta, depois de comer um pouco, ela pegou sua mamadeira com água, colocou o bico na boca e ficou imóvel, como se estivesse *em transe*. As pesquisadoras ficaram muito mobilizadas com essa cena e começaram a investir sua atenção na menina. A educadora não sabia dizer muita coisa sobre Sandra além de que tinha nascido em casa e que a irmã dela era assim também, mas depois virou uma espoleta (a irmã estudava na mesma escola).

As pesquisadoras foram então observar a irmã na sua turma e viram uma menina bastante quieta, que brincava mais sozinha e que, ao contrário das outras crianças, não demonstrou nenhum interesse pelas duas pessoas estranhas (pesquisadoras) que entraram na sala de aula. As pesquisadoras começaram a brincar mais com Sandra, ora de esconde esconde ora com brinquedos que estavam na sala. Além disso, se articulou, via Secretaria da Educação, uma consulta com o Neurologista. Segue trecho do Diário Clínico:

Nos dedicamos bastante à Sandra, o que parece ter um efeito interessante [...]. Brincamos [...] ela parece se interessar pelos objetos que usamos, pega alguns e traz para nós; se lhes oferecemos, ela pega alguns também. Em dado momento em que brinco com Sandra, a profe Ana brinca com Maria, quem sempre consegue cativar bastante a atenção das profes. Proponho à Sandra então que troquemos um pouco – Sandra brinca com a Prof Ana e eu brinco com Maria. A Educadora Ana ouviu minha proposta e enuncia isto a Maria, também; assim, Maria brinca comigo e a educadora Ana dedica algum tempo a Sandra [...]. Quando fomos embora, as crianças nos abanaram, inclusive Sandra, o que nos surpreendeu bastante.

Este simples fato parece ter despertado na educadora Ana certo olhar direcionado a Sandra, permitindo que Ana possa convocar Sandra para brincar e possa interpretar algumas de suas manifestações.

Um cuidado que tivemos desde o início foi, na relação com as educadoras, evitar ao máximo o lugar de suposto saber, incluindo-as como parceiras de preocupações com determinadas crianças. Buscamos ter com elas uma relação horizontalizada, até porque nós também estávamos em situação de aprendizagem – a maioria de nós não tinha tido

experiência em berçários ou escolas de Educação Infantil. Para nós, a coletividade de crianças era novidade. Portanto, nos preocupamos em deixar evidente este aspecto desde o primeiro contato que tivemos com as educadoras. A ideia era trocar experiências e, para nós, era importante entrar em sala de aula para aprender como um bebê se relaciona no coletivo e como vai formando suas primeiras experiências na relação com os semelhantes.

Ao longo do acompanhamento, o cuidado com o bebê foi deslizando ao cuidado com a educadora e com nós mesmas. Fomos nos dando conta da importância das nossas reuniões semanais que nos permitiam compartilhar as experiências vividas para dar contornos ao nosso trabalho.

Acatar e acolher a nossa própria angústia foi importante como um dos pontos de torção em relação ao nosso trabalho. Inicialmente fomos às EEIs no intuito de amenizar entraves no processo de subjetivação dos bebês que se encontram em sofrimento. A entrada em um lugar estrangeiro para nós – a EEI – fez-nos trazer à tona e questionar alguns princípios que a Psicanálise nos ensina sobre o cuidado dos bebês. Como cuidar de vários bebês ao mesmo tempo? Como cuidar de outro lugar que não aquele do qual se foi cuidado?

Em uma roda de conversa/escuta com as educadoras de uma das EEIs, começamos a conversar sobre as primeiras memórias de suas infâncias. As histórias que colhemos foram similares àquelas que presenciávamos nas EEIs: histórias de solidão, de ser cuidadas por irmãos mais velhos e de violências. Uma dessas educadoras referiu que sua primeira lembrança de infância foi o dia que seu irmão mais velho bateu nela com um pedaço de madeira.

Além disso, há uma imposição por parte das Coordenações Educacionais da Secretaria de Educação de certos preceitos do que é uma criança, algo que não foi efetivamente transmitido a elas. Há a imposição de uma infância que elas não vivenciaram, com a destituição da possibilidade de transmissão de todo traço que elas vivenciaram na sua própria infância.

Situação difícil, a partir da qual elas somente podem estar nessa tarefa de corpo presente. Ou seja, começamos a perceber que estávamos pedindo a essas mulheres-educadoras algo que elas não tinham vivenciado e, com isso, passamos a refletir sobre a violência de impor uma noção de bebê que é estranha às suas experiências. Isso nos levou a considerar que o que falávamos – a concepção de bebê e cuidado para a Psicanálise – era algo estranho e estrangeiro a elas e, apesar de termos a intenção de também aprender com elas, estávamos desrespeitando suas histórias e vivências sobre o cuidado dos bebês e impondo uma filiação ao discurso acadêmico.

Este movimento nos transformou. Permitimos que as vivências nas EEs fizessem marcas em nós e em nosso trabalho. Passamos a avaliar menos e acolher mais. Nosso reposicionamento em relação às mulheres-educadoras permitiu um reposicionamento delas em relação a nós e nosso trabalho. Foram se sentindo amparadas e acolhidas e foram podendo dividir os impasses entre dar voz às suas concepções particulares de infância e, também, acolher, quando fazia sentido para elas, uma língua estrangeira, a da Psicanálise, para lidar com esses bebês. Talvez aqui tenha se iniciado um dos pontos de torção no grupo. Percebemos a exigência que estávamos fazendo a essas mulheres que não

tinham nem formação suficiente para trabalhar com bebês, nem valorização do seu trabalho, e cujas vivências infantis eram muito diferentes das nossas. Nesse ir e vir de lugares pudemos ir acolhendo as dúvidas e preocupações e introduzir formas de pensar o bebê que acolhessem suas concepções particulares, enlaçadas à concepção de constituição psíquica trazida pela Psicanálise.

Nosso trabalho foi sendo tramado com vários fios, e os IRDIs permitiram dar voz às histórias silenciadas dessas crianças e dessas educadoras, muitas delas destituídas de seus saberes e experiências. Por esse viés, pensamos que utilizamos os IRDIs para ajudar a educadora a olhar, como na história de Galeano. Os IRDIs também nos ajudaram a olhar. Por exemplo, não fossem os IRDIs, talvez José tivesse ficado quietinho no canto, sem incomodar a ninguém. Talvez nós também o ignorássemos. Nesse sentido, através dos IRDIs pudemos singularizar esses bebês tão coletivizados, construindo intervenções capazes de evidenciar suas potencialidades.

Pensamos que o olhar de cuidado e sustentação que lançamos ao bebê foi incluindo também a educadora. Sustentando suas práticas cotidianas na relação com o bebê e permitindo uma implicação em relação a aquele que está sob seus cuidados. Se deixar ser e se deixar estar.

No último dia letivo e de acompanhamento da turma, a educadora Rosa iniciou a organização da sala, retirando os enfeites e guardando-os para o próximo ano. Observei, sentada próxima dos bebês, quando iniciou a retirada dos enfeites pendurados no teto, subindo em uma banqueta. Quando subiu na primeira vez, desequilibrou-se, deixando escapar um “Opaa!”. Alguns bebês viram a cena e riram. Na próxima subida na banqueta, os bebês já espiavam atentos à edu-

cadora, que de forma muito espontânea permitiu-se fazer de conta desequilibrar-se novamente – “Uooooooooopa!” – o que foi acompanhado de muitos risos dos bebês, além da atenção de todos os demais da sala, que se voltaram para ela. E assim novamente, Rosa, a cada subida, brincava de cair, rindo também de si mesma, acompanhada de muitas gargalhadas e do olhar atento de cada bebê de sua turminha. (Diário Clínico).

Tal cena era impensável no início do ano. Acreditamos que nossa presença, às vezes mais implicada e às vezes mais reservada, como refere Figueiredo (2007), permitiu que essas mulheres pudessem assumir certa espontaneidade na relação com os pequenos, o que lhes permitiu uma experiência de prazer compartilhado.

Assim, o trabalho de acompanhamento nos permitiu sustentar o cuidado que a educadora direciona ao bebê, possibilitando que acolha certas particularidades, principalmente quando alguns entraves ao desenvolvimento do bebê se colocam. Em lugar de um diagnóstico apressado e decorrente encaminhamento, algumas educadoras se propuseram a pensar conosco e atuar na tentativa de que o bebê retomasse seu curso constitutivo. Quando as suas queixas sobre as famílias e sobre suas dificuldades em sala de aula foram acolhidas por nós, pudemos pensar junto com elas potencialidades de cuidado.

Em nós, psicanalistas-pesquisadoras, os efeitos de nossa presença implicada transformaram nosso fazer e permitiram questionar noções sobre o cuidado ao bebê a partir de pressupostos normativos e universalizantes de família e maternidade. Também fomos assumindo que, na esteira dessas ideias sobre maternidade está a perspectiva, higienis-

ta e normativa, de que as mulheres são *naturalmente* capacitadas para o cuidado dos bebês.

Esse percurso coletivo e coletivizado – de bebês, educadoras e psicanalistas-pesquisadoras – permitiu-nos, como nos aponta Rodolfo (2012), conviver com o surgimento de experiências espontâneas, dando lugar ao imprevisto e imprevisível das relações. Nos despedimos das EEIs com uma roda de conversa com as educadoras, momento em que elas nos confessaram, entre outras coisas, que ficavam nos observando para ver como fazíamos ou como saímos de alguns impasses com os bebês.

Então, inicialmente, nosso foco foram os bebês e sua constituição. O ponto de partida para a proposta de trabalho foi a perspectiva de ter, na EEI, um espaço potente de proteção e subjetivação. Mas o encontro com os bebês e as educadoras nas EEIs trouxe uma inflexão aos nossos questionamentos. Principalmente quando, de uma hora para outra, os atravessamentos de questões de gênero, precariedades, vulnerabilidades diversas, saíram da condição de “pano de fundo” para se colocar sob o foco de nossas análises, levando-nos, em 2019, a nomear nosso grupo de pesquisa NEPIs – Núcleo de Estudos em Psicanálise e Infâncias, destacando assim a pluralidade das infâncias que podem ser vividas em um país como o Brasil.

Tal constatação reavivou um incômodo que vem acompanhando nosso percurso como pesquisadoras: embora acreditemos que humanos precisam ser cuidados por humanos e, desse modo, o cuidado da pequena criança é fundamental, a responsabilização das mulheres – mães, educadoras – por tal cuidado (bem como pelos efeitos dele), bem

como a pouca valorização das figuras que cuidam, tem sido uma forma de opressão das mulheres.

O trabalho das educadoras em EEI's apresenta as marcas do trabalho de reprodução social (FRASER, 2020), especialmente no contexto brasileiro: desempenhado majoritariamente por mulheres, caracterizado pelo acúmulo de funções, pela inseparabilidade entre público e privado, por não exigir preparo prévio ou qualquer qualificação formal, por ser, geralmente, desempenhado de forma profissional por mulheres pobres, com poucos anos de escolarização, majoritariamente não brancas. Essas noções fornecem sustentação para o pressuposto de que, sendo mulheres, as profissionais da Educação Infantil precisariam apenas transpor para a Creche as atividades que já realizariam em suas casas. E, assim sendo, não seria necessária formação específica nem aprofundada para exercer a profissão docente na Educação Infantil (SILVA e PEIXOTO, 2015), uma vez que bastaria ser uma mulher “de boa vontade” (SILVA, 2006, p. 86). Tal concepção desqualifica e desvaloriza esse trabalho.

Em trabalho anterior (ARROSI, FERRARI e SILVA, 2022), tomamos as reflexões de Rita Segato (2021), Lélia González (1984) e Rafaela Deiab (2005), dentre outras autoras, que apontam para um apagamento histórico da relevância das amas-de-leite e das babás na formação subjetiva da sociedade brasileira, para pensar a situação das profissionais da Educação Infantil, também encarregadas do cuidado primordial de crianças das quais não são mães.

Tal apagamento funcionaria como um barramento realizado pelas famílias e pela cultura diante da possibilidade

da construção de intimidade entre o bebê e a educadora e das trocas corporais entre a dupla. Ainda neste trabalho, destacamos que o reconhecimento precisa ser realizado tanto nos contextos específicos com os quais trabalhamos – nesse caso, diretamente no trabalho com as educadoras de Berçário – marcando a função e a importância dessas mulheres para o desenvolvimento dos bebês, quanto em um sentido macro, apontando para a produção teórica e para a política (ARROSI, FERRARI e SILVA, 2022).

Acreditamos que as intervenções aqui apresentadas, além de intervirem na constituição subjetiva dos bebês, promoveram um reconhecimento da função e da importância das profissionais. Apontamos, assim, para a função do reconhecimento como forma de cuidado no âmbito do trabalho na Educação Infantil, e da construção conjunta – entre pesquisadoras/psicanalistas e educadoras – de um *saber fazer* – tecnologia – nos cuidados em Educação Infantil.

Considerações finais

É a partir da aposta na importância do cuidado para a continuidade das sociedades e da própria humanidade que o acompanhamento aqui apresentado tomou forma. Pensando a tecnologia como um *saber fazer*, que é construído coletivamente com base em conhecimento técnico, relações sociais e interesses econômicos e políticos, acreditamos que essa intervenção permitiu a co-construção de uma tecnologia de cuidado em Educação Infantil. De um cuidado que inclui educadoras e bebês.

A partir da costura entre o conhecimento técnico-científico levado pelo grupo de pesquisa – tendo os IRDIs como ferramenta e a abertura à escuta e acolhimento como ética – e o conhecimento técnico-experiencial enunciado pelas educadoras, delineia-se um modo de operar com educadoras e bebês Em Educação Infantil.

Um modo que respeita o *saber fazer* dessas mulheres educadoras/cuidadoras, ao mesmo tempo em que abre questões e oferece subsídios e suporte para um *inventar o fazer enquanto se faz*, oferecendo acolhimento e reconhecimento.

Referências

- ARROSI, K. E.; FERRARI, A. G.; SILVA, M. R. Mulheres, mães, educadoras: notas sobre (im)possibilidades na transmissão do cuidado. **Educação**, v. 47, pp. 1-23, 2022.
- BERNARDINO, L. M. F.; MARIOTTO, R. M. M. Psicanálise e Educação Infantil: diálogos a partir de uma pesquisa. **Revista da Associação Psicanalítica de Curitiba**, n. 20, pp. 131-46, 2010.
- DEIAB, R. A. A memória afetiva da Escravidão. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, n. 4, pp. 36-40, 2005.
- FERRARI, A. G.; FERNANDES, P. P.; SILVA, M. R.; SCAPINELLO, M. A experiência com a Metodologia IRDI em creches: pré-venir um sujeito. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 20, pp. 17-33, 2017.
- FERRARI, A. G.; SILVA, M. R.; CARDOSO, J. **O impacto da Metodologia IRDI na prevenção de risco psíquico em crianças que frequentam creche no seu primeiro ano e meio de vida**. [Projeto de pesquisa]. Porto Alegre: UFRGS, 2013.
- FIGUEIREDO, L. C. A metapsicologia do cuidado. **Psychê**, v. 11, n. 21, pp. 13-30, 2007.
- FRASER, N. Contradições entre capital e cuidado. **Princípios: Revista de Filosofia**, v. 27, n. 53, pp. 261-288, 2020.
- GALEANO, E. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2005.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, pp. 223-244, 1984.
- KUPFER, M. C.; JERUSALINSKY, A.; BERNARDINO, L.; WANDERLEY, D.; ROCHA, P.; MOLINA, S.; SALES, L.; STELLIN, R.; PESARO, E.; LERNER, R. Valor

preditivo de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil: um estudo a partir da teoria psicanalítica. **Latin American Journal of Fundamental Psychopathology**, v. 6, n. 1, pp. 48-68, 2009.

MORAIS, A. S.; KOIZUME, E. M.; LERNER, R.; KUPFER, M. C. O declínio dos saberes e o gozo da técnica: a psicanálise na formação de pediatras. In: **Proceedings of the 8th O declínio dos saberes e o mercado do gozo**, São Paulo, 2010.

RODULFO, R. **Padres e hijos. En tiempos de la retirada de las oposiciones**. Buenos Aires: Paidós, 2012.

SEGATO, R. O Édipo negro: colonialidade e forclusão de gênero e raça. In: SEGATO, R. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021. Pp. 211-246.

SILVA, D. A.; PEIXOTO, V. A. C. Professoras (?) de educação infantil: o que dizem as educadoras de creche sobre sua profissionalidade. In: **XII EDUCERE – Congresso Nacional de Educação**, Curitiba, 2015.

SILVA, H. L. F. **As trabalhadoras da Educação Infantil e a construção de uma identidade política**. [Dissertação de Mestrado]. Goiânia: UFG, 2006.

Para saber mais sobre o trabalho de acompanhamento, indicamos aqui algumas produções do NEPIs a partir desses trabalhos nas EELs:

Dissertações

Betina Czermainski de Oliveira. **Por um vir a ser: o gesto espontâneo e o berçário**. 2020. Dissertação (Mestrado em PPG em Psicanálise: Clínica e Cultura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: Milena da Rosa Silva.

Dorisnei Jornada da Rosa. **O educador e a Assessoria EP/PI de Porto Alegre em cena na prevenção do Autismo**. 2018. Dissertação (Mestrado em PPG em Psicanálise: Clínica e Cultura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: Andrea Gabriela Ferrari.

Jamille Mateus Wiles. **A Dimensão do cuidado e do educador de berçário – uma leitura a partir da Metodologia IRDI**. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicanálise: Clínica e Cultura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: Andrea Gabriela Ferrari.

Mariana Farias Puccinelli. **A sustentação do corpo como possibilidade de existência: os processos de integração psicossomática no âmbito da educação infantil**. 2018. Dissertação (Mestrado em PPG em Psicanálise: Clínica e Cultura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: Milena da Rosa Silva.

Mônica Garraffel de Carvalho. **Intersubjetividade e Interludicidade na escola de Educação Infantil: encontros e desencontros entre educadora e bebê**. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicanálise: Clínica e Cultura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: Andrea Gabriela Ferrari.

Artigos publicados

ROSA, D. J.; FERRARI, A. G.; ARROSI, K. E. A potência da Educação Infantil e do pequeno semelhante para a não fixação de sinais de risco de autismo nas crianças. **Estilos da Clínica**, v. 26, pp. 494-508, 2021.

WILES, J. M.; FERRARI, A. G. Do cuidado com o bebê ao cuidado com o educador. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, pp. e213976, 2020.

ROSA, D. J.; FERRARI, A. G. A metodologia do entre, o educador e a assessoria na prevenção do autismo. **Revista Educação**, v. 43, pp. e32459, 2020.

WILES, J. M.; OMIZZOLLO, P.; FERRARI, A. G.; SILVA, M. R. A Pesquisa IRDI e seus desdobramentos: uma revisão da literatura. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 17, pp. 1140-1161, 2018.

FERRARI, A. G.; FERNANDES, P. P.; SILVA, M. R.; SCAPINELLO, M. A experiência com a Metodologia IRDI em creches: pré-venir um sujeito. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 20, pp. 17-33, 2017.

Capítulos de Livro

VARGAS, T.; DORNELLES, A. G.; FERRARI, A. G. Tecendo experiências junto ao Programa Infância Melhor (PIM) a partir do instrumento IRDI com as visitadoras (Vera Cruz-RS). In: JERUSALINSKY, J.; MELO, M. S. (Orgs.). **Quando algo não vai bem com o bebê: detecção e intervenções estruturantes em estimulação precoce**. Salvador: Ágalma, 2020. Pp. 127-135.

FERRARI, A. G.; SILVA, M. R. A constituição subjetiva e a creche. In: PICCININI, C. A.; SEABRA, K.; VASCONCELLOS, V. M. R. (Orgs.). **Bebês na creche**. Curitiba: Juruá, 2017. Pp. 213-222.

FERRARI, A. G.; FERNANDES, P. P.; SCAPINELLO, M.; SILVA, M. R. A potencialidade da metodologia IRDI na constituição do sujeito. In: PARLATO-OLIVEIRA, E.; COHEN, D. (Orgs.). **O bebê e o outro, seu entorno e suas interações**. São Paulo: Instituto Langage, 2017. Pp. 261-272.

Capítulo 4

A tessitura da escuta a adolescentes em um serviço da política pública de assistência social

Luciane De Conti
Marisa B. Warpechowski

Introdução

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) e o ECA (BRASIL, 1990) trouxeram inovações no campo das políticas públicas direcionadas a crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidades, dando prioridade a esse segmento, merecedor de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado. O ECA inaugurou, segundo Oliveira e Oliveira (2008), um novo paradigma ético-político e jurídico na sociedade, pois inscreveu na agenda dos Direitos Humanos os direitos fundamentais da população infanto-juvenil. Entre as políticas de garantia desses direitos, temos a Assistência Social (AS) que compõe, junto com a Saúde e a Previdência Social, a Seguridade Social. As políticas de Saúde e de AS são atravessadas pelos mesmos princípios: universalização, integralidade, descentralização e intersetorialidade, e buscam alcançar objetivos muito próximos que, inclusive, se complementam, pois muitas vezes os seus equipamentos atuam numa mesma base territorial (MACEDO e DIMENSTEIN, 2012).

Nessa linha de ação, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2004) coloca como fundamental a formação de redes tendo como diretrizes para a execução desse trabalho os princípios da matricialidade sociofamiliar e da territorialização. A ideia subjacente é de uma rede dinâmica que tem na intersetorialidade e na integralidade eixos estruturantes e constituintes de práticas que produzem cuidado a partir da interrelação das diversas políticas públicas existentes. A intersetorialidade não comporta, portanto, a simples presença de serviços. Ela se efetiva quando são transpostas barreiras intra-institucionais e os serviços existentes estabelecem linhas de ação comuns, capazes de levar em conta a dinamicidade do território e a complexidade das demandas dos sujeitos atendidos (CARLSON e PINHEIRO, 2013). Entretanto, como nos diz Ortega (2004), as biopolíticas de Saúde – e poderíamos pensar de Assistência Social – atuam muitas vezes na perspectiva de dominação por meio de um processo de homogeneização, em que todos são iguais, desaparecendo assim as diferenças, as singularidades. Para movimentarmos essa política de homogeneização, é preciso, segundo ele, que o encontro com o outro produza uma transformação de si.

Nessa direção, destacamos o que aponta Merhy (2020) ao dizer da importância das tecnologias do cuidado na Saúde, mas podemos ampliar o conceito para pensar no trabalho também na Assistência Social, considerando o que o autor chamou de tecnologias leves. Esta que se constitui na relação com o outro, que produz aproximação, acolhimento, vínculo, autonomia e escuta para operar o cuidado. As tecnologias leves representam um campo aberto, inventivo, é trabalho vivo em ato, é o que movimenta e dá vida aos processos de cuidado na relação com o outro. Para esse processo se produzir, como nos dizem Campos e Campos

(2012), é preciso combinar a objetividade da clínica, materializada nas diretrizes e nos protocolos das Políticas de Saúde e de Assistência Social, com a *escuta* da ‘história de vida’ do usuário, a *escuta* dos discursos, visando a singularização do atendimento.

Nesse sentido, Figueiredo (2004) coloca que a clínica do sujeito no coletivo se constrói para além do ‘saber’ do técnico, pois é fruto da experiência renovada com os dispositivos já existentes a partir dessa convocação do sujeito ao fazer, mas também ao dizer, a tomar posição nas mínimas situações, por mais precária que seja. Recolher os traços significantes como indicadores do ‘sujeito’ é fundamental para a instalação de uma clínica do sujeito no coletivo – e diríamos nos serviços que compõem a rede de cuidado nas Políticas Públicas –, a qual irá se constituir a partir dos fragmentos recolhidos no trabalho da equipe cotidianamente.

Para isso, em consonância com esses autores, pensamos que é necessário (re)colocar em cena o sujeito, reafirmar a dimensão da clínica e da subjetividade em nosso trabalho de intervenção como profissionais inseridos nas diferentes políticas públicas, quanto como pesquisadores desse campo. Como apontam Imbrizi, Martins, Reghin, Pinto e Aruda (2020, p. 10-11), o conhecimento produzido a partir das pesquisas desenvolvidas na Universidade Pública deve:

[...] subsidiar estratégias que visem fortalecer as políticas públicas voltadas à infância e juventude e, [...] criar dispositivos que atuem no sentido de manter estes jovens vivos, para que continuem “tocando a vida em frente” e para que encontrem razões e sonhos que suscitem o seu desejo de viver. O desafio, então, é desenvolver aparatos de circulação da palavra por meio da oferta de escuta, como

rodas de conversa e oficinas, em suas articulações com as manifestações culturais e artísticas.

É nessa perspectiva que procuramos compartilhar, nesse texto, a construção de uma intervenção psicanalítica clínico-política junto a adolescentes acompanhados por um serviço da Política Pública de Assistência Social. Rosa (2016) situa como intervenções psicanalíticas clínico-políticas as práticas que problematizam a articulação entre sujeito e laço social – o que denota a perspectiva da Psicanálise implicada –, que escutam o sujeito e os modos como desejo e gozo são enredados na máquina do poder, de modo ao sujeito ter suspenso seu lugar discursivo. Tomando o conceito de interseccionalidade podemos pensar como as múltiplas formas de dominação e precarização da vida operam conjuntamente, de modo que esse sujeito é atravessado por várias vias de dominação, sofrendo os danos causados por impactos de diferentes direções (CRENSHAW, 2002).

É dentro desse contexto, de sujeitos atravessados por inúmeras violências, que se constituiu nossa prática, cuja intervenção foi desenvolvida pela segunda autora ao longo do seu percurso de Mestrado. O foco de nosso texto recai, portanto, na *tessitura da escuta* a adolescentes atendidos em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que vivenciam em suas trajetórias de vida situações de desamparo discursivo e material, estando com seus direitos violados e em risco social. O termo tessitura é uma alusão à concepção de tessitura da intriga formulada por Ricoeur (1994; 1995) acerca da composição narrativa. O autor coloca que uma narrativa se tece no próprio ato de narrar e que seus elementos se entrelaçam a partir de uma causalidade semântica, em um movimento de tríplice mimesis. Da mesma forma, concebemos que a tessitura da

escuta se dá no próprio ato de escutar, em que seus elementos vão se configurando a partir das possibilidades e impossibilidades conscientes e inconscientes dos atores nela envolvidos, situados em um determinado tempo e lugar.

Procuramos, então, nessa escrita, tecer os fios dessa experiência de intervenção a fim de delimitar o que dela ressoou como transformação de si nos adolescentes, autores das histórias ali narradas, na equipe envolvida no trabalho cotidiano com estes adolescentes e em nós pesquisadoras. Para tanto, situamos inicialmente os impasses possíveis que se colocam na escuta do sujeito em condições de vulnerabilidades, na sequência apresentamos a intervenção, nomeada por nós como rodas de conversa e a forma pela qual foi configurada e desenvolvida. Por fim, discutimos o que decantou desses encontros.

As (im)possibilidades de escuta em situações de vulnerabilidade social e a clínica do sujeito

Quando falamos sobre as contribuições da Psicanálise no campo das políticas públicas – e neste texto em especial na AS – insistimos em apontar os desafios desse encontro, da necessidade de reposicionamento das nossas práticas e dos modos de transmissão da experiência. Danto (2020) assinala que o próprio Freud sustentava que, além da técnica usada no consultório, o trabalho psicanalítico deveria incluir-se em diferentes instituições como um direito social, dentro e fora do Estado, pontuando a tarefa futura dos psicanalistas em repensar a técnica às novas condições. Sabemos que não se trata de transpor a clínica a outros cenários, mas de um exercício de inflexão para construção de dispositivos clínicos, sempre pautados pelos quatro conceitos fundamentais da Psicanálise,

a saber, o inconsciente, a transferência, a pulsão e a repetição (BROIDE, 2019). Como colocam Imbrizi *et Al* (2020, p. 17):

Espera-se que a Psicanálise ... possa contribuir com a criação de modos de atenção e enfrentamento ao sofrimento sociopolítico desencadeado pela segregação social – compromisso ético presente nas intervenções psicanalíticas clínico-políticas (ROSA, 2016) [...] Nessa direção, cabe reconhecer o dito e o não dito nos discursos e nas relações étnico-raciais, através da escuta e da promoção da circulação da palavra pelos sujeitos, no desafio de conhecer e, principalmente, agir em prol da transformação social; desse modo, vislumbramos a promoção do encontro entre os mais diversos atores envolvidos como uma alternativa possível na busca de soluções coletivas.

A possibilidade analítica de lidar com essas situações-limite, conforme apontam Scarparo e Poli (2008), está no oferecimento de uma *escuta* que possibilite uma enunciação, tematização e resignificação de todas essas misérias até onde for possível tomar outra posição frente a essa realidade. Susin e Poli (2012) propõem que a *oferta da escuta* a esses sujeitos deve se constituir através do compromisso ético de possibilitar lugar à palavra, propiciando que o trabalho não se situe apenas na via de um reconhecimento a partir da identidade entre os sujeitos, mas busque também o que o representa em sua diferença, esta não como ameaça, mas como possibilidades de convivências. E reiteram que a *escuta* das situações de sofrimento psíquico na AS encontra alguns impasses que podem fazer resistência ao trabalho, que dizem respeito ao impacto da realidade social e das determinações culturais a que estão submetidos os sujeitos acolhidos.

Nessa direção, Rosa (2016) destaca as particularidades dos sujeitos que vivem em condições de vulnerabilidades e exclusão e as dificuldades de endereçamento. Aponta que esses

sujeitos não esperam muita coisa do outro, pois este endereçamento não é em nada parecido com o de alguém que demanda uma escuta para o seu sofrimento, que endereça ao outro uma demanda, que supõem que o outro está ali para lhe dar um suporte de saber, um suporte de atenção. Este não é o caso das pessoas que vivem cotidianamente situações de humilhação em que o outro está ali para usufruir de seus serviços e explorar suas habilidades. Nesses casos, como nos adverte Rosa (2002, 2016), há também dificuldade do analista em escutar este outro como um sujeito, dado que ele está, do ponto de vista social, na posição de domínio, pois na relação analista-analisando a situação inicial se caracteriza pelo fato de que estes ocupam lugares opostos na estrutura social: a inclusão e a exclusão frente a frente. E isto produz incidências na efetivação do trabalho. A autora aponta a necessidade de um trabalho preliminar, um desafio que vai no sentido de reverter a resistência, resistência do analista, como lembra Lacan (1992), quando ele precisa reverter a lógica ideológica na qual ele mesmo está inscrito. Não basta ter uma proposta de escuta, é preciso construir uma relação em que a escuta opere.

Nessas situações em que somos tomados pelo real, por cenas de extrema violência e degradação da vida corremos o risco de ficarmos paralisados e resistirmos à escuta. Diante disso, precisamos construir e propor dispositivos que permitam narrar/significar o que até então era da ordem do inenarrável. Assim como Benjamin (1983), Gagnebin (1999) fala da dolorosa narração do sofrimento, afirmando que a sua radicalidade intervém na narração como aquilo que nunca conseguiremos realmente dizer e, por isso mesmo, aquilo que nos proíbe de nos calarmos e de esquecermos. É exatamente nesses contextos que se constituem como da ordem do traumático que se faz necessário a construção de disposi-

tivos de significação/subjetivação que permitam dar bordas simbólicas aquilo que parece infinito, insuportável, intolerável, pois se inscreve na ordem do real. Bordas essas que são possíveis de se construir em um trabalho de narração, pois a arte do narrar permite, conforme nos alerta Orofiamma (2002), costurar as rupturas e os desvios de percurso da vida.

Portanto, em diálogo com essas ideias, a aposta que lançamos para o trabalho nessas situações é o oferecimento da escuta e o acolhimento ao sujeito, uma escuta como testemunho e resgate da memória que tem lugar na diversidade das intervenções. Como reforça Rosa (2002, p. 12), “nas situações de extrema angústia e perda de referenciais identificatórios prevalece a importância da *oferta da escuta*”. Nesse sentido, acolher o sujeito em desamparo e vulnerabilidade social é dar lugar à palavra e, assim, poder relançar significantes e construir alternativas de inscrição no laço social como sujeito de desejo, bem como, de cidadão de direitos. Como escreve Lacan (1998, p. 531): “É que ao tocar, por pouco que seja, na relação do homem com o significante... altera-se o curso de sua história, modificando as amarras de seu ser”.

Abrir espaço de escuta a esses sujeitos, no nosso caso, adolescentes em situações de vulnerabilidades, constitui nosso desafio e compromisso. Para isso, propusemos as rodas de conversa como disparadoras de encontros e de possibilidade de fala a fim de agenciar a circulação da palavra e o reconhecimento de diferentes formas de existência.

Rodas de conversa como dispositivo de escuta e de circulação da palavra

As rodas de conversa se constituem como um dispositivo de intervenção usado em diferentes campos, na Saúde, na

Educação, na Assistência Social, possibilitando a abertura de espaços de encontro, de escuta e de troca entre seus participantes. As rodas possibilitam encontros dialógicos criando possibilidades de produção, significação e reordenamentos significantes. As rodas de conversa também podem ser consideradas como uma estratégia política que favorece a emancipação política e social de coletivos historicamente excluídos (SAMPAIO, SANTOS, AGOSTINI e SALVADOR, 2014).

Para compor o dispositivo das rodas de conversa que realizamos em nossas pesquisas, buscamos apoio e inspiração em diferentes autores: nos grupos de conversação (MILLER, 2003); no método da Roda ou *Paideia* (CAMPOS, 2003); nos grupos operativos de Pichon-Rivière a partir da leitura de Jasiner (2008); nos trabalhos desenvolvidos por Broide (2008, 2015) no diálogo com as situações sociais críticas e nos estudos utópicos de Block (2005) e Souza (2015).

Nos grupos de conversação, dispositivo concebido por J. A. Miller a partir do trabalho no Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Infância (CIEN), a conversação é caracterizada pela consideração à dimensão inconsciente da linguagem e pode ser entendida como:

Uma conversação é uma série de associações livres. A associação livre pode ser coletivizada na medida em que não somos donos dos significantes. Um significante chama outro significante, não sendo tão importante quem o produz em um momento dado. Se confiamos na cadeia de significantes, vários participam do mesmo. Pelo menos é a ficção da conversação: produzir – não uma enunciação coletiva – senão uma associação livre coletiva, da qual esperamos um certo efeito de saber. Quando as coisas me tocam, os significantes de outros me dão ideias, me ajudam e finalmente, resulta, às vezes, algo novo, um ângulo novo, perspectivas inéditas (MILLER, 2003, p. 15-16).

O grupo de conversação não tem um roteiro prévio. É estabelecido de forma a possibilitar os efeitos de surpresa, tal qual uma associação livre, em que um significante possa fazer surgir um novo significante, buscando o desconhecido, o que não estava estabelecido *a priori*, o que se enuncia como surpresa em um discurso, uma vez que ali se dá a possibilidade da emergência de novas significações.

No campo da Saúde Coletiva, o método da roda, ou *Paideia*, é utilizado para pensar os processos de trabalho, propõe a produção de saúde com as pessoas e não sobre elas, implicando trabalhador e usuário na construção e gestão dos Serviços de Saúde (CAMPOS, 2003). O destaque coloca-se na possibilidade da circulação da palavra, por ser um dispositivo que propicia a ativação da subjetividade, potencializa a autonomia e o protagonismo dos sujeitos, buscando ativar as suas capacidades de análise sobre suas práticas de saúde, práticas sociais, políticas e econômicas (TORRES, PASQUINI, SANTOS e YASUI, 2012). A importância desse espaço está na apropriação e na legitimação do saber do sujeito sobre seu cotidiano, sobre seu fazer e a partir do compartilhamento desses saberes, a possibilidade de reinvenção, de criação do novo.

Já o trabalho com grupos, conforme Jasiner (2008), pode operar como recurso frente ao mal-estar na cultura, tecendo novas saídas a esse mal-estar estrutural, na construção de respostas mais além do imediato e na construção de novas narrativas como possibilidade de fazer uma borda a esse mal-estar constitutivo do humano. A autora faz uma leitura atenta aos grupos centrados em uma tarefa (GCT) proposto por Pichon-Rivière, advertindo para a problemática das lógicas esféricas, que tendem ao centramento, di-

zendo que no melhor dos casos no centro estaria a tarefa em torno da qual o grupo entra em trabalho.

Jasiner propõe pensar o grupo centrado em uma tarefa a partir não da lógica da esfera, do centramento, mas da lógica borromeana, do nó borromeu, podendo, assim, pensar num centramento diferente. Lembremos o nó borromeu utilizado por Lacan (1985) para articular os três registros o real, simbólico e imaginário: no centro ele coloca o objeto *a*, lugar da falta, do vazio em torno do qual se arma o nó. Jasiner elabora o centro como furo, como vazio, diferente da lógica esférica que pode reduzir-se a um ponto central. Esse lugar vazio pode orientar o trabalho no sentido de converter esse vazio em falta e a falta em criação. A tarefa colocada no lugar do vazio faz causa para que cada um encontre seu caminho, destacando o lugar vazio como possibilidade de invenção, como o que permite o movimento, os deslocamentos de sentido, a polissemia e as novas significações.

Dessa forma, inspiradas nos três autores acima elencados, configuramos nossas rodas de conversa as entendendo como dispositivo que leva à produção e circulação da palavra, como processo criador em que algo novo possa ser articulado, em que cada um possa em coprodução com outros recuperar seu protagonismo e romper com o silenciamento. Ou seja, as rodas de conversa são como uma tessitura, como produto de diversas conexões entre os sujeitos, os diferentes fios da vida que cada um vai entrelaçando e formando uma rede.

Assim, acreditamos que o acontecer grupal propiciado pelas rodas possibilita construir redes que acolham estes sujeitos em seus desamparos e descubra suas potências, constituindo-se como movimento de resistência a processos que geram a invisibilidade, a supressão da palavra e que impelem a ação. Apos-

tamos que no movimento de circulação da palavra engendrado pelas rodas, as vivências de cada jovem poderiam se transformar em experiência compartilhada e essa experiência em um saber que lhe possibilite a construção de outros territórios de vida.

Kehl (2002) no livro *Sobre Ética e Psicanálise*, nos lembra que o homem está sempre tentando ampliar os domínios do simbólico, sobre o real do corpo, da morte, do sexo, do futuro incerto. Mas, lembra que essa produção de sentido não se faz sozinho, não é individual, seu alcance simbólico situa-se no fato de ser coletivo e os efeitos inscritos na cultura. A autora destaca que todo ato de fala só se efetiva no endereçamento a um outro disposto a acolher esse testemunho, uma vez que toda produção de sentido, de significação depende de sua inscrição numa cadeia de interlocuções e que o sentido precisa ser reconhecido pelo Outro encarnado nos e pelos outros que o rodeiam.

Como aponta Broide (2010), colocar palavras é nomear conflitos, expressar dificuldades e desejos, poder sentir a dor da perda, deparar-se com o desamparo, o medo. É também encontrar talento, viver o encontro criativo com o outro, construir caminhos e alternativas. Tendo como inspiração essas ideias e esses desafios, é que em nossa pesquisa nos lançamos a compor, junto com os adolescentes, um espaço de escuta às suas trajetórias singulares de vida, sensíveis ao novo e à diferença.

A construção do trabalho com os adolescentes e os diferentes tempos da experiência

A experiência do trabalho com as rodas de conversa surge da experiência da segunda autora¹⁵ a partir da escuta clínica

15 Trabalho realizado em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Essa experiência está amplamente explorada na dissertação da autora

das mães que, nos espaços de acompanhamento realizados no CREAS a partir do programa de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, traziam as queixas sobre dificuldades e conflitos com os filhos adolescentes. Queixas de desobediência, agressividade, fugas de casa, evasão escolar, gravidez, uso e tráfico de drogas. Preocupações com os riscos de morte que os filhos poderiam correr tomavam o discurso dessas mães e as colocavam numa posição de impotência. Diante da demanda dessas mães, configuramos o trabalho das rodas de conversa com os adolescentes. As rodas ocorreram quinzenalmente com duração de 1 hora e 30 minutos por um período de 1 ano e meio. Os adolescentes participaram na medida de suas possibilidades, alguns frequentaram todos os encontros e outros não. No total, circularam pelas rodas em média 23 adolescentes, havendo casos de única e rica participação.

A experiência iniciou compondo formas de aproximação com os adolescentes para ouvi-los, inicialmente os conhecendo e nos aproximando deles nas visitas domiciliares, nos encontrando no campinho de futebol, na praça, na esquina dos becos. Fomos promovendo esses encontros em diferentes espaços do território, pois como destaca Rosa (2015), às vezes é também necessário provocar o sujeito com a oferta da presença, criando oportunidade para que a demanda apareça, sendo necessário marcar uma posição, isto pode propiciar neste momento a pulsação do sujeito. A autora destaca ainda que a experiência analítica às vezes pode não ser processual, podem ser lugares transitórios, de passagem, mas que podem

A passagem adolescente em contextos de vulnerabilidade e exclusão social disponível em <http://lume.ufrgs.br/handle/10183/205420> e no livro *Adolescência vulnerabilidade e desamparo: intervenções clinicopolíticas na assistência social*. Ed. Juruá, Curitiba-PR, 2018.

fazer marcas na história do sujeito. Assim, temos que potencializar ao máximo esse encontro analítico.

E, desse modo, algumas demandas dos adolescentes foram se enunciando, o que nos levou a convidá-los a continuar a conversa que começou na rua, na praça, agora no espaço do CREAS. À medida que fomos construindo laços transferenciais com esses adolescentes, fomos também constituindo a ideia de acolhê-los e escutá-los através do trabalho nas rodas de conversa e assim fomos convidando-os para participar da roda sobre adolescência que passamos a desenvolver no Serviço. As rodas como espaço de conversa e encontros, sem uma temática pré-determinada, mas como espaço que permitia a criação.

Nessas rodas, conforme inspiração nos grupos de conversação proposto por Miller (2003), não há um tema ou roteiro prévio, mas a tarefa (PICHON-RIVIÈRE, 2005; JASINER, 2008) é de que estamos ali para pensar na vida e neste tempo particular da adolescência, como cada um vivencia este momento. Como colocam Miranda, Vasconcelos e Santiago (2006, sp.): “Isso implica em mudança de posição daquele que propõe a conversação já que a condução do processo de conversação está fundada na ética da psicanálise, sujeitos desejantes, capazes de sustentar uma experiência de palavra que torne possível o reconhecimento da particularidade dos participantes”. As autoras prosseguem destacando que a conversação é “a palavra sustentada num pacto simbólico de reconhecimento e respeito, produzindo um tratamento peculiar do gozo... visando tocar o ponto de real do sujeito, indo além da ficção de cada um, buscando o sem sentido que pode produzir surpresas”.

Para incentivar a produção da palavra utilizamos em algumas rodas o trabalho com pequenos textos literários, crônicas

e poesias. Também ocorreram algumas atividades de circulação por espaços destinados à cultura e ao lazer na cidade, bem como, alguns momentos festivos conforme aquilo que emergia como significante nestes encontros. E para alguns adolescentes foi necessário atendimentos individuais após as rodas de conversa visto as questões ali trabalhadas terem produzido efeitos subjetivos que demandaram outra elaboração e alguns desdobramentos no sentido de auxiliá-los em suas demandas, projetos e objetivos. Destacamos novamente que este trabalho tem lugar na articulação da Psicanálise com a Assistência Social, articulando a escuta, o cuidado e a proteção a estes adolescentes, o que produz diferentes intervenções que transcendem o espaço das rodas de conversa e que demandam articulação em rede com as demais políticas públicas.

Assim, esse laço transferencial se produziu com cada um de forma singular, alguns com facilidade se vincularam, outros nunca aceitaram participar das rodas, mas pediam conversas individuais conforme suas demandas, outros estabeleceram uma relação mais fragilizada, participando de uma roda e após não mais retornando, outros ainda participaram por certo período e após, em função das vicissitudes da vida, ou de projetos de trabalho, ou de estágios que conseguiram construir e alcançar, não puderam mais participar, mas eventualmente apareciam na roda para uma participação-visita. Nesse sentido, destacamos os matizes transferenciais, muitos deles marcados pela insegurança e suspeita sobre este Outro (Psicólogo/CREAS/Assistência Social), será que podem escutar mesmo? Será que vão me escutar? Como construir vínculo transferencial de acolhimento e confiança para este adolescente que já foi tantas vezes abandonado? Cabe aqui todo o trabalho em sustentar estes frágeis fios transferenciais. Conforme aponta Carmo

(2011), é preciso sustentar o encontro do adolescente com um Outro receptivo e disposto a lhe fornecer outro saber, não fechado que desestabilize as identificações que lhe aprisionam, mas que ao mesmo tempo aponte que existe algo para além de todo saber constituído como verdade.

Construir o trabalho dessa forma também representou poder acolher o desvio, fazer um curso diferente daquele que estabelece um horário e aguarda o adolescente chegar e se ele não chega é porque não tem demanda, não deseja, não quer. Enfatizamos aqui que a vida em condições de vulnerabilidades apresenta a esses sujeitos muitos obstáculos o que muitas vezes dificulta que possam chegar para os atendimentos. São situações em que eles são impedidos de circular nos territórios devido à violência que determina toque de recolher. Situações de trabalho informal, os chamados bicos que podem surgir a qualquer momento, fazendo com que a luta pela sobrevivência seja priorizada. Outras vezes, a casa foi alagada pela enchente, o que torna muito difícil os deslocamentos ou a mãe precisou sair e eles precisaram cuidar dos irmãos ou até mesmo dos filhos pequenos.

Fomos descobrindo que deveríamos construir outras formas de aproximação com esses adolescentes, para que a conversa conosco, a palavra e a escuta pudessem fazer sentido a eles. Assim, as rodas funcionaram com certa rotatividade dos adolescentes, mas se constituíram como um espaço sempre aberto a acolhê-los. Para isso, foi preciso suportar e elaborar nosso narcisismo, pois não temos a roda de conversa “ideal” com um número constante de adolescentes e sempre os mesmos, mas temos sim um trabalho que se constituiu com as diferenças, que se constituiu nessa descontinuidade, nesse desvio da forma, nesse refazer sempre de novo e outra vez, nesse

trabalho artesanal, um a um de sustentar a transferência e acolher a palavra no enlace do singular articulado ao coletivo.

Destacamos ainda que a cada novo encontro havia sempre um trabalho a fazer no sentido de reconstituir as rodas, uma vez que a rotatividade dos adolescentes era frequente, o que nos levava a investir na construção de vínculo que tinha de ser uma vez e outra novamente reforçado, reconstruído. Esse movimento que denota certa fragilidade de adesão dos adolescentes às rodas também diz de certa especificidade do trabalho com sujeitos submetidos a situações de vulnerabilidade e desamparo. Há todo um trabalho no sentido de favorecer a transferência, lançar a oferta de escuta, o convite à participação. Buscamos o oferecimento da escuta e a possibilidade de os adolescentes poderem ali construir saídas e alternativas da ordem do desejo.

Os adolescentes que participaram dessa experiência pertenciam a três territórios distintos de Porto Alegre: Arquipélago (Ilhas), Humaitá/Navegantes e Centro. Se a distância do CREAS, que se localizava no Centro, de alguns territórios dificultava o acesso, por outro lado, também percebemos que esta localização “fora do território” para alguns, pode cumprir certa função de maior abertura e liberdade para falarem do cotidiano de seus territórios, para romperem com a lógica do silêncio que impera em contextos conflagrados pela violência das facções do tráfico. Desse modo, as rodas no espaço do CREAS puderam se constituir para alguns como um certo lugar protegido, que estabelecia certa distância e que permitia ver de outra forma a experiência. O que nos faz lembrar de Saramago (1998, p. 40-41) com seu *Conto da ilha desconhecida*, ao dizer: “Quero encontrar a ilha desconhecida, quero saber quem sou eu quando nela estiver

... se não saís de ti, não chegas a saber quem és... Que é necessário sair da ilha para ver a ilha, que não nos vemos se não nos saímos de nós”. De maneira que certo afastamento pode produzir uma outra forma de enxergar o acontecimento.

Dessa forma, amparados por Rodolfo (2004), vamos amassando e do amassado poderá surgir a conceitualização. Desse amassado surgiu uma roda de conversa singular que nos fez, a cada encontro desdobrar ainda mais nossas perguntas, uma vez que os adolescentes nos movimentavam em nosso lugar e em nossas práticas. Esse processo é potente para criar processos metodológicos no diálogo e na aliança com o saber da experiência, compondo diferentes tempos da experiência.

As histórias desses adolescentes e dos territórios foram se construindo também no período *a posteriori*, nas discussões de caso nas equipes, onde fomos costurando fragmentos, relatos e repensando como intervir e articular a rede de proteção. Num segundo tempo dessa experiência fomos compondo os registros que chamamos diários da experiência e que, no *a posteriori*, nos permitiu tecer os casos clínicos. Esses registros, em geral, necessitaram de certo tempo para decantarem e tornarem-se escrita.

Essa diferença no tempo para o que foi num primeiro momento a escuta e isso que num segundo tempo se tornou escrita, diz dos efeitos de transferência que ali se produziram. Às vezes, era preciso maior distância do acontecimento, foi necessário se deixar atravessar e elaborar certos relatos carregados de dor e violência trazidos pelos adolescentes. Foi preciso elaborar certo efeito de cansaço, parecia que essa experiência se inscrevia primeiro no corpo da pesquisadora, como excesso de real para que em um momento posterior pudesse advir a escrita.

Na escrita desses diários da experiência nos deixamos guiar pelo fluxo de associações que se produziam a partir de alguns significantes que se destacaram no discurso e que muitas vezes levaram a escrever um pouco mais sobre a história de algum destes adolescentes enlaçando com escutas realizadas também em outras situações de atendimento. Essa escrita não é só do que aconteceu, mas do que segue acontecendo à medida que vai produzindo o caso.

A construção do caso representa um terceiro tempo dessa experiência, como a escrita que se produziu sobre a escrita, sobre o que pode decantar desta experiência. Escrita que se produziu também *a posteriori* como efeito de transferência e da atenção flutuante que fisgou os significantes e a partir deles construiu uma trama ficcional. Tomamos a experiência a partir da leitura de Benjamin (2012) e de Bondia (2002), como aquilo que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca e ao nos passar nos forma e nos transforma. Bondia (2002, p. 24) destaca a experiência como:

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço.

Atravessados e transformados pela experiência de escuta a estes adolescentes, fomos compondo os casos clínicos que representam uma maneira de dar contornos aos modos de vida

desses jovens que habitam o avesso de nossas cidades, as dobras escondidas de nossas vilas e periferias que nas poucas vezes em que ganham visibilidade na mídia, é na forma de “espetáculo da violência”. O que nos lembra Souza (2015, sp.) a partir de sua leitura de Benjamin, quando sublinha que “a posição do espectador é constitutiva do campo do olhar, o que significa dizer que o território que constituímos depende da posição em que nos colocamos para desenhá-lo e dos instrumentos conceituais, históricos, subjetivos, culturais políticos que temos à mão para o esboço dessa geografia”. Poder olhar a cidade pelos seus avessos e as diferentes adolescências que habitam estes espaços inaugura a esperança de que outro olhar ainda é possível, apesar dos tempos bastante difíceis que atravessamos.

Essa experiência também cumpre a função de testemunho. Conforme propõe Gagnebin (2006), poder suportar a narrativa destes jovens e levá-las adiante na construção de alternativas de ordem subjetiva, mas também política é nossa aposta, nosso compromisso, mas também um desafio. A escuta destes jovens produziu tensionamentos tanto em nossas práticas de pesquisa e de intervenção quanto para as políticas públicas, apontando a urgência de construção de projetos de inclusão pela cultura, esporte, alternativas de trabalho e renda, construção de espaços de convivência que tomem em conta as particularidades destes jovens.

Considerações finais

Com base nessa experiência, podemos afirmar que acolher a palavra de cada jovem é uma forma de ressignificar subjetivamente o sujeito perante a cena social e, também, uma forma de construir práticas de resistência à exclusão da dimensão subjetiva.

Essa experiência produziu um movimento de abertura, de saída da invisibilidade, em que cada jovem passou a ter nome, voz, desejos, tecendo com outros uma história singular, deixando de ser o adolescente infrator, a garota que foi explorada sexualmente, o guri agressivo e expulso da escola, descobrindo outras versões de si como o Gabriel, a Mariana, o Luís, abrindo-se assim outras dimensões de sujeito e resgatando suas potências nesta trama social.

Com isto, o que queremos destacar é que a construção desse dispositivo de intervenção na modalidade de rodas de conversa se deu a partir do encontro com nossos adolescentes naquele Serviço, num dado tempo-espaco singular. Porém, como toda tecnologia do cuidado, permitiu uma transformação social, pois foi possível movimentar as referências daqueles jovens sobre si e a equipe pode compor uma escuta não sobre eles, mas sim com eles e, assim, configurar novas formas de cuidado.

De nossa parte, como pesquisadoras implicadas com o campo social, conseguimos traçar novos olhares e outros horizontes de trabalho que incidem na proposição de diretrizes para o campo das políticas públicas voltadas para esse público bem como fomentar questões e interrogantes que se abrem à Psicanálise e, em específico, para a pesquisa psicanalítica.

Referências

BENJAMIN, W. **Magia e técnica arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura** [Obras Escolhidas, Vol. I]. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENJAMIN, W. Le narrateur. Réflexions sur l'oeuvre de Nicolas Leskov. In: GANTILLAC, M. (Org.). **Essais 2**. Paris, 1983

BLOCK, E. **O princípio esperança**. Rio de Janeiro: UERJ / Contraponto, 2005.

BONDIA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, pp. 20-28, 2002.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BROIDE, J. Adolescência e violência: criação de dispositivos clínicos no território conflagrado das periferias. **Revista Psicologia Política**, v. 10, n. 19, pp. 95-106, 2010.

BROIDE, J. **Psicanálise: nas situações sociais críticas. Violência, juventude e periferia: em uma abordagem grupal**. Curitiba: Juruá Psicologia, 2008.

CAMPOS, R. T.; CAMPOS, G. Co-construção de autonomia: O sujeito em questão. IN: CAMPOS, G. W. S.; *Et Al.* (Orgs.). **Tratado de Saúde Coletiva**. [2ª Edição Revisada]. São Paulo: Hucitec, pp. 719-738, 2012.

CAMPOS, G. W. S. **Saúde paidéia**. São Paulo: Hucitec, 2003.

CARMO, V. S. **Anonimato de vida e de morte: contemporaneidade e laço social na adolescência**. [Tese de Doutorado]. São Paulo: PUC-SP, 2011.

CARLSON, A. C. R.; PINHEIRO, L. S. Práticas inter-setoriais: novos desafios postos aos psicólogos na atual política de assistência social. In: RODRIGUES, L. C.; RODRIGUES, L.; GUARESCHI, N. M. F. (Orgs.). **Interlocuções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social**. [Recurso Eletrônico]. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. Pp. 103-117.

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, pp. 170-188, 2002.

DANTO, E. A. **As clínicas públicas de Freud: Psicanálise e Justiça Social**. São Paulo: Perspectiva, 2020.

FIGUEIREDO, A. C. A construção do caso clínico: uma contribuição da Psicanálise à Psicopatologia e à Saúde Mental. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**, v. 7, n. 1, pp. 75-86, 2004.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GAGNEBIN, J. M. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

IMBRIZI, J. M.; MARTINS, E. C.; REGHIN, M. G.; PINTO, D. K. S.; ARRUDA, D. P. O projeto de extensão “Escuta clínico-política de sujeitos em situações sociais críticas” e a roda de conversa sobre cultura hip-hop”. In: MOREIRA, J. O. (Org.). **Juventudes e Contemporaneidade: reflexões e intervenções**. [Recurso Eletrônico]. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2020. Pp. 9-19.

JASINER, G. **Coordinando grupos: uma lógica para los pequenos grupos**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2008.

KEHL, M. R. **Sobre Ética e Psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. **A Transferência** (Coleção O Seminário, livro 8). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, J. **Mais, ainda** (Coleção O Seminário livro 20). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

MACEDO, J. P.; DIMENSTEIN, M. O trabalho dos psicólogos nas políticas sociais no Brasil. **Avances en Psicología Latinoamerica**, v. 30, n. 1, pp. 182-192, 2012.

MERHY, E. **Tecnologias de cuidado**. TV Rede Viva, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IXQZMvM-HU4>.

MILLER, J. A. Problemas de pareja, cinco modelos. In: MILLER, J. A. (Org.), **La pareja y el amor. Conversações clínicas con Jacques-Alain Miller en Barcelona**. Buenos Aires: Paidós, 2003. Pp. 15-20.

MIRANDA, M.; VASCONCELOS, R. N.; SANTIAGO, A. L. B. Pesquisa em psicanálise e educação: a conversação como metodologia de pesquisa. In: **Anais da 6ª Psicanálise, Educa-**

ção e Transmissão, 2006 [On-Line]. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000032006000100060&lng=en&nrm=iso>.

OLIVEIRA, C. S.; OLIVEIRA, M. L. M. Maioridade para os direitos humanos da criança e do adolescente. **Revista Direitos Humanos**, n. 1, pp. 40-45, 2008.

OROFIAMMA, R. Le travail de la narration dans le récit de vie. In: NIEWIADOMSKI, C.; VILLERS, G. (Orgs.). **Souci et soin de soi, liens et frontières entre histoire de vie, psychothérapie et psychanalyse**. Paris: L'Harmattan, 2002. Pp. 163-192.

ORTEGA, F. Biopolíticas da saúde: reflexões a partir de Michel Foucault, Agnes Heller e Hannah Arendt. **Interface**, v. 8, n. 14, pp. 9-20, 2004.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa**. [Tomo I]. Campinas: Papirus, 1994.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa**. [Tomo II]. Campinas: Papirus, 1995.

ROSA, M. D. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta / Fapesp, 2016.

ROSA, M. D. **Ciclo de palestras: Trauma e política**. Instituto Vox. Youtube. 2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=FvXkLD7Z5Nw>

ROSA, M. D. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. **Textura**, v. 2, n. 2, pp. 42-47, 2002.

RODULFO, R. **Desenhos fora do papel: da carícia à leitura-escrita na criança**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SAMPAIO, J.; SANTOS, G. C.; AGOSTINI, M.; SALVADOR, A. S. Limites e possibilidades das rodas de conversa no Cuidado em Saúde: uma experiência com jovens no sertão de Pernambuco. **Interface**, v. 18, n. 2, pp. 1299-1311, 2014.

SARAMAGO, J. **O conto da ilha desconhecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCARPARO, M. L.; POLI, M. C. Psicanálise e Assistência Social. **Barbarói**, n. 28, pp. 50-74, 2008.

SOUZA, E. L. A. I-margens utópicas: contrafluxos do futuro. **Correio da APPOA**, n. 246, Porto Alegre, Julho de 2015. Disponível em: www.apboa.com.br/correio/edicao/246/i_margens_utopicas_contrafluxos_do_futuro/221

SUSIN, L.; POLI, M. C. O singular na Assistência Social: do usuário ao sujeito. In: RODRIGUES, L. C.; GUARESCHI, N. (Orgs.). **O Psicólogo e as Políticas Públicas de Assistência Social**. Petrópolis: Vozes, 2012. Pp. 195-204.

TORRES, A. E.; PASQUINI, J.; SANTOS, L. A.; YASUI, S. A roda em movimento e os movimentos da roda: refletindo sobre experiências. **Caderno Brasileiro de Saúde Mental**, v. 4, n. 8, pp. 96-104, 2012.

Capítulo 5

Um dis-positivo no cuidado de pacientes

Nicole Simquevits

Marta Regina de Leão D'Agord

Introdução

No prefácio ao livro de Christian Dunker, *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento*, o pesquisador britânico Ian Parker define “clínica” como “um espaço social circunscrito, no qual um ser humano fala com outro e descobre como tal fala evoca algo sobre a verdade acerca dos envolvidos nesta experiência” (PARKER, 2011, p. 15). Essa definição remete a uma das práticas que a Psicanálise herdou da Antiguidade: o cuidado, isto é, a experiência de produção de uma verdade na qual há um horizonte e não necessariamente um fim, uma terminação ou um produto. Essa evocação da verdade é uma ética.

A Psicanálise reivindica essa herança na medida em que prioriza a fala daquele que sofre. Acolher o sofrimento requer uma atitude paradoxal para um Clínico: não compreender. Ao invés de compreender, seguir escutando, como se estrangeiros fôssemos. É de Jacques Lacan (1901-1981) que provém essa máxima: não compreendam, à qual agregamos, leiam.

Compreender é transpor para nosso campo conceitual o discurso do outro. Ler é encontrar relações entre os elementos desse discurso. Dessa forma, não se trata de captu-

rar o outro em nosso campo conceitual, mas em suspenso, dar continuidade a uma leitura. A entrevista clínica na perspectiva do cuidado, segue essa máxima.

Vamos abordar esses aspectos éticos do cuidado que estão presentes no dispositivo das apresentações de pacientes. Trata-se de um dos dispositivos de tratamento na Clínica de Atendimento Psicológico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). As origens desse dispositivo são as entrevistas que os médicos psiquiatras realizavam com um paciente internado na presença de um grupo de alunos. Num momento em que essa prática estava fadada a cair em desuso por sofrer fortes críticas, Lacan a subverte ao tomá-la a partir da perspectiva psicanalítica.

Assim como Freud deu voz às histéricas ao inventar a Psicanálise, Lacan percebe a necessidade de dar voz aos casos de psicoses. Com isso, a fala do paciente pode ressoar na instituição hospitalar. Allouch (1999, p. 110), no recorte de uma transcrição de apresentação de pacientes feita por Lacan, aponta como isso ocorria. Um paciente, ao relatar algo que o impedia de falar, recebe de Lacan a orientação de que tente falar. Ele o fazia dizendo: “Tente. Quem dirá se não for você?” Dessa forma, buscava implicar o paciente com o público presente. É nesse contexto que a apresentação pode ser definida como dispositivo, à medida que *diz-positivo, diz-posições*. Reparte posições. E isso diz não apenas de lugares, mas também de maneiras corporais de habitá-los com lugares positivos. E por conta dessa pluralidade de posições, os ditos do paciente refratam-se, abrindo lacunas que, caso contrário, seguiriam despercebidas.

Essa prática sofreu uma certa modificação com o tempo. O que se deve não apenas a uma diferença entre o estilo de cada

psicanalista que conduz a entrevista, mas também há uma mudança no contexto em que as apresentações são realizadas. Lacan as fazia como uma prática de resistência ante uma Psiquiatria que se pautava, quase que exclusivamente, na observação. Ele ia ao hospital psiquiátrico de Sainte-Anne aceitar o desafio que a psicose lançava à obra de Freud. Assim, seu trabalho tinha como objetivo privilegiar a intervenção, buscando condições de elaboração de um saber (LEGUIL, 1992).

No Hospital-Dia do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Clínica das Psicoses na Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS foram realizadas diversas apresentações psicanalíticas.

Numa equipe que é composta por profissionais, estudantes de graduação, estudantes de especialização e extensionistas de diferentes áreas do conhecimento se investe num trabalho coletivo que aposta que pacientes tidos como graves possam ser atendidos em um modelo que não seja marcado pela lógica manicomial. Assim, a equipe é composta por indivíduos que, orientados pelo desejo, se dispõem a não retroceder diante daquilo que é tido como loucura e investem em uma ética voltada ao Real (STAUDT, 2018).

Essa ética reconhece a impossibilidade do analista em trabalhar isoladamente com a psicose (LACAN, 1993). Há uma aposta de que para cuidar do paciente é preciso ser múltiplo. E, com isso, responder de outro modo que não pela angústia à questão do objeto na psicose (LEGUIL, 1992). Zela-se, então, pela heterogeneidade da equipe e do meio microssocial. Deste modo, o paciente que frequenta o Hospital-Dia é um paciente do Núcleo, de um coletivo de terapeutas, e não de um terapeuta individual. Oury (1996)

corroborar isso ao afirmar que a coletividade permite lutar contra um movimento natural de alienação.

O analista cria condições para que o lugar de fala possa se manter, sendo reconhecida e transmitida nos seus diferentes efeitos. Com isso, o psicanalista reinventa sua posição na Psicanálise. Reinventar-se implica ter que se haver com a presença do Real que habita o seu exercício.

A apresentação de pacientes

A escuta na clínica das psicoses precisa, necessariamente, pressupor um sujeito. Caso contrário, apenas sublinhará o seu apagamento. Nesse sentido, Lacan convocava seus pares a se posicionarem “se, para nós, o sujeito não inclui em sua definição, em sua articulação primeira, a possibilidade da estrutura psicótica, nunca seremos mais que alienistas” (LACAN, 2003, p. 299). Essas elaborações abrem caminhos para o trabalho analítico com as psicoses. O Psicanalista, ao fazer sua escuta, deve assumir a posição de secretário do alienado, tomando literalmente o que o sujeito relata e aceitando o seu testemunho a partir de sua posição em relação à língua.

Durante sua residência psiquiátrica, Lacan participava, como aluno, das apresentações de pacientes. É desde o lugar de público, numa apresentação de pacientes, que ele percebe um detalhe: uma paciente que era atendida por ele, tomou uma atitude diferente quando foi entrevistada pelo médico professor diante do público dos colegas de Lacan. Se sua atitude corporal costumava ser sóbria e reservada, no momento da apresentação ela passava a ser “de uma plasticidade altamente expressiva e de um enorme valor patético, no melhor sentido do termo” (LACAN, 1987, p. 154). Lacan percebe

o peso que a apresentação clínica poderia ter para a paciente. Assim como ela se colocava de forma diferente diante do público, também poderia sentir-se objetificada. E de fato, isso ocorre. Lacan percebe isso quando a paciente só se permite falar de seus delírios para ele no momento em que ela não mais estivesse na condição de objeto. Assim, pede que o Psicanalista não a olhe enquanto ela fala. Ao fazer isso, a paciente parece pedir por uma escuta que não a assujeitasse.

Percebendo que o quadro é uma armadilha para o olhar, Lacan se coloca dentro dele. Com isso, subverte a apresentação de pacientes da Psiquiatria e a toma a partir da perspectiva psicanalítica. Ao fazer isso, busca romper a pregnância do olhar e marcar uma diferença. O paciente não era mais o único a ser apresentado, o Psicanalista também se apresentava. Tal mudança permitiu que o paciente falasse de si, constituindo ele mesmo um saber sobre si e ensinando aos que estavam presentes o que se passava com ele.

Essa mudança gerou efeitos, a fala do paciente pode ressoar na Instituição Hospitalar e a equipe que acompanhava o paciente se mostrou mais interessada em escutá-lo. Lacan contribuiu com isso ao pedir que não lhe fossem encaminhados para a apresentação pacientes que os Clínicos não queriam atender. Fazia isso, por desejar que o interesse dos Clínicos estivesse presente na articulação do que ele apresentava. No entanto, o próprio Psicanalista percebia os limites de sua intervenção. Ele não deixava que a plateia se iludisse com uma esperança de um futuro terapêutico para o doente. Talvez o Psicanalista colocasse isso devido ao cenário em que o paciente estava inserido. Num contexto que segregava, a despeito de abrir possibilidade para a fala do paciente a internação não deixava de ser uma realidade para que aqueles que se encontravam internados.

Czermak (2012) aponta que os próprios Psicanalistas contribuía para essa segregação. Diante de uma psicose bem construída, articulada, focalizada e perseguidora, acabavam fazendo como todo mundo: internando ou chamando a polícia. Assim, respondiam com uma conduta totalitária que não abria espaços para a divisão, mesmo se fossem divisões blindadas que fossem colocadas em ação. Tais fenômenos segregativos serviram para ensinar que não há miscibilidade de lógicas heterogêneas: a síntese não existe. Mesmo quando se tenta coexistir no mesmo homem dois tipos de lógicas heterogêneas, a resposta que se produz é uma resposta no Real. E, diante disto, “Isso” responde, seja com angústia, com passagens ao ato, com fenômenos somáticos, alucinatórios etc.

Dentro desse contexto, Lacan lançava aos Psicanalistas o desafio de não recuar diante da psicose. Alguns aceitaram esse desafio, entre esses está Jean Oury. Esse Psicanalista se ocupa da reformulação institucional e propõe o coletivo como uma máquina para tratar a alienação. Para isso, zela para que não haja a homogeneização dos espaços e para que se possa manter a diferença. De forma que mesmo num meio coletivo, cada um possa articular algo da sua singularidade. Oury (2009) se questiona se poderia fazer algo em um estabelecimento que está ele próprio condicionado pelas relações da alienação estatal. E diante disso, coloca a necessidade de estar sempre atento, de perceber o que acontece na instituição e de não se acomodar. Para isso, estabelece uma terapêutica que investe em um trabalho coletivo que aposta na abertura de espaços de dizer e de circulação.

No entanto, é somente a partir da intervenção de Franco Basaglia e da Psiquiatria Democrática Italiana que se desconstrói o paradigma psiquiátrico clássico e começam a surgir projetos

voltados para desinstitucionalização. No Brasil, a Reforma Psiquiátrica inicia no final da década de 1970. No entanto, é só quando ocorre a I Conferência Nacional de Saúde, no final da década de 1980, que é criado o primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Nessa conferência, cria-se também um projeto de lei que visa assegurar os direitos e a proteção dos sujeitos com sofrimento mental (CAETANO e TEIXEIRA, 2021).

Diante de um momento histórico marcado pela Reforma Psiquiátrica que leva à uma política de fechamento dos Hospitais Psiquiátricos e que leva pacientes graves a buscarem na Rede de Saúde serviços substitutivos ao modelo manicomial, a Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS passa a acolher os que chegam buscando atendimento. Esse novo contexto convoca à invenção de novos dispositivos teóricos e clínicos. Diante de uma demanda crescente e da complexidade envolvida no saber-fazer, é feita a proposição do Núcleo das Psicoses no qual um coletivo de terapeutas se reúne para pensar em um direcionamento possível de trabalhar com a Clínica das Psicoses.

Buscando pensar a singularidade de cada paciente e tendo em conta as especificidades da estrutura psicótica, se busca implementar estratégias possíveis em que seja possível a criação de um possível laço social (BRIZIO, 2013). Para isso, conta-se com diferentes dispositivos clínicos: espaço de convívio, oficinas terapêuticas, grupo de familiares, atendimentos individuais, apresentação clínica de paciente, reuniões interdisciplinares de equipe, grupo de estudos e supervisão.

No cotidiano, o trabalho é sustentado na ideia de que não há pacientes de determinado terapeuta que estejam ligados ao Núcleo das Psicoses, mas que há pacientes que são do “Núcleo”. Para isso, considera-se fundamental a participação dos terapeu-

tas nas reuniões de equipe, pois ali se pensa no caso clínico coletivamente, buscando um direcionamento de tratamento que seja possível de ser sustentado pela equipe. O trabalho clínico se orienta na premissa de que, para tratar as psicoses, é preciso ser múltiplo, pois um só sozinho não daria conta dessa alteridade. Nesse contexto, somente é possível estabelecer um laço transferencial se o Analista aceitar reconhecer que está diante de uma estrutura distinta e responder em consonância com ela.

A apresentação de pacientes é uma forma de trabalhar coletivamente com o paciente. Elas ocorrem em um contexto outro daquelas em que Lacan costumava conduzir. No momento da apresentação, um Psicanalista externo à Instituição apresenta um paciente diante de um público – composto por terapeutas e pessoas interessadas no caso que estejam em uma transferência de trabalho e implicados eticamente.

O dis-positivo

As apresentações são realizadas na própria Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS. Elas costumam iniciar com o entrevistador contando um pouco sobre as apresentações e dando algumas orientações. Nas quais destacamos: não olhar diretamente ao paciente, não responder ao paciente e não fazer anotações durante a entrevista. Tais orientações são dadas no sentido de não propiciar que o Terapeuta, que assiste às apresentações no lugar de público, corra o risco de voltar-se mais ao olhar do que à escuta no momento da apresentação, o que poderia ocasionar não só uma objetificação do paciente, como também o desencadeamento de uma crise.

As apresentações são marcadas por dois momentos distintos. Primeiramente é realizada uma entrevista com o

paciente; após essa entrevista, o paciente sai da sala e se fala sobre o caso clínico. Esse segundo momento, funciona como uma espécie de supervisão no qual ressoa o trabalho em grupo a medida em que a equipe vai construindo o caso coletivamente, discutindo o diagnóstico e a direção do tratamento a partir do que foi acabado de escutar.

Esse trabalho reconhece a impossibilidade para um Psicanalista de trabalhar isoladamente com a psicose (LACAN, 1993). O laço social que o psicótico pode construir se encontra na dependência da presença do Analista. Esse, ao fazer uso do dispositivo, cria condições para que o lugar de fala possa se manter, sendo reconhecida e transmitida nos seus diferentes efeitos.

Ir nessa direção é pôr em prática uma política pela Psicanálise. Isto é, admitir que apesar de conservar o princípio de não se confundir com uma filosofia de vida, depende de alguns outros para se efetivar (DIAS, 2012). Nesse contexto, o espaço público costuma ser algo da ordem do necessário para a escuta de um delírio psicótico. Ao levar em consideração o preço que o social cobra do psicótico, percebe-se que a Clínica deve ter como objetivo a abertura ao novo. Isto é, que possa renunciar a definir quadros clínicos, pois busca privilegiar uma clínica do caso (LEGUIL, 1992). Isso é preciso, pois as psicoses exigem que a equipe terapêutica assuma o compromisso de estabelecer um possível direcionamento do trabalho analítico.

Renunciando ao olhar que conforma um quadro clínico, o entrevistador trabalha somente com o que o paciente diz. Ele não sabe nada sobre o paciente antes do momento da entrevista. Ao conduzir a apresentação, ele escuta pela primeira vez o caso. Assim, ele e o paciente são como atores em busca de um texto, cujas falas vão se construindo no improviso. No início de uma apresentação, o paciente,

ainda hesitante em relação ao entrevistador, endereçara seu olhar para o terapeuta que o acompanhava semanalmente. Este, percebendo a busca do olhar, consegue romper com a expectativa. Ao não ter o olhar correspondido, o paciente consegue sair das “notícias” do que havia se passado com ele durante sua semana e falar verdadeiramente de si.

Os lugares de cada um na apresentação – do paciente, do entrevistador e do público – são enodados na medida em que cada um age sobre o outro simultaneamente. Essa pluralidade de lugares de escuta produz um encurralamento do real que possibilita que os ditos do paciente possam refratar-se (VORCARO *et Al.*, 2016). Nesse cenário, recordamos da apresentação de uma paciente que iniciou a entrevista falando que não sabia de nada. O entrevistador foi conduzindo a entrevista, e, aos poucos ela foi falando. Na reticência desse não saber, ela foi mostrando que havia sim um saber. E, com isso, pode ir construindo uma história, ir construindo o seu corpo.

Diante disso, poderia se questionar o que mudaria com a apresentação. Teria relação com o desejo do paciente? Ou seria a equipe que passaria a escutá-lo de forma mais próxima?

Pensamos que isso vai um pouco de encontro com a máquina para tratar a alienação, há um certo “enlaçamento” que se constitui aí e que propicia uma certa passagem de um lugar a outro, de um dispositivo a outro, de uma pessoa a outra. Disso que ocorre não só devido às apresentações, mas em todo o trabalho que é realizado em conjunto com a equipe. Para um caso ser apresentado, ele passa por supervisões individuais, por reuniões de equipe, há toda uma mobilização que envolve não somente o terapeuta e seu supervisor, mas também a própria equipe que começa a pensar o caso antes mesmo da apresentação.

Segue-se pensando nele, no segundo momento da apresentação. Quando o paciente sai da sala, o entrevistador fala um pouco sobre suas percepções e a equipe vai se colocando, o Terapeuta vai contar como está se dando o tratamento, um oficinairo vai lembrar de algo que ocorreu na oficina e isso vai se articulando com aquilo que há pouco foi escutado. Na medida em que cada um vai se colocando, constrói-se coletivamente a direção do tratamento.

Tempos após essa apresentação, conversou-se com a Terapeuta dessa paciente e foi perguntado se ela havia percebido mudanças no atendimento após a apresentação. A Terapeuta colocou que não sabia dizer se havia algo na paciente que estava diferente ou se era a sua escuta que havia mudado.

É nesse contexto que Staudt (2018) afirma que o Terapeuta também se beneficia dessa atividade que tem por finalidade sustentar o trabalho clínico das psicoses. O que se produz na apresentação acarreta efeitos no serviço, na equipe e no modo como esta passa a trabalhar com os demais pacientes do Núcleo das Psicoses.

Se as apresentações têm efeito é devido a todo o contexto que se faz presente: os diferentes dispositivos que são ofertados aos pacientes, o interesse da equipe em escutá-los e os espaços destinados a pensar no caso. Esse contexto propicia que os terapeutas possam perceber que é possível fazer algo por um determinado paciente. E não tomar como óbvias certas coisas, colocando em exercício algo de uma função diacrítica compartilhada diante de algum acontecimento que se destaca do habitual.

Mas isso só é possível porque há espaço e tempo para que aqueles que estão envolvidos no tratamento de determinado paciente possam conversar entre si. Tendo em vista que nas psicoses, como observa Oury (2009), o paciente vai

falando um pouco de si para cada uma das pessoas que está envolvida em seu tratamento. Ao poder conversar sobre isso, os participantes da equipe reúnem esses fragmentos e realizam uma construção que integra os diferentes espaços de tratamento que fazem parte do cotidiano do paciente.

Nesse sentido, recordamos de um paciente que costumava produzir sempre a mesma peça de cerâmica em uma das oficinas. Certo dia, um oficinheiro pergunta o que ele havia produzido e ele responde nomeando o que havia feito. Para outro Terapeuta, o paciente disse que uma outra peça – que para nós parecia muito semelhante – tinha um significado totalmente distinto do primeiro. Se para nós as peças pareciam não se diferenciarem entre si, para o paciente elas eram distintas. Nesse sentido, foi importante podermos falar a respeito da oficina, do paciente e de suas produções para que pudéssemos perceber a delicadeza da arteficialidade construída pelo paciente por meio de suas peças de cerâmica.

A atenção e o tempo dedicados a alguma coisa que um paciente disse ou fez possibilita que essa pessoa em sofrimento perceba que ela conta para outro. O paciente, ao dar-se conta disso, percebe que ali há pessoas verdadeiramente interessadas no que ele tem a dizer. E isso ocorre tanto nas oficinas, quanto nos atendimentos individuais ou nas apresentações de pacientes. Nessa última, isso se dá de tal forma que não é raro que surjam coisas que até então não tinham sido ditas no atendimento individual.

No cuidado com o paciente, é preciso viabilizar a criação de “espaços” diferenciados que promovam essa liberdade de circulação, possibilitando a expressão e a oportunidades de contatos. Com isso, cria-se um espaço de Psicoterapia que é diferente daquele da vida cotidiana. Figueiredo (2004) avalia que isso pos-

sibilita discutir um caso na direção de colher, nas produções do sujeito, aquilo que é indicador para o seu tratamento. Isso foge da imposição de um modelo que visa a reabilitação pedagógica e moral. Ainda que possa ocorrer um movimento natural de alienação, a coletividade permite que se siga lutando contra isso.

Para construir um caso clínico, localiza-se e recolhe-se aquilo que se mantém inaudível pela equipe por não estar contemplado no discurso interdisciplinar em que essa se edifica (VORCARO *et Al.*, 2016). De algum modo, isso coloca em evidência um certo paradoxo, pois ao mesmo tempo em que se coloca em prática o sistema coletivo, também se busca preservar a singularidade do sujeito (OURY, 2009). Assim, é necessário que a equipe se interrogue sobre a experiência, deslocando questões daquilo perturba e emperra o mecanismo disciplinar para conseguir encontrar direções de tratamento que visem a construção de meios em que a singularidade seja apreendida.

No entanto, isso só é possível de ser obtido à medida que os profissionais se encontram implicados. Quando se aposta na possibilidade de cernir algo, se investe no trabalho de construção. Nesse sentido, a construção de um caso clínico pode produzir um efeito-equipe. Afirmar isso, é asseverar que uma equipe não existe previamente a um caso. É somente a partir da implicação dos profissionais na construção do caso que faz com que seja possível uma equipe existir. O efeito-equipe produzido pode ser compreendido como aquilo que “reorienta intervenções que antes eram dirigidas pelos significantes mestres normatizantes da instituição” (VORCARO *et Al.*, 2016, p. 35). Com isso, observa-se que o caso não se limita ao paciente, pois inclui também o seu tratamento pela equipe.

Num trabalho que é sustentado por vários, por nós, vai se tecendo o caso. Diante do caso é preciso estar atento para não

cair num movimento de alienação que pode levar a generalizar ou a tomar algumas coisas como “óbvias”. É necessário levar em consideração toda a história de vida e o contexto social que está inserido cada um dos sujeitos que escutamos. Consideramos que é nesse sentido que Oury (2009) ensina que não basta ser Clínico, é preciso se posicionar politicamente.

Considerações finais

Posto isto, a apresentação de pacientes pode ser compreendida como um ato analítico. Isso se dá, pois a transmissão clínica desse dispositivo ocorre de maneira síncrona ao momento da construção de seu objeto (VORCARO *et Al.*, 2016). O estilo de Lacan possibilitou ensinar que o trágico da Clínica está na ausência de saída da dificuldade de viver. Embora a entrevista termine, a história apenas começa.

O dis-positivo da apresentação psicanalítica de pacientes possibilita uma apreciação cuidadosa do caso clínico. Os elementos revelados durante a entrevista possibilitam reconsiderar as hipóteses diagnósticas e pensar na direção do tratamento. O modo como o entrevistador formula perguntas e persegue a questão do sujeito é distinto de paciente para paciente. Há um saber clínico que busca por aquilo que há de próprio em cada um.

Esse dis-positivo requer, como vimos acima, uma ética do acolhimento da fala do paciente para que possa advir um sujeito (CZERMAK, 2012). A equipe deve querer. Lacan queria que o interesse dos Clínicos estivesse presente na própria articulação do que ele apresentava. Assim, uma apresentação só tem valor pelo trabalho que é feito em continuidade.

Referências

ALLOUCH, J. – **Alô, Lacan? – É claro que não**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

BRIZIO, M. **Psicose e emergência do sujeito: leituras psicanalíticas em uma clínica-escola**. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

CAETANO, J. R. D. O. C.; TEIXEIRA, A. M. R. Acompanhamento terapêutico: considerações sobre uma clínica a céu aberto. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 14, n. 2, pp. 1-24, 2021.

CZERMAK, M. **Patrimônias: questões da clínica laciana das psicoses**. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano, 2012.

DIAS, M. M. Clínica psicanalítica e apresentação de pacientes. In: DIAS, M. M. **Os Ódios: clínica e política do psicanalista**. São Paulo: Iluminuras, 2012. Pp. 121-123.

FIGUEIREDO, A. C. A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 7, n. 1, pp. 75-86, 2004.

LACAN, J. **Da psicose paranoica em seus relatos com a personalidade**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

LACAN, J. O Caso de Mademoiselle B. Relato de uma apresentação feita por J. Lacan. **Psicose: Revista Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, v. 4, n. 9, pp. 3-31, 1993.

LACAN, J. **O Seminário, Livro 9. A Identificação**. (1961-1962). Publicação para circulação interna. Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003.

LEGUIL, F. Sobre as apresentações clínicas de Jacques Lacan. In: GIROUD, F.; *Et Al.* **Lacan, você conhece?** São Paulo: Editora de Cultura, 1992. Pp. 92-103.

OURY, J. Psicanálise & Psiquiatria e Psicoterapia Institucionais. In: KAUFMANN, P. (Org). **Dicionário Enciclopédico de Psicanálise: O legado de Freud e Lacan.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. Pp. 709-720.

OURY, J. **O Coletivo.** São Paulo: Hucitec, 2009.

PARKER, I. Prefácio à edição inglesa. In: DUNKER, C. I. L. **Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento.** São Paulo: Anablume, 2011. Pp. 15-17

STAUDT, L. O. M. **Transferência e psicose: a Psicanálise no Hospital-Dia.** [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

VORCARO, A.; *Et Al.* A clínica do caso construído em instituições. In: MARCOS, C.; MOTTA, J. (Orgs.). **A parceria universidade e hospitais de ensino: os caminhos da pesquisa clínica em Psicanálise.** Curitiba: CRV, 2016. Pp. 11-38

Capítulo 6

Psicanálise, saúde mental e laço social: a escuta-flânerie como tecnologia social

Rose Gurski
Cláudia Perrone

Introdução

Pela trajetória histórica de um país periférico, o Brasil ainda engatinha diante da aceleração tecnológica que transformou o planeta, a sociedade e a nós mesmos, sem apresentar uma possibilidade de avaliação e caminhos de transformação acerca do entendimento que possuímos dos emaranhados sistemas tecnológicos.

É preciso lembrar que nossos estudos ainda são muito focados em políticas públicas de ciência e tecnologia que apresentam abordagens teóricas limitadas, do ponto de vista dos resultados e dos estudos empíricos. Há quase vinte anos atrás, organizaram-se os estudos multidisciplinares da ciência e da tecnologia (*Science and Technology Studies* – STS) como protótipo de uma emergente abordagem analítica necessária para compreender os fenômenos complexos da nova ordem mundial em relação aos artefatos científicos e tecnológicos.

Os estudos em Ciência e Tecnologia constituem um empreendimento interdisciplinar (GONZALEZ *et Al.*, 1996) e sobre sua égide combinam as contribuições de várias disciplinas e utilizam metodologias diversas. É preci-

so sublinhar que o objeto da ciência e da tecnologia não possui um domínio isolado, seu estatuto depende sempre das diversas visões sobre ciência e tecnologia desenvolvidas, principalmente, nas últimas quatro décadas, quando se estabeleceu fortemente a relação da tecnologia com novas áreas de pesquisa tais como a sociedade, a ética, as preocupações ambientais e as questões econômicas e sociais.

Ora, a razão para esta grande variedade de contribuições é clara, o campo de estudos de Ciência e Tecnologia não pode ser reduzido a um único tipo de estudo porque a ciência e a tecnologia incluem dimensões da vida prática e social. O sentido das expressões C&T abarca a suposição de atividades humanas em um ambiente social amplo que não é definido a partir de apenas duas formas de mero conhecimento. A dimensão da C&T busca ligações com a vida dos cidadãos e dá especial atenção aos ingredientes empíricos de ambas as pesquisas – científicas e tecnológicas.

Essa perspectiva não somente estabelece um horizonte crítico como rejeita a ideia de uma esfera autônoma de ciência e, ao mesmo tempo, questiona o que é “dado” nas instituições sociais, tais como o Estado ou os grupos de interesses rivais que, muitas vezes, promovem versões inevitavelmente enviesadas acerca do caráter de verdade científica – tal como vivemos ao longo da Pandemia da Covid-19 a partir das “pesquisas científicas” sobre a cloroquina. As instituições e seus interesses têm uma história articulada com influências locais e globais, o que inclui a “descoberta” e a disseminação de artefatos científicos e tecnológicos.

A necessidade de um campo mais amplo e crítico de tecnociência fica cada vez mais clara quando percebemos que a tecnologia opera em setores do sistema econômico

de modo descontrolado, o que precariza milhões de vidas e continua a ampliar o abismo da desigualdade social, assim como produz um colapso do consenso democrático em todo o globo, o que resulta na ascensão de nacionalismos, divisões sociais, conflitos étnicos e em efeitos climáticos, tais como o aquecimento global.

Marcuse (2009) em “A responsabilidade da ciência” diz que o *telos* interno da ciência não seria nada mais que a proteção e o melhoramento da existência humana. De fato, é preciso resgatar a razão de ser da ciência a fim de que as produções científicas não fiquem restritas a meras técnicas.

Jacques Derrida (1995, p. 40), no texto “A Retórica das Drogas”, apresenta um argumento que demonstra a complexidade impensada dos sistemas tecnológicos, quando diz: “não há corpo natural, originário: a tecnologia não se acrescentou simplesmente, de fora ou depois do fato, como um corpo estranho”. Nesse sentido, Derrida não apenas parece sugerir que a tecnologia e o corpo vivido estão inextricavelmente entrelaçados, mas também que não existe um corpo natural – isto é, um corpo tecnologicamente intocado.

Baseando-se em Merleau-Ponty, Donna Haraway (2008, p. 249) também argumenta que “as tecnologias não são mediações, algo entre nós, mas ‘informações da carne’”. O que acontece nas dobras é o que importa”. Tanto Derrida quanto Haraway enfatizam que as tecnologias devem ser entendidas como tecnologias incorporadas e os corpos materiais precisam ser compreendidos como corpos sempre investidos tecnologicamente. As tecnologias, portanto, não são próteses ou substitutas, nem são mediadoras ou meras ferramentas. Em vez disso, longe de significar algo externo ao corpo, as tecnologias referem-se aos modos como corpos

e vidas humanas e não humanas se entrelaçam “no que chamamos de seres (HARAWAY, 2008, p. 250)”.

Com tal perspectiva, a relação entre o corpo e a tecnologia torna-se uma relação de indeterminação. Indeterminação ou ‘indecidibilidade’ não designa que ‘nós’ não podemos saber onde termina o corpo e começa a tecnologia, mas, que não pode ser determinado antecipadamente, de uma vez por todas, onde correm as fronteiras entre o corpo e a tecnologia. É somente por meio de práticas material-discursivas particulares – o que envolve não apenas humanos, mas também não-humanos – que fronteiras e propriedades particulares se manifestam e se tornam significativas. O ser corporal, portanto, é sempre tecnologizado e as tecnologias sempre incorporadas. Esta ideia encontra continuação no conceito de somatotécnica.

A somatotécnica “suplanta a lógica do ‘e’, indicando que *techné* não é algo que adicionamos ou aplicamos ao corpo já constituído (como objeto), nem é uma ferramenta que o eu corporificado emprega para seus próprios fins, pois os meios dinâmicos e através dos quais as corporeidades são trabalhadas, ou seja, continuamente engendradas em relação aos outros e a um mundo” (SULLIVAN, 2014, p. 188).

Tal relato guarda semelhanças com a noção de “prosteticidade originária” de Bernard Stiegler (1998), que destaca que, justamente porque o ser humano carece de essência, o técnico é necessário como complemento. Para Stiegler, também, o técnico “não é uma mera extensão do corpo humano”, mas “a constituição desse corpo enquanto ‘humano’. Não é um ‘meio’ para o humano, mas seu fim...” (STIEGLER, 1998, p. 152-153). Portanto, podemos pen-

sar que ‘o humano’/o corpo está “coevoluindo com a tecnologia” (HOEL e VAN DER TUIN, 2013, p. 190).

Importa dizer, porém, que entender a tecnologia e o corpo como uma relação de indeterminação “não significa que não haja fatos, nem histórias, nem sangramentos – ao contrário, as indeterminações são constitutivas da própria materialidade do ser” (BARAD, 2014, p. 177). Como matriz relacional de humanos e não humanos, ou “um modo de existência” (SIMONDON, 2016; LATOUR, 2002), a tecnologia está no centro das questões da matéria e, conseqüentemente, no centro do político.

É precisamente porque a tecnologia faz conexões que ‘importa quais são feitas e desfeitas’ (KUNZRU e HARAWAY, 1997); importa se essas conexões visam a apropriação e mercantilização das forças geradoras de corpos humanos e não humanos para as demandas da economia política, ou, se acaso trabalham para a produção de um futuro social mais interessante para todos.

A Psicanálise

A Psicanálise, como uma teoria crítica e não somente uma terapêutica individual, ganha espaço no cenário social e político do conturbado Século XX. Freud, imbuído de seu conhecido amor pelas causas da cultura, esteve à altura das questões de seu tempo, avançando em análises fundamentais para a compreensão de uma época convulsionada pelas inúmeras problematizações advindas do progresso linear e da crise da modernidade tardia. Naqueles anos que compuseram as primeiras duas décadas do Século XX, momento em que os intelectuais europeus se deparavam incrê-

dulos com as incivildades cometidas em meio a Primeira Grande Guerra, o vienense, através do trabalho original com a outra cena, soube problematizar os novos arranjos sociais pautados pelas hodiernas multidões modernas, com o que nos ajuda a pensar as articulações entre Ciência, Tecnologia, Política e Saúde Mental.

Em 1915, Freud anteviu que o poder destrutivo humano poderia ser maciçamente amplificado pela tecnologia e, conseqüentemente, acabar com os laços humanos que poderiam manter a destrutividade sob controle, entretanto, foi somente em 1930, no período entre-guerras que Freud propôs a articulação entre tecnologia e pulsão de morte, evidenciando uma preocupação com as conseqüências sociais do encontro da vida pulsional com a ciência, questão que fica clara no desdobramento do escrito sobre o *O mal-estar na cultura* (2010a):

A questão fatídica, para mim, parece ser se e, em que medida, o desenvolvimento cultural conseguirá dominar o descontrole da vida comunitária pelos instintos (Trieb) humanos de agressão e auto-destruição. Talvez, precisamente em relação a isso, o momento presente mereça um interesse especial. Os homens conquistaram a tal ponto o controle das forças da natureza que, com a ajuda dele, não terão dificuldade em exterminar uns aos outros até o último homem (FREUD, 2010a, p. 145).

Dando continuidade às explorações freudianas acerca da importância da nova ciência do inconsciente para pensar os processos subjetivos e sociais, os pensadores frankfurtianos Theodor Adorno e Max Horkheimer diagnosticaram, a partir de 1940, uma relação problemática entre tecnologia e racionalidade técnico-científica. Suas teses, construídas, especialmente, a partir do genocídio em massa ocorrido na Segunda Grande Guerra, mostraram os caminhos pelos quais o abso-

lutismo da racionalidade naturalizou e banalizou processos de reificação das relações e dos sujeitos. Além de Adorno e Horkheimer, Herbert Marcuse, em 1941, escreveu o ensaio *Algumas Implicações Sociais da Tecnologia Moderna* e defendeu a ideia da tecnologia como um “[...] processo social no qual a técnica propriamente dita [...] não passa de um fator parcial (MARCUSE, 1999, p. 73). Marcuse analisou longamente a relação do ordenamento tecnológico e a tecnocracia nacional-socialista, concluindo que os valores políticos de controle e dominação não ficam restritos à racionalidade, pois eles se fazem presentes nas materialidades técnicas.

Tais análises críticas somadas a muitas outras articulações entre o sujeito e as práticas capitalistas, propostas pelo próprio Lacan, mostram as consequências nocivas e trágicas da obediência cega e linear aos desmandos da instrumentalidade técnica. Lacan (1963/1998), quando trabalha Kant com Sade, mostra o quanto Sade, através da ironia, pintou um cenário, onde os preceitos do Esclarecimento eram levados até as últimas consequências, de maneira que os sujeitos racionais e autônomos produzidos pelas Luzes, transformavam-se eles mesmos em objetos fetiches, dedicados a construir um mundo “esclarecido”, onde a razão e o individualismo eram cultivadas como ferramentas de autonomia, mas, que acabavam mesmo por funcionar como novas formas de gestão da sujeição e da dominação.

Nesse sentido, a crítica da razão, articulada à Psicanálise, nos ajuda a inserir a nova ciência do inconsciente em um debate que reúne a crítica social aos modos da não sujeição ao poder do UM/Outro – de um Outro que se apresenta como mestre do saber. Quer dizer, para melhor compreender os modos de sofrimento do sujeito contemporâneo, precisamos

compreender a dimensão sociopolítica das formas de sofrimento (DEBIEUX, 2016), ou seja, é preciso compreender como o saber e o poder se articulam nos discursos sociais hegemônicos e como operam na gestão das políticas e das vidas no laço social – um dos exemplos seria o discurso neoliberal.

Após os acontecimentos da Segunda Grande Guerra, tais discussões críticas localizaram a aceleração na direção do progresso linear como uma das fiadoras das catástrofes singulares e coletivas. Neste sentido, este texto, a partir de uma introdução aos diferentes modos de pensar a ciência e a(s) tecnologia(s), se propõe a refletir de que forma a Psicanálise, seus diálogos e contribuições, podem levar a um debate crítico acerca dos possíveis deslizamentos que as ferramentas tecnológicas atuais apresentam quando se trata de articular vida psíquica, saúde mental e tecnologias sociais.

A Psicanálise, a Ciência e as Tecnologias

Um dos traços característicos do capitalismo neoliberal, e das mudanças contemporâneas ocorridas no Século XX, foi a consolidação da relação do que chamamos Tecnociência, na sua indissociável ligação com a cultura e com a política. No cerne destas mudanças está a transgressão das clássicas fronteiras entre animais e humanos, entre humanos e máquinas e entre o físico e o não físico – categorias que denunciam a separação entre natureza e cultura e questionam a metafísica da predação, reposicionando a relação entre seus elementos.

No entanto, diante de uma rede de conexões que envolvem novos fenômenos e indefinições ainda produz estranheza e incredulidade o desprezo pelas implicações políticas, éticas e socioculturais destes processos. A nova

versão das políticas de extrema-direita conseguiu trabalhar politicamente a fantasia de fortalecimento de uma noção imaginária de totalidade do humano.

Tal retomada imaginária do sujeito, orientada pela razão instrumental e totalitária nos leva a retomar a crítica frankfurtiana e psicanalítica acerca da instrumentalidade técnica e da crença no progresso linear. Ora, tais posições apontam justamente para uma discussão ética e política dos efeitos da ciência e da técnica na vida humana e social, isso, porque sabemos que um dos caminhos da ciência e da técnica poderia ter sido a busca por uma dimensão emancipatória para a vida humana e social no Século XX, também tido como o Século da Ciência.

Se tomarmos, por exemplo, as produções freudianas sobre *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, escrito em 1921, veremos que Freud foi primoroso na dose de antecipação do que estava por vir na cena política europeia da década de 1930. Além de visionário, o texto freudiano soube inscrever a Psicanálise como uma teoria importante não somente para os estudos psicanalíticos do laço social, mas, também, para outros campos, dentre os quais a Filosofia Política (BUTLER, 2018).

Neste escrito, Freud (2011), além de propor uma matriz de análise para os governos totalitários a partir do horizonte histórico da Primeira Guerra Mundial, mostrou que o funcionamento das massas tentava suprimir a esfera política a fim de instalar a dimensão da totalidade, um modo de produzir o apagamento da pluralidade de sentidos na construção e leitura dos acontecimentos. Segundo as lentes freudianas, o líder totalitário, assim como o totalitarismo, busca dar ao *Outro* o caráter de *UM*.

De algum modo, Freud anteviu Hitler quando pensou de modo abstrato o líder enquanto “[...] uma versão acabada da loucura narcísica, da negação da alteridade e do retraimento [...]” (ROUDINESCO, 2016, p. 391). É no mínimo inquietante que Freud, anos antes do surgimento do Führer alemão – seu “inimigo espiritual” conforme escreveu Edmundson¹⁶ – o anteviu nas tácitas condições sociais e políticas que rondavam a Alemanha da República de Weimar.

Através da conhecida frase “toda psicologia individual é ao mesmo tempo uma psicologia social” (FREUD, 2013, p. 27), Freud inaugurou um outro modo de pensar o enlace do sujeito com o laço social. Segundo Butler (2018), através deste e de outros enlaces que tratam dos aspectos sociais e culturais, Freud apresentou reflexões fundamentais e contribuições originais ao campo dos debates da Filosofia Política, bem como da crítica social.

Acaso estas construções freudianas poderiam ser tomadas como processos tecnológicos no sentido de nos ofertar um modo de compreensão para as relações entre o sujeito, a cultura e o laço social? Como pensar em tecnologias voltadas ao sujeito e não somente à edificação de objetos e máquinas? Como a Psicanálise poderia através de sua principal ferramenta, a escuta psicanalítica, contribuir com as chamadas tecnologias sociais?

Desde o final da década de 1980, tornou-se cada vez mais óbvio que a ciência e a tecnologia estavam profundamente entrelaçadas em nossas vidas cotidianas. Não há dissociação possível entre a razão da ciência e a razão da po-

16 Expressão utilizado por Mark Edmundson ao referir-se aos dois vienenses da belle époque, o infame Adolf Hitler e o radioso Dr. Sigmund Freud, no livro “La mort de Sigmund Freud: L’Heritage de ses derniers jours” (PAYOT e RIVAGE, 2007 apud ROUDINESCO, 2016).

lítica e do social (MARCUSE, 2009). Para Marcuse, existe apenas um mundo no qual a ciência, a política, a ética e a prática estão inerentemente associadas.

Donna Haraway (2009), entre outros autores e autoras, mostrou como conceitos centrais tais como natureza, corpo e identidade são reconfigurados através de discursos e práticas tecnocientíficas. As relações entre a natureza e a tecnologia são profundamente reformuladas no processo de apropriação da natureza nas sociedades ocidentais, facilitando a ideia da coconstrução da ciência, tecnologia e laço social.

Neste sentido, podemos tomar os estudos feministas como exemplo de um caminho inovador no campo da ciência, já que eles apresentam uma contribuição fundamental visto que suas discussões entrelaçam mulheres, gênero e tecnologia fazendo decantar daí uma variedade de formas que podem ser abordadas a partir de diferentes disciplinas, constituindo um campo interdisciplinar (ROTHSCHILD, 1983).

Na Sociologia, Wajcman (2000) rastreou os estudos de gênero e tecnologia a partir da década de 1970, como o início de um projeto feminista sociológico que criticava a cegueira de gênero nas discussões marxistas dos processos de trabalho sobre produção. Esse projeto argumentava que “as relações de produção são construídas tanto a partir das divisões de gênero quanto das divisões de classe” (WAJCMAN, 2000, p. 449). Teria sido, então, com o entendimento da divisão sexual do trabalho que as feministas realçaram a esfera doméstica e o trabalho não remunerado realizado pelas mulheres. A partir do debate sobre o trabalho doméstico “como um elemento-chave da opressão das mulheres” (WAJCMAN, 2000, p. 449), emergiu o interesse feminista nas tecnologias domésticas.

Nesse entendimento, as discussões sobre tecnologias domésticas passaram a refletir a tendência daquele período de inserir o espaço doméstico como lugar de atividade tecnológica, buscando compreender de que forma a presença dessas tecnologias de reprodução e cuidado impactaram a vida das mulheres e suas relações sociais. Conseqüentemente, o próprio entendimento de tecnologia sofreu uma alteração, pois a articulação entre classe, gênero e raça/cor redefiniu a compreensão dos artefatos sociotécnicos, do mesmo modo que provocou a extensão do conceito de tecnologia.

O caráter subversivo da Psicanálise

Peter Gay (2012, p. 321), em *Uma vida para o nosso tempo* descreve o desejo investigativo de Freud dizendo que “um enigma que surgia em sua mente era como um corpo estranho, o grão de areia na ostra que ao final poderia resultar em uma pérola”. A verve investigativa de Freud foi determinante para a descoberta do inconsciente. Ao partir do corpo estranho das histéricas e chegar na descoberta do inconsciente, sua pérola, Freud acabou por alterar todas as noções acerca do funcionamento da vida psíquica até então construídas.

A Psicanálise, impregnada deste espírito investigativo, pleiteava um lugar no panteão da ciência. Freud, em 1911, no texto sobre os dois princípios básicos da psicanálise, diz que “a Psicanálise é uma disciplina singular em que se combina um novo tipo de pesquisa das neuroses e um método de tratamento [...] (FREUD, 2010, p. 269)”. Ele segue: “Desde já enfatizo que ela não é fruto da especulação, mas da experiência, e, portanto, é inacabada enquanto teoria” (FREUD, 2010, p. 269). Neste fragmento, além de nomear a Psicanálise como um método de pesquisa das neuroses, Freud também ressalta

que um dos princípios que melhor revelam a especificidade da teoria, seja na clínica, seja na pesquisa, é a relação com o real que não se apresenta na medida da totalidade.

O contexto europeu do início do Século XX apresentava muitas tensões sociais e políticas. A instabilidade econômica gerada pela industrialização acelerada, a aglomeração nos centros urbanos, a selvageria, ainda não completamente estabelecida pelo capital e a desvalorização crescente do trabalho, entre outras variáveis, geraram angústia social, insurreições e uma crise generalizada nos modos de subjetivação, especialmente pela reificação crescente das vidas.

Além dos ventos da industrialização e da progressiva desumanização dos laços, os alemães e austríacos viviam a gravidade da situação econômica e política, decorrente dos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com altas taxas de desemprego, desgoverno e, sobretudo, medo da população. A extrema direita da então recém unificada Alemanha, rapidamente soube aproveitar o caos, produzindo narrativas com efeitos paranoicizantes sobre as minorias. Foi desse modo que judeus, assim como outros grupos sociais, passaram a ser sumariamente perseguidos e vitimados por um plano de extermínio durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), inspirado no progresso de técnicas de destruição e de morte em escala industrial (GURSKI e PEREIRA, 2019).

Todo o *Zeitgeist* daquele tempo esteve presente na inevitável permeabilidade de Freud aos acontecimentos que se sucediam. Além da segunda tópica e de outros textos metapsicológicos, arriscamos dizer que, junto com o *Além do princípio do prazer* (FREUD, 2010b), o escrito sobre a *Psicologia das massas e análise do eu* (FREUD, 2013), contendo discussões fundamentais sobre os tempos sombrios que se aproximavam, serviu como

pedra angular dos estudos que viriam ao longo das décadas de 1920 e 1930. Inclusive, o arcabouço do sistema de leitura de Freud, através do qual ele articulava de modo irredutível o sujeito e o social, criou de fato um processo de pensamento, um modo de leitura do sofrimento psíquico dos sujeitos.

Ora, neste sentido, podemos pensar que a Psicanálise constitui um conjunto de reflexões acerca da produção do sofrimento psíquico, que parte do conceito de irredutibilidade entre sujeito e cultura, produzindo práticas materiais e relacionais, que envolvem questões de classe, gênero e raça. É nesta direção que temos pensado a Psicanálise enquanto uma práxis da qual podem decantar tecnologias de caráter emancipatório. A pergunta que nos ilumina nos trabalhos que desenvolvemos no campo social refere-se a pensar de que forma as interlocuções da Psicanálise podem fazer decantar pesquisas e intervenções que, além de enriquecerem o campo, podem produzir efeitos de transformação social no laço? Como a Psicanálise pode nos ajudar a pensar uma ciência para o sujeito na cultura atual?

Temos pensado que manter viva a dimensão da *coisa* freudiana nos diálogos com a cidade e com o laço social é um modo de consolidar o método psicanalítico em seu fundamento principal, a transmissão de que a completude é uma miragem que nunca se alcança, isso também no que se refere à construção de conhecimentos. É preciso sublinhar que, para a Psicanálise, o objeto está presente como negativo e a falta tem estatuto fundamental. Ou seja, o sujeito da Psicanálise é diferente do indivíduo, ele é aquele que sabe que não sabe e que não se curva ao saber a fim de posar como mestre.

Lacan discutiu em vários textos a relação da Psicanálise com a ciência¹⁷. É dele a inversão da questão sobre “qual ciên-

17 Dentre alguns citamos, O Seminário XI, O Seminário XIII, O Seminário XVII.

cia para a Psicanálise? (1985)”, ou seja, ao dispensar a pergunta desgastada se acaso a ciência do inconsciente seria de fato considerada uma ciência, Lacan inverte a questão e interroga, qual ciência para a Psicanálise? Qual ciência poderia comportar o real do sujeito? Qual ciência poderia acolher o conceito de transferência como aquilo que rege a experiência?

Com tal intervenção, ele abordou a possibilidade de que a própria ciência precisa ser reconfigurada caso, de fato, se considere a hipótese do inconsciente como constitutivo da subjetividade humana. Ou seja, Lacan lançou uma nova perspectiva a fim de pensar uma ciência para o sujeito, uma ciência com possibilidade de dialogar com o que é próprio do sujeito, já que a ciência positivista não consegue reconhecer a dimensão da falta e do sofrimento humano.

Por mais sofisticadas que sejam, as abordagens científicas atuais e suas descrições produzem modelos de células, sinapses e genes e não modos efetivos de lidar com o sofrimento psíquico. Este fato é importante quando pensamos na distribuição extremamente desproporcional de financiamentos de pesquisas – tanto privados, quanto públicos. Sabemos que lidamos com um paradoxo: à medida que as sociedades se tornam mais ricas, elas se tornam cada vez mais avessas a considerar alternativas aos métodos padrão de investigação, optando por aderir rigidamente às restrições de eficiência de baixo risco e prova positiva de potencial de lucro. Frente a esta realidade, perguntamos, não seria acaso a hora de investir em outras abordagens de pesquisas a fim de dar um lugar ao sujeito e suas problematizações?

Neste cenário, importa sublinhar que a Psicanálise surge justamente de um certo resto da operação da ciência, quer dizer, para que o método cartesiano opere, o sujeito deve

ficar de fora, excluído; ora, a Psicanálise vai justamente se ocupar daquilo que a ciência trata de forcluir, o sujeito e a subjetividade. A função principal de uma intervenção ou investigação psicanalítica é a subversão da lógica positivista, resguardando sempre na operação, o lugar da outra cena. É preciso ainda lembrar que faz parte da operação de subversão da lógica cartesiana, a produção do novo no sentido da inovação. Enquanto a compulsão à repetição e o gozo instalam o mito do eterno retorno ao mesmo, o trabalho com o inconsciente aponta para aquilo que pode ser a operação da diferença para o sujeito e, por efeito, para a cultura.

Lacan produziu vários textos através dos quais refletiu sobre a natureza da ciência moderna e sua relação com a teoria e com a prática psicanalítica. As formalizações lógicas e matemáticas foram uma linha de produção cujo objetivo era rearticular conceitos tradicionais e fundamentais da Psicanálise, especialmente, acerca da lógica sem abandonar o rigor, um modo de tentar emprestar cientificidade à ciência do inconsciente.

Como compor uma “nova disciplina científica”, como dizia Freud, que prima pela construção em um todo que é sempre inacabado, justamente em um ambiente regulado por pautas padronizadas pela concepção da ciência positivista? Como criar um modo próprio de pesquisar, dialogar e construir caminhos e processos a partir dos fundamentos da Psicanálise?

Ora, Freud, em pleno início do Século XX, o denominado Século da Ciência, conseguiu, de maneira autoral, forjar uma forma de investigação do psiquismo. Ele se dirigiu àquilo que fica de fora da equação da ciência – o sujeito e seu sofrimento psíquico. Ele o faz inaugurando uma ética

que se compromete com a construção de um saber do sujeito acerca de si e não com a promessa de um lugar aonde chegar. É nesse sentido, que precisamos nos voltar para a construção de modos de escuta do sujeito que mantenham o caráter subversivo da Psicanálise mesmo quando ela sai do consultório do analista e se dirige ao campo social.

A Psicanálise e seus agenciamentos sociotécnicos

Como já afirmamos mais acima, as tecnologias não são neutras e implementadas em vácuos sociais. Elas respondem a contextos históricos e sociais. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia nem sempre ocorre em laboratórios assépticos, e sim no centro de campos científicos produtores de sentido, com seus métodos, teorias e suas formas de contar histórias (KUNZRU e HARAWAY, 1997). Isso significa que modos de construir o conhecimento, o ethos de pesquisa, as teorias e conceitos que envolvem os estudos não são neutros, eles têm efeitos ético-políticos na re-configuração de problemas que se apresentam e exigem um agenciamento sócio-técnico.

Essa perspectiva está presente na construção da tecnologia social da escuta-flânerie, tecida em meio às atividades da pesquisa psicanalítica no campo social, especialmente no âmbito da política socioeducativa. Trata-se de um dispositivo de pesquisa-intervenção que, a partir da ética da Psicanálise, em conjugação com a posição do *flâneur*, produz um modo da prática da escuta fazer-se presente em outros espaços da cidade que não o consultório do analista (GURSKI, 2019a, 2019b; PIRES e GURSKI, 2020). Passamos a seguir, a narrar a construção desta tecnologia social

a fim de mostrar o caminho de articulação entre Psicanálise, Ciência, Tecnologia, Política e Saúde Mental.

As origens desta construção remontam à metodologia iniciada por Gurski (2008) em sua Tese de Doutorado, na qual a pesquisadora cunhou a expressão ensaio-*flânerie* a fim de narrar a metodologia em questão na pesquisa que conduzia. Tal construção ocorreu a partir do enlace de três elementos: da *flânerie* como um modo de olhar do pesquisador, do ensaio como a *janela da escrita* e do tema da experiência como uma tentativa de produzir polissemia e criação ao invés de repetição e fechamento de sentidos (GURSKI, 2008).

A inspiração na *flânerie* surgiu da posição de Walter Benjamin, filósofo e crítico cultural alemão que, ao narrar as problematizações de sua época, levou-nos a sublinhar a dimensão do método presente em seus escritos. Sua obsessão pelos pequenos fenômenos, pelas representações contidas nos detalhes lançou a possibilidade de fazer a experiência do encontro entre palavra e coisa, entre ideia e experiência (GURSKI, 2019b; GURSKI, 2019a). Relacionando a posição do *flâneur* com a do psicanalista, encontramos também a proximidade com a figura do catador de restos que, a partir do que seria descartado ou negado, oferece, em seu movimento “a contrapelo” do ritmo acelerado, um espaço para o tropeço, o impensável e o detalhe – de onde podem vir a se produzir novas formulações acerca das mesmas coisas (GURSKI, 2019b).

Articular Benjamin e Freud, através da escuta psicanalítica, a fim de traçar um caminho deste diálogo com o mal-estar que encontramos nas instituições sociais e na cidade implica compreender que a *flânerie* empresta uma posição e uma materialidade à escuta do pesquisador-psicanalista no campo social. Temos compreendido que, através da fala, os sentidos

podem deslizar, possibilitando a criação de um espaço de simbolização para os sujeitos e criando outros destinos para o real e o pulsional. Ao narrar os acontecimentos e vivências de sua história, o sujeito amplia as condições de construção de novas significações. É justamente nesta movimentação narrativa que as vivências podem ganhar a possibilidade de decantarem em experiências (GURSKI, 2019b; GURSKI, 2019a).

A interlocução com a política socioeducativa foi iniciada no final de 2014, através da construção de um espaço de Rodas de Escuta com adolescentes internos de uma instituição socioeducativa do Rio Grande do Sul¹⁸. A partir do cotidiano das Rodas, observamos que não bastava escutar somente os guris, precisávamos também abrir um espaço aos trabalhadores da socioeducação, os agentes socioeducativos.

A ideia de abrir um espaço de fala aos agentes surgiu ao *escutarmos* que se operava uma espécie de “demonização” destes trabalhadores, ou seja, muitas queixas e relatos de situações de crueldade e sadismo deles na direção dos meninos. O interessante é que, além da fala dos guris, tal *demonização* aparecia também nas narrativas das bolsistas-pesquisadoras, para quem os agentes, por um tempo, representavam *o problema da Socioeducação*. Passamos então a nos interrogar: por que os agentes apareciam tão demonizados nos discursos dos guris e mesmo na fala das bolsistas-pesquisadoras? O que do sofrimento psíquico destes trabalhadores só estava podendo aparecer na forma de crueldades e hostilidades dirigidas aos meninos acautelados?

Se, por um lado, sabemos que há uma dose intensa de sadismo nestas relações e que o paradigma da Socioeduca-

18 Referimo-nos à FASE – Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul.

ção, ainda convive com práticas utilizadas na antiga Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (FEBEM); por outro, passamos a nos perguntar de que modo os trabalhadores vivenciavam o sofrimento decorrente das condições de seu trabalho? Que efeitos se apresentam na prática cotidiana dos agentes, quando se demanda deles, por um lado educar e, por outro, vigiar? Com o tempo, ampliamos essas interrogações e passamos a nos perguntar também como adensar a prática da Psicanálise frente aos desassossegos produzidos em meio a realidades marcadas por injustiças sociais, preconceito e silenciamentos históricos de parcelas da população. De que modo dialogar com o que se problematiza no laço social, levando a escuta para outros sítios, sem perder a especificidade da ética psicanalítica?

Frente a estas inquietações, a ideia inicial foi a configuração de uma escuta sem um espaço físico delimitado, uma espécie de um pronto-atendimento que pudesse dar ao pesquisador-psicanalista a chance de vivenciar, junto aos trabalhadores, as dificuldades de seu fazer diário, no calor dos conflitos e acontecimentos. Em um primeiro momento, passamos a circular pela instituição disponibilizando-nos a escutar e conhecer o cotidiano dos agentes socioeducativos na Instituição. Essa escuta foi proposta sem nenhuma formalidade a não ser a presença das mestrandas-pesquisadoras¹⁹ nos corredores. Do lado das pesquisadoras do grupo, havia como prerrogativa a inspiração na atenção flutuante, elas se mostravam disponíveis para escutar as falas dos trabalhado-

19 A escuta dos agentes iniciou com duas mestrandas do grupo, porém somente uma delas seguiu nesta pesquisa-intervenção, a outra voltou-se ao trabalho com adolescentes na Instituição. A mestranda que seguiu a flânerie escrevia sistematicamente *diários de experiência*, através dos quais tivemos condição de, nos espaços de discussão da pesquisa e de orientação da dissertação, trabalhar as nuances da intervenção a fim de derivar construções teórico-metodológicas.

res sem qualquer antecipação e, do lado dos agentes, incentívamos a livre associação (PIRES e GURSKI, 2020).

“A gente finge que socioeduca e a sociedade finge que acredita”. Falas como essa passaram a *flanar* por entre os muros e paredes da instituição, mediante a presença da *flânerie* das pesquisadoras. O interessante foi percebermos que, aos poucos, na medida em que a tecnologia social da *flânerie* operava, estas falas que antes talvez se perderiam como ditos quaisquer, foram ganhando densidade no dia-dia, eles se diziam mais “aliviados ao poderem falar ali dentro”. Ao trabalharmos com os diários de experiência²⁰ da mestranda fomos construindo a ideia de que a *flânerie* vem como um recurso que oferta uma posição de escuta ao pesquisador na Instituição. Na medida em que as falas são endereçadas a um outro que os escuta, também *escutamos* o efeito das palavras ditas retornarem com novos sentidos aos trabalhadores em seu fazer diário.

Ao adentrarmos a Instituição e familiarizarmo-nos com as condições locais, nos perguntávamos: como fazer para transferencialmente produzir condições de fala livre em um lugar em que a palavra é tão aprisionada e apagada? A disposição em escutar as narrativas do sujeito, sem abandonar a noção de que, na escuta, não nos antecipamos à experiência, nos acompanhou como premissa fundamental. Também nos inspiramos na posição do *flâneur* de Benjamin, assim como na sua produção acerca do tema da experiência; tomamos emprestado, entre outras ferramentas de sua transmissão, a *flânerie* como esse modo delicado de investigar/escutar.

Nesse sentido, escolher Benjamin e Baudelaire em articulação com a escuta psicanalítica a fim de traçar o cami-

20 Para outros detalhes sobre o diário de experiência ver nas referências deste capítulo: Gurski (2019a; 2019b).

nho deste diálogo com o mal-estar na Socioeducação, implica compreender a contemplação do *flâneur* e da *flânerie* como um dispositivo que empresta uma posição possível ao pesquisador-psicanalista na Instituição, ao mesmo tempo em que produz uma intervenção de caráter ético-político ao valorar a palavra e a experiência.

No processo de escuta dos agentes socioeducativos foi ganhando força, junto às particularidades do campo, a conjugação de um paralelo entre a atenção flutuante, preconizada pela Psicanálise, e a postura do *flâneur*, revisitada por Walter Benjamin. Relacionando a posição do *flâneur* com a do psicanalista, encontramos o catador de restos que, a partir do que seria descartado ou negado, oferece, em seu movimento, “a contrapelo” do ritmo acelerado das grandes cidades, um espaço para o tropeço, o impensável e o detalhe – de onde podem vir a se produzir novas formulações acerca das mesmas coisas (GURSKI e STRZYKALSKI, 2018).

Em outras palavras, o *flâneur*, ao catar as inúmeras possibilidades que podem advir dos restos e dos fragmentos, assim como o psicanalista, apresenta a potência de forjar experiência até mesmo naquilo que é, a princípio, tomado como sem valor. É justamente em proximidade com a escuta psicanalítica que entendemos a posição do *flâneur*: a atenção flutuante que caracteriza o trabalho do psicanalista – assim como a *flânerie* – abre a possibilidade de se achar “uma série de coisas valiosas que não se pretendia encontrar” (McGUIGAN, 1976, p. 56). Isso no mesmo sentido em que Lacan (1985, p. 15) toma a fala de Picasso: “eu não procuro, eu acho”.

Em acréscimo, percebemos que só é possível estar na posição do *flâneur* e daquele que se propõe a operar a partir da atenção flutuante se estamos igualmente suspensos

por um tempo mais livre, distendido (GURSKI, 2019a; 2019b). Nossa aposta é que esse ritmo desacelerado, e não cronológico, possa ser pensado, justamente, como aquilo que caracteriza o que está no âmago desta tecnologia social denominada escuta-flânerie. Ao nos colocarmos na posição de *flâneur* e oferecermos a possibilidade de uma fala livre e mais implicada com o tempo de cada um, dentro da Instituição, provocamos a possibilidade de que surja uma narrativa mais próxima das questões do sujeito. Sustentar essa condição temporal comum ao psicanalista, ao catador de trapos e ao *flâneur* tem se colocado como um desafio crescente na pesquisa. É deste modo que a *flânerie*, em associação à escuta, colabora com a teorização acerca da escuta-flânerie, enriquecendo e ampliando nossos meios de falar da experiência e da construção de nossas pesquisas-intervenções no campo social.

Isto posto, lembramos aqui que ao longo do texto, apresentamos o desenvolvimento da escuta-flânerie, uma tecnologia social construída a partir de um amplo trabalho de pesquisas e extensões²¹. É importante destacar que, como toda tecnologia social, sua construção implicou a participação de um coletivo ligado à política da Socioeducação, que participou e simultaneamente foi beneficiado pelos seus resultados. Esse aspecto é central na tecnologia social, pois ela é caracterizada pela possibilidade de ser utilizada na interação com diferentes segmentos da população (RODRIGUES e BARBIERI, 2008, p. 1075), representando soluções para a melhoria das condições de vida e, nesse caso específico, da Saúde Mental no campo da Socioeducação.

21 A construção do dispositivo de escuta-flânerie pode ser consultada em Gurski, (2019b) e em Pires e Gurski (2020), também está narrado na parte inicial deste artigo.

Entendemos que os pesquisadores são sempre responsáveis pelas consequências sociais da ciência que produzem, é assim que as tecnologias sociais que buscamos construir, a partir dos efeitos ético-políticos do trabalho com a pesquisa psicanalítica na Universidade, nos colocam em posição de tomar a produção científica como um esforço humano integrador na direção de uma existência livre, com valores éticos e que trabalhe para a construção de uma articulação entre os sujeitos, a natureza e as próprias tecnologias.

Referências

- BARAD, K. Diffracting Diffraction: Cutting Together-Apart. **Parallax** 20, n. 3, pp.168-187, 2014.
- BUTLER, J. Political Philosophy in Freud: War, Destruction, and the Critical Faculty. In: GIPPS, R; LACEWING, M. (Orgs.). **The Oxford Handbook of Philosophy and Psychoanalysis**. USA: Oxford University Press, 2018. Pp. 727 - 750.
- DEBIEUX, M. **A dimensão sociopolítica do sofrimento psíquico**. São Paulo: Escuta, 2016.
- DERRIDA, J. Retóricas de la droga. **Revista Colombiana de Psicología**, n. 4, pp. 33-44, 1995.
- FREUD, S. **Mal-Estar na Cultura**. Porto Alegre: L&PM, 2010a.
- FREUD, S. Além do princípio do prazer. In: FREUD, S. **Obras Completas** (v. 18). São Paulo: Companhia das Letras, 2010b.
- FREUD, S. **Psicologia das Massas e Análise do Eu**. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- FREUD, S. (1913). Princípios básicos da psicanálise. In: FREUD, S. **Obras Completas** (v.10). São Paulo: Companhia das Letras, 2010, Pp. 268-276.
- GAY, P. **Freud: uma vida para o nosso tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- GONZÁLEZ, M. I. G.; CEREZO, J. A. L.; LUJÁN, J. L. **Ciencia, tecnologia y sociedad. Uma introducción al estudio social de la ciencia y la tecnología**. Madrid: Tecnos, 1996.

GURSKI, R. **Juventude e paixão pelo real: problematizações sobre experiência e transmissão no laço social atual**. [Tese de Doutorado]. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

GURSKI, R.; STRZYKALSKI, S. A Pesquisa em Psicanálise e o “Catador de Restos”: enlaces metodológicos. **Revista Ágora: estudos em teoria psicanalítica**, v. 21, n. 3. pp. 406-415, 2018.

GURSKI, R. A escuta-flânerie como efeito do encontro entre psicanálise e Socioeducação. In: GURSKI, R.; PEREIRA, M. R. (Orgs.). **Quando a psicanálise escuta a Socioeducação**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019a. Pp. 27-44

GURSKI, R. A escuta-*flânerie* como efeito ético-metodológico do encontro entre Psicanálise e Socioeducação. **Tempo Psicanalítico**, v. 51, n. 2, pp. 166-194, 2019b.

GURSKI, R.; PEREIRA, M. R. Apresentação. In: GURSKI, R.; PEREIRA, M. R. (Orgs.). **Quando a psicanálise escuta a Socioeducação**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. Pp. 17-26.

HARAWAY, D. **When species meet**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, pp. 7-41, 2009.

HOEL, A. S.; VAN DER TUIN, I. The Ontological Force of Technicity: Reading Cassirer and Simondon Diffractively. **Philosophy & Technology**, v. 26. n. 2, pp. 187-202, 2013.

LACAN, J. **Seminário 11**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LACAN, J. Kant com Sade. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. Pp. 776-806.

LATOUR, B. Morality and Technology: The End of the Means. **Theory, Culture and Society**, v. 19, n. 5-6, pp. 247-260, 2002.

MARCUSE, H. A responsabilidade da ciência. **Scientle Studia**, v. 7, n. 1, pp. 159-164, 2009.

MARCUSE, H. Algumas Implicações da Tecnologia Moderna. In: MARCUSE, H. **Tecnologia, Guerra e Fascismo**. São Paulo: UNESP, 1999. Pp.73-80.

McGUIGAN, F. J. **Psicologia Experimental: uma abordagem metodológica**. São Paulo: EPU, 1976.

PIRES, P. L; GURSKI, R. A construção da escuta-flânerie: uma pesquisa psicanalítica com socioeducadores. **Psicologia USP**, n. 31, e180128, 2020.

RODRIGUES, I; BARBIERI, J. C. A Emergência da tecnologia Social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 6, pp. 1069-1094, 2008.

ROTHSCHILD, J. **Machina Ex Dea: Feminist Perspectives on Technology**. New York: Pergamon Press, 1983.

ROUDINESCO, E. **Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo**. São Paulo: Zahar, 2016.

SIMONDON, G. **On the Mode of Existence of Technical Objects**. Minneapolis: Univocal/Minnesota University Press, 2016.

STIEGLER, B. **Technics and Time I: The Fault of Epimetheus**. Stanford: Stanford University Press, 1988.

SULLIVAN, N. Somatechnics. **Transgender Studies Quarterly**, v. 1, n. 1-2, pp. 187-190, 2014.

WAJCMAN, J. Reflections on Gender and Technology IS:
In What state is the art? **Social Studies of Science**, v. 30,
n. 3, pp. 323-480, 2000.

Capítulo 7

Tecnocentrismo, uma figuração da paixão pelo autômato

Roberto Henrique Amorim de Medeiros

Introdução

A Antropologia Britânica do Século XIX produziu um daqueles exemplos de teorias equivocadas que, por prestarem bons serviços à ideologia dominante, como sustentação científica após a revolução burguesa, passaram a gozar do *status* de verdadeiros paradigmas para muitas produções subsequentes das Ciências Sociais e Humanas. A ideia do Evolucionismo Social de Edward Tyler (1832-1917) certamente foi bem acolhida e amplamente divulgada como um grande achado, possivelmente por ampliar o potencial das descobertas do biólogo Charles Darwin (1809-1882).

Embora fosse fortuito para as sociedades brancas europeias do ocidente pensarem-se como produtores de homens e de cultura superiores, o que justificaria, ontem, suas violências coloniais em territórios abaixo da Linha do Equador e, hoje, a superexploração capitalista do trabalho alheio, seria decisivo perceber que as leis descobertas por Darwin e que sustentam a verdade da teoria a respeito do evolucionismo só valem no campo da Biologia e não dos estudos sobre a Sociedade. Um problema ontológico elementar: a transposição direta de leis que regem as determinações de um tipo de ser do objeto de investigação (bioló-

gico) compromete fatalmente as conclusões ou postulados acerca de um objeto distinto em sua forma de ser (social).

Além disso, o que se popularizou como premissa segundo a qual só o ser mais forte evolui e preserva-se (lei do mais forte), nunca foi enunciada por Darwin. O biólogo britânico dizia tal coisa do ser que melhor se *adapta* e não que vence uma luta mortal contra o outro. Apenas esses dois argumentos já seriam suficientes para notar que o Etnocentrismo europeu, sustentado pelo Evolucionismo Social de um Tyler, construiu-se sobre um falseamento científico e apenas sobreviveu, sem a crítica devida, para justificar as piores atrocidades que vivenciamos aqui nas colônias nos últimos 500 anos: da Escravização ao Neoliberalismo, embora a metrópole tenha experimentado o rebote, e não gostado, do Nazifascismo.

Da mesma estirpe europeia, dessa vez da cepa de Economistas Políticos Liberais, Historiadores e Sociólogos, advém a noção falsa de que a produção tecnológica que hoje temos à disposição só tenha sido possível graças ao modo de produção capitalista. Esta é uma noção implantada no senso comum dessa sociedade, hoje globalizada. Noção da qual não se desconfia por parecer óbvia. Porém, um rápido lapso de reflexão também poderia levar à conclusão de que o Capitalismo se consolidou como modo de produção viável apenas quando substituiu a força motriz de cavalos e seres humanos pela máquina à vapor, cujo protótipo datava dos últimos anos do Século XVII. Em seguida, a invenção dos teares à vapor aumentaram exponencialmente a produção de tecidos, o que ocorreu na fase da industrialização do Capitalismo, no Século XIX!

O termo ‘tecnologia’ pode significar coisas muito diferentes no campo científico. Contudo, gostaria de partir da acepção popular – como fizemos anteriormente com as

concepções evolutivas – para verificarmos as possibilidades concretas de ampliarmos o alcance social do uso do termo tecnologia. Penso que não há como discordar que, quando da escuta da palavra tecnologia, a imagem e o conceito produzido na cabeça do ouvinte se parecerá mais com um *iphone* (um dispositivo tecnológico multimídia) do que com a teoria foucaultiana das tecnologias e suas relações com a teoria dos dispositivos. Soa igualmente estranha aos ouvidos vulgares a verdade de que a tecnologia que mais salva vidas, em qualquer país injusto do ponto de vista da redistribuição da riqueza produzida pelos seus trabalhadores, é o soro caseiro e não a tomografia computadorizada, pois é estranho que o soro caseiro seja uma tecnologia do campo da Saúde²².

Canguilhem (2012) nos auxilia a perceber uma nuance muito precisa e que permite diferenciar Técnica de Tecnologia ao elucidar os papéis de cada uma no agenciamento com os seres humanos. A Técnica não é uma produção originária da Ciência. Interessante imaginar certos desconcertos que algumas afirmações óbvias podem produzir em nossas representações sociais. A Técnica adveio das dificuldades que a natureza impõe aos seres humanos, na medida em que estes buscam dominá-la ao invés de integrarem-se a ela. Ao argumentar sobre a questão da Técnica, Canguilhem (2012) lembra que os termos *engenho* e *engenhoso* trazem uma dupla acepção: de *máquina* por um lado, mas de *estratagema*, por outro. A atividade técnica deriva primariamente da prática artesanal, enquanto a Tecnologia é possibilitada pelo desenvolvimento do que constituímos como discurso da Ciência.

22 Mehry (2005) divide em tecnologias leves (relações de cuidado: escuta, acolhimento), leve-duras (saberes estruturados: a fisiologia, a própria psicanálise) e duras (recursos materiais: as máquinas de tomografia, ressonância, cintilografia) as tecnologias de cuidado e tratamento em saúde.

A Técnica costuma advir do saber prático individual ou coletivo, construído historicamente, da experiência de repetição sem método para contornar uma dificuldade material, da necessidade de solução de problemas concretos em uma relação social humana. Uma astúcia da razão, diria a parte idealista de Hegel. A Tecnologia é o desenvolvimento fino do método e dos achados científicos, da pesquisa de ponta e de suas produções especializadas ou vulgares, nem sempre condizentes com a solução de problemas e a satisfação de necessidades fundamentais da vida em dado momento histórico.

A Técnica tem valor de uso. A Tecnologia, nem sempre. No meio de tantos exemplos de produção de objetos tecnológicos que se desvinculam da solução de problemas reais do ser humano e de sua vida em sociedade, Triska e Mano (2018) apontaram para uma nuance menos evidente dessa dissociação. Ao interpretarem o papel da Tecnologia já existente em nosso tempo e os agenciamentos com indivíduos e grupo sociais, os autores diagnosticam um ideal puramente maquínico no desejo de sua produção e de seu consumo. É possível operar com a Tecnologia para substituir a fantasia, a fabulação, a memória afetiva, enfim, a construção narrativa, por intermédio da imagem (fotos ou vídeos) que valem por si, esvaziando o registro simbólico da experiência. Mas, por que seres humanos se encontrariam siderados pelo *gadget* tecnológico mesmo que ele se revele desprezável, *nonsense* ou que exija práticas que lhe subvertem (ser objeto da Tecnologia) ou lhe excedam em sua condição humana (conexão ininterrupta ou exigência constante de atenção dispersa)?

Hoje a Tecnologia tem um lugar central em nossas vidas. Porém, é possível entender a sedução da Tecnologia e seus usos desvinculando-os da Sociedade Capitalista e suas

produções de ideologia, discurso e formas de vida (além de incontáveis *gadgets* tecnológicos)?

Não se encaminha uma resposta honesta a esta pergunta abstraído-se a Produção Tecnológica e a Tecnologia da relação social vigente e sua dialética com as forças produtivas de seu tempo. Quem nos lê não terá dificuldade de acolher o argumento de que o uso e a produção familiar de um tear (para fiação) no período feudal tem características muito diferentes do uso do mesmo tear em uma manufatura no modo de produção capitalista. Para a reprodução social que garante sua existência, coletivos humanos organizaram-se de modos muito distintos no decorrer da história. Contudo, mesmo suas escolhas individuais, seus desejos subjetivos e exercícios de seu livre-arbítrio são, no mínimo, condicionados por um conjunto de relações que independem de sua vontade: a correspondência entre forças produtivas e relações de produção em sua época. É uma forma de entender o que nos diz Lacan sobre a rede simbólica significante em que somos mergulhados mesmo antes de nascer. O Outro pré-existe a nós. O desejo é o desejo do Outro.

O que determinaria o papel e o sentido da Tecnologia, sua condição de possibilidade e os tipos de usos de seus produtos, como sugere a pesquisa de Marx (MACHADO, 2022), é a correspondência em cada fase histórica das relações de produção (forma) e das forças produtivas (conteúdo). A relação de produção configura a forma pela qual os indivíduos se apropriam da natureza ou as suas relações de propriedade. As forças produtivas, por sua vez, não se explicam apenas sob o modo de articulação entre pessoas, materiais e técnicas, mas pelo modo como os produtos do trabalho, os indivíduos que trabalham e o próprio processo do trabalho correspondem à relação de produção em que os indivíduos estão desde já

inseridos. Ninguém pode escolher, a cada dia, se vai se relacionar com a sociedade de um modo diferente do capitalista. Fatalmente precisará fazê-lo por meio da forma ‘mercadoria’, vendendo-a, nem que seja apenas sua força de trabalho, e consumindo-a, para que possa sobreviver.

Porém, na sociedade capitalista os *produtos* (possuidores de algum valor de uso) não se definem de outro modo que não seja pela forma ‘mercadoria’ (esta, determinada pelo seu valor de troca); os *trabalhadores* passam a se definir como *trocadores* (de sua força de trabalho como ‘mercadoria’ e não como aptidão e capacidade técnica para o trabalho) e o *processo de trabalho* organiza-se prioritariamente de modo a criar valor de troca na forma ‘mercadoria’ e não apenas valor de uso para a solução de problemas e necessidades humanas.

Assim se responde com mais propriedade a pergunta lançada há pouco. Um tear que produza apenas um objeto que tenha valor de uso não tem função na sociedade capitalista, é preciso que ele seja integrado numa articulação de forças produtivas e relações de produção que derive valores de troca. O mesmo produto tecnológico conhecido como tear ocupará propósitos e usos diferentes conforme a relação social de produção em que se insere. É nesse sentido que, em outro campo que não o da produção de mercadorias, podemos entender como as tecnologias de cuidado de si (FOUCAULT, 2010) tenham hoje propósitos opostos aos da Antiguidade Greco-Romana, em que as práticas da *epiméleia heautoû* dos gregos – ou da *cura sui*, no latim – ambas voltadas à preparação para a relação de cuidado com o outro, na sociedade capitalista vai servir à *empresa de si mesmo* para competir com o outro.

Para tal competição no mercado (de trabalho), cada vez mais demandante de horas trabalhadas, eficiências, dimi-

nuição de fatores humanos que gerem erros, interconectividade entre grupos de trabalho *online* que não descansam, parece ser preciso de um corpo potencializado, aditivado, readaptado. Porém, não é de hoje que o ser humano conta com objetos, próteses, fármacos, que podem aumentar a sua capacidade perdida ou necessária para a solução de algum problema prático de sua existência e reprodução. No campo da Óptica, temos os óculos que prolongam a capacidade de enxergar como o aumento da expectativa média de vida média demandou, ou o microscópio que permitiu o estudo de vírus e bactérias que causavam uma morte prematura ou evitável, antes de sua possibilidade de visualização.

Muitas são nossas “muletas”. Cada vez mais as demandas para dar conta do que se acredita ser as reais necessidades de trabalho para o desenvolvimento da humanidade (do ponto de vista ideológico e macropolítico) ou das reais necessidades de sobrevivência num sistema social hostil e injusto (do ponto de vista real e micropolítico). Pergunta-se: é nosso desejo que produz o ideal maquínico para o corpo humano, para dar conta das determinações da relação social capitalista? É, certamente. Contudo, nosso desejo é o desejo deste Outro. Aqui, dialética é precisa.

Desde o início do Século XX começamos a produzir em larga escala muitas obras culturais que envolviam autômatos e suas relações problemáticas com a chamada humanidade. As figurações dos autômatos no cinema, por exemplo, vão desde um elemento intruso em nosso meio, passando a domesticado, mas que depois assume uma posição insurgente contra a humanidade e que, paulatinamente, mostra-se mais humano do que nós, até chegar a ser representado como objeto do amor e da sexualidade humana (MANO, 2018).

É dos autômatos que esperamos produtividade, docilidade, adaptação e funcionalidade. Hoje, sequer surpreende a ideia de que é do ser humano, na dimensão do trabalho, que se esperam características semelhantes. O autômato é o objeto que parece ocupar o lugar vazio de causa do desejo no contemporâneo. No início de nossas investigações com a ideia da *Paixão pelo Autômato* como um recorte de um *pathos* contemporâneo (MEDEIROS, MANO e WEINMANN, 2015), dizíamos que estávamos acostumados a aceitar que a Biologia, as Neurociências e o Cognitivismo nos trouxeram muitos avanços. No entanto, a contrapartida foi o esvaziamento da experiência e a aproximação do ideal do ser humano ao autômato. Nos perguntávamos, em que medida a ação do discurso científico sobre as práticas coletivas, ao procurar excluir o erro, produziu o autômato como ideal? Era uma pergunta inicial, ainda descontextualizada de sua articulação com a relação social em que o problema se inseria. Contudo, não deixou de nos levar a outro campo problemático interessante: será a admiração pelo autômato redenção ou desesperança com o que é da ordem do humano?

A resposta estamos procurando recentemente. Não parece gratuito o surgimento do termo *pós-humanismo* na cultura científica atual. Usado pela primeira vez por Hassan (2020), no final dos anos de 1970, procura descrever uma inflexão do Antropocentrismo Iluminista com decorrências multidisciplinares nos campos da Crítica, da Cultura e da Filosofia, onde se problematizam possibilidades de mutações e diversificações do que se entendia por humano. É comum encontrarmos os termos pós-humanismo e trans-humanismo sendo usados de forma sinônima, embora este último, mais recente, se diferencie do primeiro por voltar-se às possibilidades de aprimoramento de capacidades corporais e intelectuais humanas, além dos seus limites vigentes.

Novamente, é interessante imaginar desconcertos que a obviedade nos causa quando nos apercebemos que há muitas décadas já circula entre nós milhares de corpos *ciborgues* e que o *biohacking*²³ seja uma realidade que faz com que muitas das propostas de episódios da série *Black Mirror*²⁴ passem longe de constituírem uma ficção distópica.

Nosso interesse investigativo recente, orientado pelas possibilidades que a *Paixão pelo Autômato* (PpA) como estudo do *pathos* no capitalismo tardio tem se voltado ao discurso do *Transhumanismo* (TH). É nele que a aceção mais corriqueira de tecnologia opera em articulação ao corpo humano. Naquilo que pudemos aprender até o momento, são os debates do pós-humanismo (PH) que parecem produzir alguma crítica a respeito da superação ou mutação do conceito de ser humano, na medida que problematizam o Antropocentrismo. No TH²⁵, como o sufixo *trans* indica, apenas busca-se a consecução do que ainda está além do humano e não se estabelece quase nenhuma objeção à presença humana no mundo, as consequências de sua relação com a natureza, ao modo de acesso a essa tecnologia que potencializaria capacidades (se haverá direitos iguais ou se o mercado irá regular), entre outros.

No TH a tecnologia tem papel determinante e o corpo humano é o limite a ser superado. Como já mencionado, há séculos inventamos próteses ou utilizamos variados tipos de artefatos que nos auxiliam a manter o aumentar funções corporais. Inclusive para alterar estados de consciência. Por que não fazer uso de microchips, internet 5G ou redes neurais para facilitar o

23 Técnica que usa tanto a tecnologia quanto a biologia para elevar o desempenho corporal de seres humanos. Literalmente, trata-se de *hackear* o corpo.

24 Série inglesa pretensamente do gênero científico e distópico que discute a mudança das relações humanas via tecnologias.

25 A Declaração Transhumanista de 1998, traduzido ao português, pode ser acessada neste link: <https://universoracionalista.org/declaracao-transhumanista/>

fluxo e utilização de dados e aumentar capacidades intelectuais e físicas do corpo humano? Nossa pesquisa não permite ainda oferecer uma síntese mais completa sobre todas as nuances do TH, mas gostaríamos de compartilhar a percepção sobre um novo tipo de inquietação que nossa cultura contemporânea parece estar manifestando com as questões do corpo humano.

Se na ponta das pesquisas com a Inteligência Artificial (IA) a barreira a ser suplantada é a simulação robótica de empatia e de afeto – neste caso, humano – a imagem objetivo do TH parece ser algo da ordem do super-humano: a imortalidade. Talvez seja nada muito impossível de atingir se limitarmos expectativas de imortalidade à nossa consciência. Talvez, o corpo humano é um problema que pode ser resolvido se estivermos dispostos a descartá-lo da equação que nos leva à imortalidade. Pensando bem, prescindir do corpo – que cansa, que sente fome, que necessita reposição de nutrientes, de satisfação de apetites, de práticas exaustivas de embelezamento, que se infecta, que adoce, e que demanda valiosas horas perdidas com o sono – não seria muito bem-vindo para que pudéssemos realizar tudo o que nos cabe atualmente num dia comum de nossas vidas?

O corpo traz muitos impasses. Žižek (2018) debate uma proposta pós-humanista segundo a qual a maioria dos impasses humanos poderiam ser apaziguados pelo apagamento da sexualidade. Ora, a virtualidade se institui como território privilegiado cada vez maior para o estabelecimento de relações humanas e mesmo experiências sexuais em ausência do corpo: uma experiência existencial sem corporalidade ou a descorporalização da experiência²⁶. A sociedade

26 Para uma reflexão sobre isso sugere-se episódio 1 da 5ª temporada de *Black Mirror*, série citada anteriormente, intitulado *Striking Vipers*.

do cansaço teria, assim, seu termo? O princípio do prazer, como legalidade que rege a dimensão psíquica, finalmente poderá ser respeitado sem rodeios pulsionais?

Surpreende a atualidade da proposta de Haraway (2009) acerca do autômato que – ao simbolizar a confusão das fronteiras binomiais, seja do gênero em si, ou da relação entre o que é humano e o que é máquina – pode ser apropriada criticamente para a fundação de uma nova política da existência humana. A política das identidades de gênero pede espaço para o não binário, mas também para o assexual/agênero.

Nunca esqueçamos que, mesmo tendo estabelecido a pedra fundamental da condução da razão para o conhecimento seguro e metódico acerca das verdades da vida, Descartes afirmara: é mais fácil conhecer o espírito do que o corpo que, com seus apetites e paixões, nos engana. E a moralidade cristã, que atrasou em alguns séculos o desenvolvimento das bases metafísicas – a Ontologia, a Epistemologia, sequestrando a Teologia – para o entendimento do mundo, consolidou a divisão entre mente e corpo e toda ideologia que divide os seres racionais (europeus) dos que se entregam às paixões da carne (os ameríndios).

O termo humano vem da terra (húmus), porém o assim chamado ser humano (bem entendido, aqui: o homem branco colonizador), idealisticamente faz de tudo para desvincular-se dela. Eis a crítica de um pensador indígena como Krenak (2019) cuja experiência existencial é de comunhão do corpo com a terra.

Desde o Ensino Fundamental aprendemos uma ontologia: existem seres animados e inanimados. Os seres animados, são os seres orgânicos, cuja diferença limite com os inorgânicos é o fato de que se reproduzem. No entanto, ainda existe um terceiro tipo de ser, o ser social, cuja característica

é ter experiências mediadas pela linguagem, pelo simbólico. O estudo da ontologia se faz necessário para nos lembrar que, em nossas pesquisas científicas, não é possível tomar a descoberta das leis que regem um fenômeno de um tipo de ser e aplicá-las impunemente a outros, como comentávamos no início deste texto. No entanto, no caso do ser humano, temos um objeto que é orgânico e social ao mesmo tempo, o que, com certeza, para seu entendimento, traz muitos 'impasses'. A gradual substituição de tecidos e fisiologia orgânicos por polímeros e circuitos digitais tecnológicos, adicionados a uma consciência imortal, resolveria esses impasses ontológicos ao atenuar aos poucos os efeitos subjetivos de possuímos um corpo orgânico, limitado para a exigência de produtividade e de trabalho psíquico constante, como sabemos pela categoria psicanalítica das pulsões, segundo Freud.

O início de nossas investigações, que deram origem ao termo PpA, partiu da seguinte pergunta: o que se acolhe na clínica do sofrimento subjetivo, seja psíquico, social ou físico, seriam autômatos? Ou seriam aqueles que não conseguiram sê-lo (MEDEIROS, MATOS e WEINMANN, 2015)? O automatismo em suas várias formas parece constituir um ideal contemporâneo e o próprio autômato (tecnológico) causa do desejo. São incontáveis quantos problemas a produção teórica a partir da PpA, acerca do *pathos* contemporâneo, remete à Psicanálise como tecnologia leve-dura da Saúde. Para os que decretam semanalmente o fim da descoberta freudiana, parece que terão que aguardar mais um pouco, pois uma ciência morre quando nenhuma pergunta mais lhe é pertinente.

Ao não se propor ao terapêutico, cujo resultado comum é fatalmente a adaptação do sujeito ao sistema social que lhe faz adoecer, a análise tem potencial de tecnologia inovadora no

campo da Saúde. No entanto, a teoria de Freud é sexual, inclui o corpo e sua ontologia. Em suas pesquisas acerca do sintoma histérico, Freud não descarta o que há de sexual no problema da histeria. Afinal, o ser psicossocial histérico também é um ser orgânico. Se as estruturas neuróticas, psicóticas ou perversas não se constituem abstraídas do fato de que o neurótico, o psicótico e o perverso possuem um corpo, Freud não teria chegado tão longe. Caso descartasse, de modo moralista e ideológico, a condição de que o sujeito precisa se haver com sua tendência à reprodução, visto que se trata também de um ser orgânico além de ser social mediado pela linguagem e de tudo que ela cria como instituições e relações dialéticas, seus achados perderiam a potência. É daí que Lacan situa a primazia do significante e a condição (humana) de satisfação pulsional por um objeto não totalizante chamado *mais de gozar*. Há corpo e há linguagem, heterogeneidade que faz com que o objeto da Psicanálise – sempre bom lembrar: as produções do inconsciente – seja contraditório e mal compreendido, se tomado pelo que aparenta significar.

Contudo, trazendo a questão ao nosso atual interesse, como seria a Psicanálise onde só haja mediação simbólica e não mais o corpo? Haveria mediação simbólica e constituição psíquica sem corpo? Como operaria a ‘linguagem de máquina’ num mundo transumano?

É verdade que, desde 2013 quando começamos a refletir sobre o *pathos* maquínico da Modernidade numa ação de extensão universitária na Universidade Federal do Rio Grande do Sul²⁷, temos afirmado que os ‘bots’ de hoje são de ‘carne e

27 A *Paixão pelo Autômato* iniciou como um ciclo de cinema e debates, aberto à comunidade, no qual o cinema de ficção científica servia de disparador de questões da vida cotidiana, como o amor, a educação/formação, a clínica, a subjetividade, o desejo, entre outros. Até o momento, tal projeto de extensão universitária

osso’. Muito embora nossos princípios liberais – há 3 séculos sendo inoculados por todos os órgãos dos sentidos como verdadeiros algoritmos que nos enredam em sub-rotinas ideológicas – nos patrocinem um certo delírio de autonomia. Assim, julgamos ser nós mesmos a fonte original e pura de pensamentos e posicionamentos. Porém, há uma automatia generalizada. Ela pode ser lida em muitas dimensões de nossas produções sociais e culturais. Restringindo essa questão ao que se entende por Clínica, cuja racionalidade médica já domesticou o senso comum, percebemos que suas premissas científicas não possuem verbos no passado, no futuro e nem flexões. Os protocolos que orientam a boa clínica no campo médico são estruturados por orações afirmativas e condicionais, limitadas à lógica binária, constituindo “orações sem sujeito”, advindas das evidências científicas. Ao excluírem ‘o erro humano’ e, com ele, o sujeito do sofrimento, resta catalogar o que chamam restritamente de patológico (leia-se: aquilo que se situa fora da curva normal; um critério estatístico e não clínico) e servi-lo à exploração pelo mercado, neste caso, farmacológico²⁸.

Não menos eloquente a respeito da PpA é a percepção que a clínica de nosso tempo esteja envolvida com o protesto subjetivo da depressão, a busca fracassada de adequação ao ideal de si da bipolaridade e a recusa de viver do autismo – três modos de responder a uma falta de representação fundamental no discurso que parece impor ao sujeito uma existência funcional de alto desempenho reiterativo, de respostas corretas

tem ocorrido trianualmente sob formatos variados sob coordenação deste autor. 28 Em julho de 2022 foi publicado um amplo estudo de revisão científica (MONCRIEFF *et Al.*, 2022), que comprova a baixa evidência de efeito antidepressivo em fármacos que atuam na receptação de serotonina. O estudo teve ampla divulgação na mídia. Acessar matéria em: <https://oglobo.globo.com/saude/medicina/noticia/2022/08/depressao-estudo-mostra-que-antidepressivos-funcionam-apenas-para-15percent-dos-pacientes-em-larga-escala-entenda.ghtml>

e automáticas, de objetividade sem passado ou fantasia. Características que novamente cairiam bem a um autômato.

Considerações finais

Há muito o que pesquisar do campo psicanalítico, que é o freudiano, para que esta Ciência e Prática Clínica mantenha características determinantes de sua potência e relevância imprescindíveis ao cuidado das misérias psíquicas do ser orgânico e social que somos: a lembrança de que se trata de uma teoria sexual, na qual o corpo está presente, e que se configura ao mesmo tempo como subversão e como leitora atenta e crítica da cultura que se faz no processo histórico. Para este estudo é preciso deixar que a materialidade dos fatos que se engendram há mais de um século, a partir da Revolução Industrial e do estabelecimento da complexa Sociedade Capitalista tão bem descrita por Marx, lancem problemas à Psicanálise. Caso ela tenha mais o que dizer do que escutar, o que já seria paradoxal para uma análise, apenas figurará muito bem nas esferas da produção e da circulação de mercadorias te(cn)ológicas²⁹ a serem consumidas antes que suas rápidas obsolescências se manifestem (MEDEIROS, 2021).

Para o filósofo esloveno Samo Tomšič (2015), o inconsciente não é um espaço de pensamento neutro ou transcendente: seus mecanismos e o modo de gozo correspondente dependem da mesma estrutura em que se assenta o modo social de produção em uma sociedade capitalista. Que analisantes tenham modificado sua posição enunciativa e produção sintomática desde Freud é algo esperado e

29 Impossível não lembrar dos novíssimos produtos daqueles que fazem mercado com a Psicanálise: a universidade que dá curso para formar Psicanalistas e a Psicanálise Bíblica.

reflexo da indissociabilidade de nosso ser social e orgânico. Talvez o que seja preocupante é que o tenham feito em direção à vontade manifesta de adaptação ao discurso do mestre capitalista de nosso tempo, cada vez mais demandante de subjetividades e corporalidades autômatas e transumanas. Tiranos de si mesmos (LA BOÉTIE, 2017), parecem nem perceber que contradizem o próprio idealismo emancipatório liberal. Ao invés disso, a aposta no ‘desejo emancipatório’ coletivo (GROS, 2018), inscrito na ética da Psicanálise conduzirá nossos caminhos investigativos do Pós-humanismo, do Transhumanismo, do “não humano” e sua imbricação com a ideologia capitalista que, ao exceder-se como modo de produção, tem constituído a linguagem que estrutura ou desestrutura o inconsciente.

Por que ao senso comum ‘tecnocêntrico’ a Psicanálise talvez não seja entendida como uma tecnologia? Tecnologia sugere ruptura, inovação. Entretanto, como advertimos no início, a tecnologia precisa ser estudada e entendida dentro da relação social em que se situa. Capturada pelo capitalismo, por um lado precisa necessariamente estar a serviço da produção de formas mercadorias. Por outro, mais ideológico, precisa fazê-lo de modo que a ruptura e a inovação apenas tenham efeito discursivo. E que mantenha as coisas como são.

Ademais, inovação mesmo veríamos se a tecnologia contribuísse para auxiliar o ser humano a inventar novas formas sociais, políticas, culturais e novas possibilidades de enunciação individual e coletiva. Como uma Psicanálise que não esteriliza seu objeto, articulado ao orgânico e ao social, corre o risco de fazer.

Referências

CANGUILHEM, G. **O conhecimento da vida**. São Paulo: Forense, 2012.

FOUCAULT, M. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

GROS, F. **Desobedecer**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

HARAWAY, D. Manifesto Ciborgue: Ciência, Tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, T. (Org.). **Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. Pp. 33-118.

HASSAN, I. Prometheus as Performer: Toward a Posthumanist Culture? **The Georgia Review**, n. 31, v. 4, pp. 830-850, 2020.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LA BOÉTIE, E. **Discurso sobre a servidão voluntária**. São Paulo: Edipro, 2017.

MACHADO, G. **Marx e a história: das particularidades nacionais à universalidade da revolução socialista**. São Paulo: Sundermann, 2022.

MANO, G. C. M. **Psicanálise, cinema e cultura pop: os mitos no contemporâneo**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

MEDEIROS, R. H. A.; MANO, G. C. M.; WEINMANN, A. O. A paixão pelo autômato: a clínica para o cuidado em saúde no templo da tecnologia. **Physis**, v. 1, n. 25, pp. 251-263, 2015.

MEDEIROS, R. H. A. Capitanalistas. **Correio da APPOA**, Porto Alegre, n. 296, 2021. Disponível em: <https://apoa.org.br/correio/edicao/293/8203capitanalistas/775>.

MERHY, E. E. **Saúde: a cartografia do trabalho vivo**. 2a ed. São Paulo: Hucitec, 2005.

MONCRIEFF, J.; COOPER, R.; STOCKMANN, T.; ALMENDOLA, S.; HENGARTNER, M.; HOROWITZ, M. The serotonin theory of depression: a systematic umbrella. **Molecular Psychiatry**, pp. 1-14, 2022. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41380-022-01661-0>.

TOMŠIČ, S. **The Capitalist Unconscious Marx and Lacan**. New York: Ed. Verso, 2015.

TRISKA, V. H. C.; MANO, G. C. M. Ficção e memória na clínica psicanalítica contemporânea: uma leitura a partir de Black Mirror. **Revista Subjetividades**, v. 18, n. 2, pp. 36-44, 2018.

ŽIŽEK, S. **No sex please, we're post-human!** 2018. Disponível em: <https://www.lacan.com/nosex.htm>.

Capítulo 8

Reanimar a palavra: a psicanálise como tecnologia da linguagem

Simone Moschen
Janniny Kierniew
Claudia B. Fröhlich

Introdução

Na história do cuidado, a Psicanálise cunhou uma nova caixa de ferramentas. O bisturi que ela ali introduziu opera por meio de cortes sobre a superfície da linguagem. Aqueles que dirigem suas in(ter)venções, tendo como norte o horizonte criado pela Psicanálise, lançam mão de um bisturi que, ao incidir sobre a palavra, corta-a com o intuito de libertar a polissemia que ela traz consigo e que, muitas vezes, encontra-se aprisionada na fixidez imaginária de um sentido experienciado como necessário. Ao abrir a palavra ao trabalho da produção de novos sentidos – não antecipáveis –, a escuta analítica pode propiciar, como um certo efeito secundário, a experiência de que o mundo tal como o nomeamos – e constituímos – é uma produção que decanta do jogo linguageiro que, posto em marcha, posiciona de forma contingente o sujeito e o que lhe é exterior numa determinada modalidade de laço. É essa contingência, muitas vezes vivida como necessidade, que é desvelada pelo corte operado pela escuta em transferência, abrindo um caminho

de responsabilização – ali onde justamente não dispomos de controle – sobre o mundo que as palavras criam.

Sob certa perspectiva, talvez pudéssemos dizer que, ao fim e ao cabo, a Psicanálise poderia se sentir, ainda que não de todo – o que seria até mesmo um contrassenso psicanalítico –, representada como uma tecnologia da palavra evocada em transferência. Um modo singular de escutar/ler a palavra dita em transferência e, por meio dessa escuta, inscrever/escrever aberturas a novas linhas de produção de sentido – e de não sentido –, de onde derivam novas experiências de si e do mundo.

Ainda que em outra perspectiva, Foucault (1990) já havia sinalizado na direção de uma articulação entre tecnologia e produção de subjetividade por meio da noção de tecnologias do eu, ao apontar um conjunto de práticas que permitem os sujeitos a transformação de si por meio de operações com a linguagem, “operações sobre o seu corpo e sua alma, pensamentos, condutas ou qualquer forma de ser” (FOUCAULT, 1990, p. 48). Evocar Foucault não tem aqui o intuito de localizar a Psicanálise como uma tecnologia do eu, mas de chamar a atenção para a associação que ele propõe entre essas palavras, tecnologia e eu, como forma de produzir uma abertura para a proposição de uma outra associação, qual seja, entre tecnologia e linguagem. Interessa-nos pensar a escuta psicanalítica como uma certa artesanaria cuja matéria-prima é a linguagem. Uma artesanaria que procura dar forma a artefatos singulares por meio de in(ter)venções que incidem sobre a “dura matéria” da língua (LLANSOL, 2005, p. 72).

No campo da Saúde Coletiva, território no qual o Nuppec_eixo2 constituiu algumas de suas ações de pesquisa-

-in(ter)venção, encontramos inspiração para um pequeno deslocamento semântico operado sobre a palavra tecnologia. Um pequeno deslocamento de grandes efeitos. Nas práticas em saúde, refere Merhy (2002), verificam-se, pelo menos, três valises tecnológicas que funcionam como caixas de ferramentas. Numa primeira valise, encontram-se as tecnologias duras, correspondentes aos equipamentos operacionais que estruturam os serviços de saúde (exames laboratoriais, de imagens etc.). Numa segunda, situam-se as tecnologias leves-duras, compreendidas como instrumentos de trabalho menos evidentes, no caso dos saberes das clínicas médica, psicanalítica, odontológica etc., que operam especificamente quando alguma dúvida ou incerteza atravessa o cotidiano do profissional em saúde e coloca em questão a “dureza” do saber estruturado. Por fim, numa terceira valise, estariam armazenadas as tecnologias leves, compostas pelos gestos, quase imperceptíveis, mas que tecem, pela urdidura da linguagem e do tempo, a formação de vínculos, ou seja, a escuta, o acolhimento e o cuidado. São instrumentos compartilhados por certos grupos de trabalho, construídos a partir do investimento nas relações cotidianas. Essas três valises participam, para o autor, de um modo de trabalho em saúde que pode ser caracterizado como “vivo em ato”: as decisões por lançar mão das ferramentas de uma ou outra valise se dão a todo instante, sustentadas no trabalho coletivo das equipes diante dos impasses colocados por cada atendimento.

O jogo entre dureza e leveza, indicado pelas noções cunhadas por Merhy, evoca-nos o testamento literário de Italo Calvino, presente no livro *Seis propostas para o próximo milênio*. Trata-se de um conjunto de conferências, que não chegaram a ser proferidas pelo escritor, no qual ele

elencos os atributos que considerava imprescindíveis para atravessar o nosso tempo. Semelhante à aposta de Merhy (2002), Calvino elige a leveza como uma de suas propostas para este milênio, embora não sem uma ressalva: “qualquer valor que escolha como tema de minhas conferências não pretende excluir seu valor contrário” (CALVINO, 2010, p. 59). Assim, para uma discussão sobre a leveza, é preciso nela incluir seu avesso, o peso, sempre presente nas andanças da vida. Manter o paradoxo entre leveza e peso, ou, com Merhy, entre leveza e dureza, é atentar para o fato de que no jogo da linguagem importa zelar pelo tensionamento do qual pode derivar a abertura para um porvir: tensionamento entre a cristalização do sentido em sua presença dura e a fluidez do que não ganha condições de ser articulado em linguagem e, poderíamos dizer, desloca-se ininterruptamente em sua ausência de peso.

Neste artigo, buscamos retornar a alguns escritos iniciais de Freud com o objetivo de ler neles indícios que nos permitem propor a escuta psicanalítica como uma tecnologia da linguagem. Nesse retorno, não estaremos ocupadas com uma leitura minuciosa de cada texto retomado, ou ainda com a atualização de cada noção desenhada pelo autor – o que demandaria certamente operar um gesto crítico que também indicaria o que lá estava cifrado e que hoje não mais nos parece operativo para ler nosso tempo. Buscaremos, sim, sublinhar alguns fundamentos que nos parecem estar em causa no vivo da experiência psicanalítica de escuta do inconsciente. Nosso percurso findará por testemunhar, muito brevemente, uma in(ter)venção em um território que chamamos de à céu aberto. Uma in(ter)venção em um hospital público que buscou ativar condições de abertura polissêmica da linguagem no trânsito de encontros intensivos.

Freud, artífice da palavra

Quando retornamos ao trabalho de Freud, identificamos em seus primórdios, como marca de uma tomada de posição perante a ciência e as tecnologias da época, uma acuidade ímpar ao jogo polissêmico da linguagem. A centralidade do trabalho com a palavra, presente no giro terapêutico com as histéricas, que fez com que se produzisse um deslocamento do olhar para a escuta, não esteve presente apenas como atitude clínica, mas produziu derivações teóricas e éticas incontornáveis. Essa torção, parece-nos, está intimamente relacionada a uma determinada forma de conceber a presença do tempo no funcionamento da maquinaria linguageira; forma que encontramos esboçada já nos textos primordiais da Psicanálise.

Foi em uma viagem de trem de Berlim a Viena, depois de uma visita ao amigo Fliess, que Freud começou a escrever o texto que viria a se chamar *Projeto para uma Psicologia Científica*. Só temos acesso a esse artigo, escrito no outono de 1895, porque Marie Bonaparte, ex-paciente de Freud, princesa da Grécia e Dinamarca, tinha-o adquirido de um livreiro que havia comprado não só esse manuscrito, mas também parte da correspondência entre Freud e Fliess. Sabemos que Freud tentou retomar o manuscrito, ao que tudo indica com o intuito de destruí-lo. Possivelmente, porque não o considerava suficiente – ou até mesmo ultrapassado, em muitos aspectos – em relação às questões que ao longo de suas pesquisas tinha alcançado delinear. Interessante, contudo, que, à parte o desconforto de Freud com esse texto, encontramos nele elementos que retornarão articulados sob a forma de diferentes equações ao longo da obra freudiana. O que aqui nos interessa localizar são,

especialmente, três desses elementos: o lugar do que, nos textos sobre as lembranças encobridoras, de 1899 e publicado em 1901, será denominado *ponte verbal* – elo entre o que é lembrado e o que não pode ser recordado; o *a posteriori* como operação temporal que articula as inscrições psíquicas para dar-lhe um sentido – novo; e a *ausência* de um termo inicial, de um *ponto de origem*, como causação primeira das formações do inconsciente.

Quase ao final do *Projeto*, Freud descreve o caso de Emma; uma jovem que não pode entrar em lojas sozinha sob pena de experimentar um forte ataque de angústia. Nesse momento, Freud esboçava o que seria sua tese orientadora: os sintomas são substitutos de algo silenciado na memória. Um acontecimento carregado de uma força psíquica não pode ser recordado, pois representa uma ameaça ao eu que trabalha para manter sua integridade e coerência. Esse acontecimento é “esquecido” e na consciência surge, como seu substituto, uma outra recordação – ou um sonho, ou um lapso, ou um chiste. Orientado por essa tese nascente, chama a atenção de Freud duas recordações que Emma vê surgir em seu esforço de rememoração – vale a ressalva de que nesse artigo o autor está empenhado em um esforço de transmissão e, por conta disso, a descrição que ele faz elide as arestas com as quais a clínica lida.

A primeira lembrança de Emma, que Freud chama de Cena I, havia ocorrido aos seus doze anos: ela entrou em uma loja, viu dois vendedores rindo juntos, saiu correndo tomada por um afeto de susto: “os dois estavam rindo da roupa dela e um deles a havia agradado sexualmente” (FREUD, 1976d, p. 369). À segunda lembrança trazida por Emma, Freud chama de Cena II: com oito anos ela

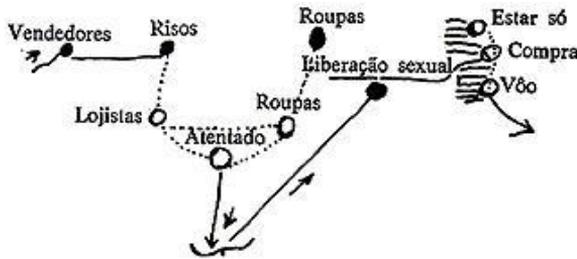
esteve, por duas vezes, em uma confeitaria para comprar doces; na primeira vez o proprietário lhe tocou por cima da roupa. Apesar disso, ela voltou lá uma segunda vez. Depois, parou de ir. Ao narrar essa cena, Emma ressalta que não tinha em mente a cena quando se deu o acontecido aos 12 anos de idade.

Ao pensar o caso de Emma, Freud vai propor que a cena vivida aos 12 anos fisga a memória do acontecimento da confeitaria aos 8 anos e lhe confere um valor traumático. Emma significa o que havia acontecido aos 8 anos como algo da ordem do sexual e se recrimina por isso. Mas só o significa dessa forma quando, aos 12 anos, se vê às voltas com o início da puberdade e com uma sexualidade emergente. À parte uma série de deslocamentos que podemos, hoje, fazer incidir sobre os efeitos do esforço de compreensão de Freud, alguns deles empreendidos pelo próprio autor, como quando passa a propor a sexualidade como uma presença que atravessa a vida desde seus primórdios, não irrompendo propriamente na puberdade, há algo que se esboça como uma espécie de equação a regular a produção do sentido; um modo de funcionamento que veremos percorrer todo o trabalho de pesquisa freudiano, qual seja: a retroação de um acontecimento presente sobre uma memória passada é capaz de conferir a essa memória um estatuto traumático implicando o seu recalçamento. Freud, nesse momento, inscreve uma importante inversão na seta do tempo: o hoje é capaz de retroagir sobre o ontem e lhe conferir um novo valor. Esse funcionamento em retroação, próprio ao obrar da linguagem, é proposto como uma lei que articula também o funcionamento do aparelho psíquico, mais especificamente, do processo primário. Não nos passam despercebidos os ressoos dessa proposição no aforisma enunciado por Lacan: “o

inconsciente é estruturado como uma linguagem” (LACAN, 1988, p. 25); as leis que estruturam o inconsciente são as mesmas que estruturam uma linguagem.

Estamos, assim, diante de uma tese freudiana que não será revista e que permitirá a ele propor o aparelho psíquico, que nesses tempos primordiais é um aparelho de memória, como um aparelho de linguagem. Neste momento do texto, Freud ([1895] 1976d) nos lega um esquema; de algum modo precisa do recurso a uma imagem para transmitir o que está esboçando:

Figura 1 – Desenho de Freud em Projeto para um Psicologia Científica



Fonte: Freud (1976d, p. 370).

Freud avança no sentido de propor o aparelho psíquico como um aparelho de linguagem indicando que a causalidade que faz funcionar esse aparelho remonta a um ponto deixado em branco: os elos associativos que emergem da escuta vão sendo reconstituídos até tocarem em um ponto em que nada se escreve, um ponto vazio. Um umbigo, dirá ele em 1900, quando da escrita de *A interpretação dos sonhos* – esse, sim, reconhecido por ele como texto inaugural da Psicanálise. As setas que a associação retroativa escreve rumam para um lugar em que nada se marca, onde podemos

supor um elemento não dizível, não articulável pela linguagem: diríamos, num trabalho de aproximação a Lacan, um elemento Real. Como ele nos lembra, “o inconsciente é o capítulo de minha história que é marcado *por um branco* ou ocupado por uma mentira: é o capítulo censurado” (LACAN, 1998, p. 260, grifo nosso). Deixemos esse ponto em suspensão: a causalidade em Psicanálise implica o Real. Avancemos na direção das “pontes verbais”, mantendo-nos próximas dos primeiros textos psicanalíticos.

Em um texto de 1899, *Lembranças encobridoras*, publicado um ano antes do texto inaugural da Psicanálise, Freud retorna ao tema da memória indagando-se sobre a presença reiterada de lembranças aparentemente desprovidas de intensidade em contraste com o apagamento de recordações supostamente marcantes. “Surpreendo-me ao esquecer uma coisa importante, e talvez me sinta ainda mais surpreso ao recordar alguma coisa aparentemente irrelevante” (FREUD, 1976b, p. 271). Ao trabalhar com este contrasenso da memória, Freud dá um passo a mais na proposição do funcionamento do aparelho psíquico como um aparelho de linguagem. Sua proposta será a de que

[...] há duas forças psíquicas envolvidas na promoção desse tipo de lembranças. Uma dessas forças encara a importância da experiência como um motivo para procurar lembrá-la, enquanto a outra – uma resistência – tenta impedir que se manifeste qualquer preferência dessa ordem. Essas duas forças opostas não se anulam mutuamente [...]. Em vez disso, efetua-se uma conciliação, numa analogia aproximada com a resultante de um paralelogramo de forças (FREUD, 1976b, p. 274).

A recordação que emerge na consciência o faz por meio de um elemento verbal que se liga ao que precisou per-

manecer recalcado. Esse elemento verbal opera como uma ponte produzindo uma conciliação entre a necessidade de não lembrar e a impossibilidade de esquecer. “O processo que aqui vemos em ação – conflito, recalçamento e substituição – retorna em todos os sintomas psiconeuróticos e nos fornece a chave para compreendermos sua formação” (FREUD, 1976b, p. 275).

Além de uma formalização do funcionamento do aparelho psíquico em uma equação que opera tanto no obrar da memória quanto na formação dos sintomas, no trabalho dos sonhos, dos lapsos e dos chistes, Freud nos fornece um caminho precioso: “o passo intermediário entre uma lembrança encobridora e aquilo que ela esconde tende a ser fornecidos por uma *expressão verbal*” (FREUD, 1976b, p. 284, grifo nosso). Indicação esta retomada no texto *Lembranças encobridoras e lembranças de infância* com a expressão “pontes verbais” (FREUD, 1976c, p. 58). Muitos são os recortes clínicos e os testemunhos biográficos que o psicanalista nos fornece para sustentar sua proposta. Vejamos, rapidamente, um deles. Trata-se de uma memória insistente que muito o intrigava:

Eu me via exigindo alguma coisa e chorando, parado diante de uma arca [*Kasten*”, também “caixa”] cuja porta meu meio irmão, vinte anos mais velho do que eu, mantinha aberta. E então, de repente, linda e esguia, minha mãe entrou no quarto, como se estivesse voltando da rua (FREUD, 1976c, p. 58).

Essa memória reincidente permaneceu enigmática para Freud até o momento em que ele pôde escutar a palavra *kasten* presente, num deslizamento homofônico, em *eingekastelt* (“encaixotada”). *Kasten* lhe surge, então, como ponte verbal

entre o lembrado e o esquecido quando é escutada em *eingekastelt* – o que em português poderíamos traduzir também como “engaiolada”. Abrir a palavra *caixa* na direção de *encaixotada* (engaiolada) fez Freud supor que a sua ideia de procurar a mãe, da qual sentia falta, na arca – e se entristecer com sua ausência – era uma estratégia derivada da experiência da perda de contato com uma babá que lhe fora muito cara. Essa senhora, no dizer de sua mãe, havia “praticado grandes furtos na casa enquanto [ela] convalescia do parto” (FREUD, 1976c, p. 58). Por iniciativa de seu irmão mais velho – o mesmo da lembrança –, a babá havia sido “levada ao tribunal”. Freud supõe, então, que seu irmão devia ter lhe dito, ao ser perguntado sobre a babá, que ela estava *eingekastelt* – “engaiolada” –, o que ele deve ter entendido “à maneira infantil (ou seja, literalmente)” (FREUD, 1976c, p. 58). Diante do sumiço da mãe, possivelmente por conta do parto de sua irmã imediatamente mais nova, Freud supõe ter suspeitado de que ela, como a babá, devia ter sido, por obra de seu irmão, presa em uma arca (*Kasten*), encaixotada.

Detivemo-nos nesse exemplo para acompanhar como Freud foi dando corpo a proposta de um inconsciente que funciona pelas mesmas leis que estruturam a linguagem. Essa hipótese se desdobra com tamanha consequência que ele afirma, em nota de rodapé, ao escrever a *A interpretação dos sonhos*, que “os sonhos se acham relacionados de forma tão íntima com a expressão linguística que Ferenczi (1910) observou acertadamente que cada idioma possui sua própria linguagem onírica” (FREUD, 1976a, p. 122). É tendo como horizonte a formalização de um inconsciente que trabalha regido pelas leis que estruturam a linguagem que Freud nos lega sua obra magistral, *A interpretação dos sonhos*, e nela des-

taca o trabalho de interpretação de um de seus sonhos como modelo do método que estava procurando transmitir.

Retomemos o texto do sonho:

Um grande salão – numerosos convidados a quem estávamos recebendo. – Entre eles estava Irma. No mesmo instante, puxei-a de lado, como que para responder a sua carta e repreendê-la por não ter ainda aceitado minha “*solução*”. Disse-lhe: “Se você ainda sente dores, é realmente apenas por culpa sua.” Respondeu ela: “Ah! se o senhor pudesse imaginar as dores que sinto agora na garganta, no estômago e no abdômen... – isto está me sufocando.” – Fiquei alarmado e olhei para ela. Parecia pálida e inchada. Pensei comigo mesmo que, afinal de contas, devia estar deixando de perceber algum distúrbio orgânico. Levei-a até a janela e examinei-lhe a garganta, e ela deu mostras de resistências, como fazem as mulheres com dentaduras postiças. Pensei comigo mesmo que realmente não havia necessidade de ela fazer aquilo. – Em seguida, ela abriu a boca como devia e, no lado direito, descobri uma grande placa branca; em outro lugar, vi extensas crostas cinza-esbranquiçadas sobre algumas notáveis estruturas recurvadas, que tinham evidentemente por modelo os ossos turbinados do nariz. – Chamei imediatamente o Dr. M., e ele repetiu o exame e o confirmou... O Dr. M. tinha uma aparência muito diferente da habitual; estava muito pálido, claudicava e tinha o queixo escanhoado... Meu amigo Otto estava também agora de pé ao lado dela, e meu amigo Leopold a auscultava através do corpete e dizia: “Ela tem uma área surda bem embaixo, à esquerda.” Indicou também que parte da pele do ombro esquerdo estava infiltrada. (Notei isso, tal como ele fizera, apenas do vestido)... M. disse: “Não há dúvida de que é uma infecção, mas não tem importância; sobrevirá uma disenteria, e a toxina será eliminada.”... Tivemos também pronta consciência da origem da infecção. Não muito antes, quando ela não estava se sentindo

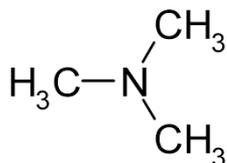
bem, meu amigo Otto lhe aplicara uma injeção de um preparado de propil, propilos... ácido propiônico... trimetilamina (e eu via diante de mim a fórmula desse preparado, impressa em grossos caracteres)... Injeções como essas não deveriam ser aplicadas de forma tão impensada... E, provavelmente, a seringa não estava limpa (FREUD, 1976a, p. 115).

Para avançarmos sobre a escuta como uma tecnologia da linguagem que ao ser posta a operar produz efeitos clínicos (singulares) e políticos (coletivos), gostaríamos, inicialmente, de marcar o termo “solução”, que no texto do sonho aparece entre aspas, indicando já uma possibilidade de trabalho com a palavra. Sabemos que Freud, nesse momento de sua elaboração, acreditava que a solução de um conjunto de sintomas passava pela comunicação das associações existentes entre esses sintomas e os elementos que, recalcados, eram representados neles. A solução estaria em algo como tornar consciente o inconsciente representado nos sintomas. Ele havia comunicado a Irma a “solução” e, no seu entender – ou desejo – ela seguia doente exclusivamente porque não havia aceitado sua comunicação. Seu sonho, nas primeiras linhas, quer livrá-lo da responsabilidade: ele havia feito seu trabalho. Mas a dúvida está com ele, “talvez pudesse não ter percebido algum distúrbio orgânico” – como escreve –, talvez algo tenha lhe passado despercebido. Ele insiste em examiná-la novamente, depois de se assustar com sua aparência pálida. Ela resiste, mas finalmente abre a boca. O que Freud vê é assustador. Ela abre a boca e o que ali ele encontra é a imagem do horror. É nesse ponto que acontece algo que nos interessa sobremaneira: não atravessamos o horror sozinhos, não retomamos a condição da palavra diante do Real sem que nos façamos acompanhar.

São os colegas de Freud – Dr. M., Otto, Leopold – que o ajudam a olhar para o que a boca revela; avançam, juntos,

ainda que tropegamente, no exame da paciente – impossível passar despercebido o lugar que a convocação dos pares tem no atravessamento do limiar da palavra. Eles avançam e se detêm em “uma área surda, bem embaixo, à esquerda”. As perguntas atormentam Freud: deixei de perceber algum distúrbio orgânico? Fiquei surdo a algo que, vindo de uma área bem abaixo, à esquerda, tentou ser dito? Não! “Não há dúvida de que é uma infecção, mas não tem importância; sobrevirá uma disenteria, e a toxina será eliminada”. Tudo se resolverá. Mas qual a origem dessa infecção? “Não muito antes, quando ela não estava se sentindo bem, meu amigo Otto lhe aplicara uma injeção de um preparado de propil, propilos... ácido propiônico... trimetilamina (e eu via diante de mim a fórmula desse preparado, *impressa em grossos caracteres*)”.

Otto havia aplicado em Irma uma injeção, origem de seus males, de sua infecção; havia lhe aplicado um preparado, podemos dizer uma solução de trimetilamina. Solução que Freud vê impressa em grossos caracteres: grifemos, *uma solução escrita*. Aqui, novamente, algo que tem para nós extremo valor: a solução – um preparado, uma fórmula escrita – aparece como elemento, ao mesmo tempo, causador de doença e de cura. A palavra – sublinhemos novamente, escrita – em sua dupla posição: solução causadora das dores de Irma; mas também a palavra, solução, lida por Freud como indicação do caminho da cura. E de que natureza é essa palavra, em que posição o sonho a localiza? Nesse sonho, Freud nos lega uma palavra que, como imagem, vem impressa em grossos caracteres:



Uma imagem que, de algum modo, remete à arbitrariedade do símbolo que escreve o composto químico e que de algum modo nos dá notícias do que está em causa nas descobertas do psicanalista: que o jogo simbólico se desdobra no terreno da arbitrariedade e produz, ao mesmo tempo, mal-estar e solução. Aqui, lembramos Lacan:

Tal qual um oráculo, a fórmula não fornece resposta alguma ao que quer que seja. Mas a própria maneira pela qual ela se enuncia, seu caráter enigmático, hermético, é justamente a resposta à questão do sentido do sonho. *Não há outra palavra, outra solução ao problema de vocês [psicanalistas] senão a palavra*” (LACAN, 1987, p. 202).

Há, no legado que Freud endereça aos psicanalistas, a localização de um impossível numa posição estruturalmente idêntica à que a solução adquire no sonho – causa e remédio de um mal-estar: o impossível, ponto limite da interpretação, aparece, ao mesmo tempo, como causa do trabalho do Simbólico e como seu efeito. A partir do impossível de dizer nos colocamos a falar, falando damos novos contornos ao impossível, reafirmando-o – e não o debelando. É a esse impossível que Freud dá imagem em outra nota de rodapé: “existe pelo menos um ponto em todo sonho no qual ele é insondável – um umbigo, por assim dizer, que é seu ponto de contato com o desconhecido” (FREUD, 1976a, p. 132). Sobre essa proposição, Garcia-Roza nos diz:

Quando Freud aponta o umbigo do sonho, e o faz em dois momentos da *Traumdeutung*, ele está preocupado em apontar o inacabamento essencial com que está marcada toda interpretação. Não se trata apenas do limite oferecido pela resistência, pela defesa, mas de algo mais fundamental e que diz respeito não apenas ao umbigo do sonho mas

aponta para *o umbigo da própria linguagem* (GARCIA-ROZA, 2008, p. 73, grifo nosso).

Não há um ponto de origem, um começo absoluto – assim como não há um fim, um ponto ao qual a caminhada devesse se orientar. Há uma trama, e essa trama pode, ao mesmo tempo que alargar as margens do dizível, escrever novos não dizíveis. A escuta que, com seu bisturi, busca incidir sobre as malhas simbólicas, deseja permitir que o trabalho de tessitura da linguagem siga alargando as condições enunciativas.

Quando Lacan, no seminário *Mais, ainda*, procura avançar no ponto que Freud nomeou como “umbigo do sonho”, ponto que ele, por sua vez, nomeará de Real, ele nos oferece uma imagem: “o trabalho do texto que sai do ventre da aranha” (LACAN, 1985, p. 126). Lacan nos convida a observar a trama que sai do ventre da aranha e a nomeia como texto, como trabalho de fazer aceder o Simbólico ao Real. A aranha escreve uma teia – trama textual – na positividade de seus fios e na negatividade dos espaços deixados vazios. Na medida em que ela avança, alargando seus domínios, criam-se espaços vazios, contornados por seus fios de texto, num trabalho infinito, sem princípio ou fim. Chegamos, nesse ponto, a uma imagem potente do que poderia ser o Simbólico trabalhando e constituindo, com seu trabalho, num mesmo movimento, uma ampliação do mundo e um resto Real. Trabalho que não encontra seu ponto de chegada justamente porque o que o causa carece da substancialidade de um ponto de origem.

Mesmo no sonho mais minuciosamente interpretado, é frequente haver um trecho que tem de ser deixado na obscuridade [...] esse é o umbigo do sonho, o ponto onde

ele mergulha no desconhecido. Os pensamentos oníricos a que somos levados pela interpretação não podem, pela natureza das coisas, ter um fim definido: estão fadados a ramificar-se em todas as direções dentro da intrincada rede de nosso mundo do pensamento. É de algum ponto em que essa trama é particularmente fechada que brota o desejo do sonho, tal como um cogumelo de seu micélio (FREUD, 1976a, p. 482).

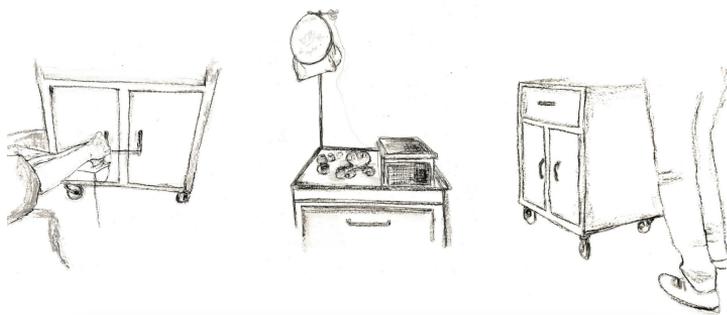
Pela “natureza das coisas”, pelo funcionamento estrutural da linguagem, não chegaremos nunca à palavra derradeira. Como analistas, importa-nos incidir sobre a palavra de forma a indicar as muitas camadas que ela pode conter, a abrir espaço para o jogo simbólico, para novos arranjos que permitam aberturas a novos sentidos ali onde a palavra coagulou em um sentido único. Não estamos interessados na causa primeira, no desvelamento do que estaria “por de trás do dito” – não nos deslocamos na espacialidade da fundura; operamos, sim, com a topologia das superfícies, em suas voltas e reviravoltas. Herdeiros/as de Freud, somos artífices da palavra, arquitetos/as de uma tecnologia que incide sobre a matéria prima da linguagem. Trabalhamos para incidir sobre a superfície linguageira onde o sentido se faz e se desloca, se faz porque se desloca.

Psicanálise a céu aberto: um carrinho de parada no hospital

O barulho incessante das rodas girando no chão anunciam a passagem. Bate porta, bate gaveta, bate haste, bate coração, bate tudo. E faz ruído. No caminho há os pares: rodas de camas, rodas de cadeiras, rodas de armários, rodas de lata, rodas de lixo. Oi, tudo bem? Para que serve? O que

é isso? Onde é que vocês estão indo? Precisam de ajuda? Virando à esquerda, passando por aquela porta e dobrando logo depois das duas placas de sinalização. Desculpa, espera um pouco, agora não dá. Estaciona ali do lado, aguarda um instante. Quem são vocês mesmo? Estão indo na fisioterapia? Ah sim, quantas histórias para contar! Vi vocês na outra semana, o que é? As rodas seguem girando, giram e giram e giram e não param de girar no trânsito do vai-e-vem que só acontece mesmo para todos esses que correm, os corredores. Uma roda de bordado. 1, 2, 3,4. a, b, c, d, e. 4-b é o destino. Estreito e silencioso. Não há mapa no imenso labirinto do hospital e, para variar, estamos quase sempre perdidas.

Figura 2 – Esboço do Carrinho de Parada customizado



Fonte: Registro dos pesquisadores (Diário de Borda, 2021).

O Nuppec_eixo2, ao longo de seus dez anos de existência, sustentou diversas pesquisas-in(ter)venções em diferentes contextos institucionais. Em suas incursões na cidade, desdobrou o princípio basilar da Universidade Pública brasileira: articular pesquisa, ensino e extensão. A cada movimento na direção da *pólis*, viu-se às voltas com dar corpo à proposição de uma Psicanálise que apura – como quem

aprimora um sabor – o trato com a linguagem; uma *práxis* que se desdobra como uma tecnologia da palavra cuja produção mira a extensão de mundos e a quebra de muros. Dos caminhos trilhados, escolhemos compartilhar o mais recente como forma de fazer ver o que está em causa na abertura para a escuta do inconsciente em um espaço em que a presença da Psicanálise não é, necessariamente, corriqueira: uma pesquisa-in(ter)venção desdobrada no território de cuidado à dor crônica e à terminalidade da vida.

Entre os anos de 2015 e 2020, integrantes do Nuppec_eixo2 deram forma a um dispositivo móvel de escuta nos corredores dos leitos do Setor de Dor Crônica e Cuidados Paliativos de um hospital público na cidade de Porto Alegre. Esse dispositivo, construído junto ao Setor, mirou a criação de uma tecnologia de escuta e in(ter)venção, sustentada na ética da Psicanálise, cuja aposta era mobilizar o trabalho com a linguagem, tanto com os pacientes em fim de vida quanto com a equipe multidisciplinar do Setor.

Como em outros contextos de pesquisa-in(ter)venção, nossa aproximação ao Setor se deu de forma a respeitar o tempo da instauração da transferência, o que implica, de forma incontornável, abrir mão de qualquer antecipação quanto a como se dará o encontro e o que ele indicará como possibilidade de direção para o trabalho. Para operar dentro das margens de uma escuta psicanalítica – ainda que em território a céu aberto, portanto muito distante do contexto de um consultório –, foi necessário transitar por um tempo-espço de indeterminação até que a própria transferência deixasse ver a estrutura do tecido linguageiro no qual estávamos autorizadas a incidir e os instrumentos com que iríamos contar para nosso trabalho de fiação,

corte e costura. Ao habitar esse espaço-tempo de escuta e indeterminação, encontramos-nos, e fomos encontradas, por um Carrinho de Parada – um aparato hospitalar usado para reanimação cardiovascular, para atender urgências nos corredores, nas salas de emergência e transitar pelos leitos e blocos cirúrgicos. Em sua nomeação, ele atualizava o jogo polissêmico da linguagem ao indicar, a um só tempo, movimento e parada. A escuta, ao incidir sobre essa nomeação em seu jogo de corte, costura e fiação, pôde abrir camadas de sentido e linhas de associação para um artefato comum à arquitetura hospitalar, corriqueiro em sua presença nos corredores da instituição, de modo a colocar em primeiro plano a trama linguageira que cria os diferentes mundos que nos constituem como sujeitos.

A palavra *parada* é uma derivação do verbo “parar” que carrega consigo possibilidades que se desdobram na direção do ser e do estar. Em uma busca do significado de parar, encontramos pouso etimológico no significante existir: existir vem do latim *existere*, ou *existere*, junção do prefixo *ex* com *sistere*. O verbo *sistere*, em latim, remete-nos a colocar de pé, ou ainda, firmar alguma coisa, mas, também, pode apontar para os verbos parar, conter, insistir ou resistir: manter-se firme, no seu lugar, sem se mexer; parar. *Existere*, então, pode designar algo firme, parado. É curioso pensar que um carrinho ambulante, que se move pelos corredores de um hospital, onde vemos por todos os lados placas com letreiros vermelhos indicando “emergência” – com a pressa que lhe é característica –, seja justamente um carrinho que, em sua nomeação, alude a uma parada. Esse jogo da palavra que puxa o fio de um freio nas urgências articulando-o, paradoxalmente, à colocação em causa de um movimento – uma reanimação que faz o coração voltar a bater –,

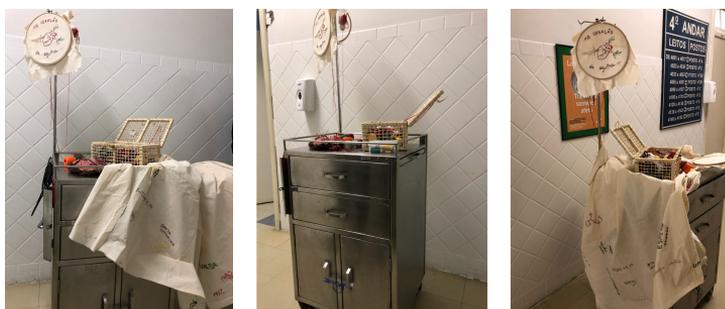
pareceu-nos indicar uma potente conjugação de contrários sem indicar a superação de suas diferenças em uma síntese apaziguadora: a parada que permite o movimento, o movimento que carrega a condição de parada.

O significante *carrinho*, por sua vez, permitiu-nos colher um traço que parece dizer muito sobre o que ele se tornou nas andanças pelos corredores do hospital. No dicionário, uma das possibilidades de sentido articulada à palavra é: “parte da máquina de escrever que se desloca”. Nossa proposição do Carrinho de Parada, como um dispositivo de escuta ambulante, fez-se certamente a partir da tessitura entre os fios do deslocamento e da escrita. Fomos fisgadas pelo Carrinho de Parada como um meio para produzir encontros, sobretudo, com vistas a estabelecer um diálogo com os pacientes em fim de vida, para que pudessem, quem sabe, deixar uma palavra, escrever em um tecido coletivo ou, ainda, inscrever uma marca, um traço para a memória de sua passagem no mundo – uma tecnologia do cuidado para resguardar a singularidade dos sujeitos. O Carrinho como uma alegoria, uma máquina de escrita, de linguagem, que se desloca, capaz de propor uma pequena borda, ser ponto, vírgula, exclamação, interrogação (POMMIER, 1990); um detalhe mínimo que almeja fazer diferença no manto liso da continuidade necessária. Ou ainda, uma possibilidade de fazer irromper algo da existência, um efeito de sujeito, por meio de elementos mínimos que incidem sobre o sentido e a forma, fazendo aparecer a sua ilusória estabilidade.

Interrogada pelo significante *Carrinho de Parada*, da mesma forma que um/a psicanalista é interrogado/a por algum significante desdobrado na trama discursiva de seu analisante, a equipe de pesquisa, junto com a equipe de

trabalhadores/as do Setor, decidiu incidir sobre sua forma, por meio de um pequeno gesto de deslocamento, e fazê-lo rodar pelos corredores do hospital como um posto móvel de escuta, um dispositivo para reanimar o jogo simbólico da palavra com a consequente expansão de mundos que ele poderia vir a acionar. Com uma pequena customização, foram agregados ao Carrinho fios, linhas, agulhas e um bastidor. O mesmo Carrinho de Reanimação de Parada Cardíaca agora era um Carrinho de Reanimação da Palavra.

Figura 3 – Carrinho de Parada nos corredores



Fonte: Registros dos pesquisadores (Diário de Borda, 2019).

Ao ser um dispositivo hospitalar criado com um determinado fim e, nesse contexto, proposto para mobilizar outros fins, a partir de um pequeno deslocamento em sua forma – operação própria, também, ao campo da arte –, o Carrinho de Parada rodou pelos corredores do Setor com o intuito de lançar um convite para que pacientes, familiares e trabalhadores em Saúde desativassem momentaneamente o sentido “necessário” e estável das coisas. Diríamos que a customização do Carrinho buscou colocar em primeiro plano a polissemia significativa que sua nomeação inclui. Ou ainda, se quisermos dizer de outra forma, talvez mais precisa: o Carrinho de Parada foi proposto pela equipe de

pesquisa à maneira de um chiste. Ele buscou descascar a palavra de forma a revelar suas múltiplas camadas, propiciando outras articulações em termos de linguagem. Lembremos que para Freud o chiste constitui, com os sintomas, sonhos e atos falhos, uma das formações do inconsciente. Ao rodar por entre outras rodas-pares, por entre corredores, por entre dores silenciosas entre os leitos, por entre trabalhadores apressados, o Carrinho se fez rapidamente notar, produzindo, com sua presença indiscreta – e descarilhada da conhecida maquinaria hospitalar – um efeito de parada imediata, uma vez que, diante dele, parecia que se precisava falar, reagir, interogar. E se para muitos, passantes ou acamados, o Carrinho-chiste produzia como efeito o inusitado de um encontro deslocado, por meio do embaralhamento dos códigos conhecidos, cortando a fixidez de um sentido com a leveza da ponta de um bisturi, para outros não era incomum que algum elemento-detelhe em sua forma e/ou na conversa que decantava de suas andanças, fizesse as vias de ponte verbal, elemento elo entre uma lembrança encobridora e outra que não podia ser lembrada, encaminhando a tessitura de narrativas que não faziam mais do que retroagirem sobre o passado.

O Carrinho de Parada movimentava-se como tecnologia leve pelos corredores do hospital – sem excluir a importância de seu contrário, as tecnologias duras – e ao se movimentar procurava abrir a possibilidade do jogo polisêmico das palavras, seja pela sua forma, que se mimetizava à asepsia hospitalar, seja pela produção de palavras e memórias que ele colocava para circular nos encontros com os pacientes e com a equipe médica. Suas rodas giravam nos corredores e, ao girar, movimentavam a engrenagem da produção discursiva desestabilizando a forma por sua

presença chistosa. Seu trânsito se dava em um deslocamento que ensejava abrir espaço para uma lógica capaz de indicar algo e, ao mesmo tempo, apontar para seu contrário – como só acontece no campo do inconsciente –, o que, para dizer na companhia da literatura da Clarice Lispector (1999), gera a possibilidade de *desencalhar a palavra*, tirar ela de um estado conhecido, embaralhando as orientações que nos guiam. Sua invenção e instauração no hospital foi possível pelos desdobramentos de um pensamento que toma a psicanálise como uma tecnologia que quer mobilizar a palavra em sua abertura polissêmica e que, para isso, vale-se, em espaços não convencionais para um psicanalista, como os corredores de um hospital, de diferentes artefatos capazes de abrir o espaço para a escuta das formações do inconsciente e para a emergência do sujeito do desejo.

Referências

CALVINO, I. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FOUCAULT, M. Tecnologias del yo. In: FOUCAULT, M. **Tecnologías del yo y otros textos afines**. Barcelona: Paidós, 1990. Pp. 45-94.

FREUD, S. A interpretação dos sonhos. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. [Volume 5]. Rio de Janeiro: Imago, 1976a. Pp. 119-140

FREUD, S. Lembranças encobridoras. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. [Volume 4]. Rio de Janeiro: Imago, 1976b. Pp. 269-290.

FREUD, S. Lembranças de infância e lembranças encobridoras. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. [Volume 4]. Rio de Janeiro: Imago, 1976c. Pp. 53-59

FREUD, S. Projeto para uma psicologia científica. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. [Volume 4]. Rio de Janeiro: Imago, 1976d. Pp. 303- 409

GARCIA-ROZA, L. A. **Introdução à metapsicologia freudiana [Volume 2]: a interpretação dos sonhos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. Pp. 238-324.

LACAN, J. **O Seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica psicanalítica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

LACAN, J. **O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

LACAN, J. **O Seminário, livro 20: Mais, ainda.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LISPECTOR, C. **A maçã no escuro.** Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LLANSOL, M. G. **Finita.** Lisboa: Assírio & Alvim, 2005.

MERHY, E. E. **Saúde: a cartografia do trabalho vivo.** São Paulo: Hucitec, 2002.

POMMIER, G. **O desenlace de uma análise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

Sobre as autoras e autores:

Andrea Gabriela Ferrari

Professora do PPG Psicanálise: Clínica e Cultura, Co-coordenadora do Núcleo de Estudo em Psicanálise e Infâncias (NEPIs).

Cláudia Bechara Fröhlich

Psicanalista. Professora no Departamento de Estudos Básicos (DEBAS) da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora no NUPPEC_eixo2/ UFRGS.

Claudia Perrone

Professora do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia e do Programa de Pós-graduação em Psicanálise Clínica e Cultura. Coordenadora do Litorais Laboratório de estudos e pesquisas em Psicanálise e Cultura.

Janniny Gautério Kierniew

Psicanalista (APPOA). Mestre e Doutora em Educação pelo Programa de Pós- Graduação em Educação (UFRGS). Integrante do NUPPEC_eixo2/UFRGS.

José Damico

Professor Associado do Departamento de Psicanálise e do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da UFRGS. É Coordenador do grupo de pesquisa Egbê: clínica, negritude, política e comum, além da Coleção Diálogos da Diáspora.

Luciane De Conti

Professora do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia e do PPG em Psicanálise: clínica e cultura/UFRGS, Co-coordenadora do Núcleo de Estudo em Psicanálise e

Infâncias (NEPIs). Membro do GT ANPEPP- Psicanálise, Política e Clínica, Participa do Coletivo Amarrações: Psicanálise e Políticas com Juventudes.

Marisa Batista Warpechowski

Psicóloga, psicanalista, mestra em Psicanálise Clínica e Cultura – UFRGS, doutoranda no PPG de Psicologia Social e Institucional pela UFRGS, membro da APPOA e Instituto APPOA, servidora pública municipal na coordenação técnica do CREAS Partenon – FASC/PMPA. Pesquisadora na temática da construção de dispositivos clínicos nas políticas públicas; adolescências-juventudes, violências.

Marta D'Agord

Professora do PPG. Psicanálise: Clínica e Cultura (UFRGS). Pesquisadora Produtividade CNPq e da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental.

Milena da Rosa Silva

Professora do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia e do PPG em Psicanálise: Clínica e Cultura/UFRGS. Co-coordenadora do Núcleo de Estudo em Psicanálise e Infâncias (NEPIS).

Nicole Simquevits

Graduação em Psicologia e Mestrado em Psicanálise: Clínica e Cultura (UFRGS).

Roberto H. Amorim de Medeiros

Professora do PPG Psicanálise: Clínica e Cultura, Coordenador do Grupo de Pesquisa clínicaS de Território: Saúde, Cultura e Psicanálise.

Rogério Fortes

Mestre em Saúde Coletiva (UFRGS) e Professor da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED/POA).

Rose Gurski

Psicanalista. Membro da APPOA. Professora Associada do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia da Universidade Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS); Professora do Programa de Pós-graduação em Psicanálise: clínica e cultura UFRGS; professora convidada do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora do CNPq. Uma das coordenadoras do NUPPEC -Núcleo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Cultura UFRGS. Pós-doutora em Psicologia Clínica pela USP.

Sandra Djambolakdjian Torossian

Professora do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia e do PPG em Psicanálise: clínica e cultura/UFRGS, Coordenadora do Laboratório de Estudos em Psicanálise Literatura e Política- LEPLIP. Coordenadora do CePAM/UFRGS - Centro de Proteção e Acolhimento a Mulheres. Membro do GT ANPEPP - Psicanálise, Política e Clínica, Participa da PEDIRROL de Coletivo Amarrações: Psicanálise e Políticas com Juventudes e compõe o Conselho Consultivo da REDUC - Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos.

Simone Moschen

Psicanalista. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Cultura (NUPPEC_eixo 2/UFRGS). Professora Titular do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia do Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana da UFRGS. Bolsista Produtividade CNPq 1D.



Aviso importante: Ao comprar um livro você não somente está a adquirir um produto qualquer. Você também remunera e reconhece o trabalho do autor e de todos aqueles que, direta ou indiretamente, estão envolvidos na produção editorial e na comercialização das obras, tais como editores, diagramadores, ilustradores, gráficos, distribuidores e livreiros, entre outros. Se quiser saber um pouco mais sobre isso, acesse:

<https://www.youtube.com/watch?v=XQkpZA6qFhc>